

CADERNOS DO

terceiro mundo

Golfo:
Tensão máxima

Estatais:
A contribuição ao
desenvolvimento

AMÉRICA LATINA SE DISTANCIA DE WASHINGTON

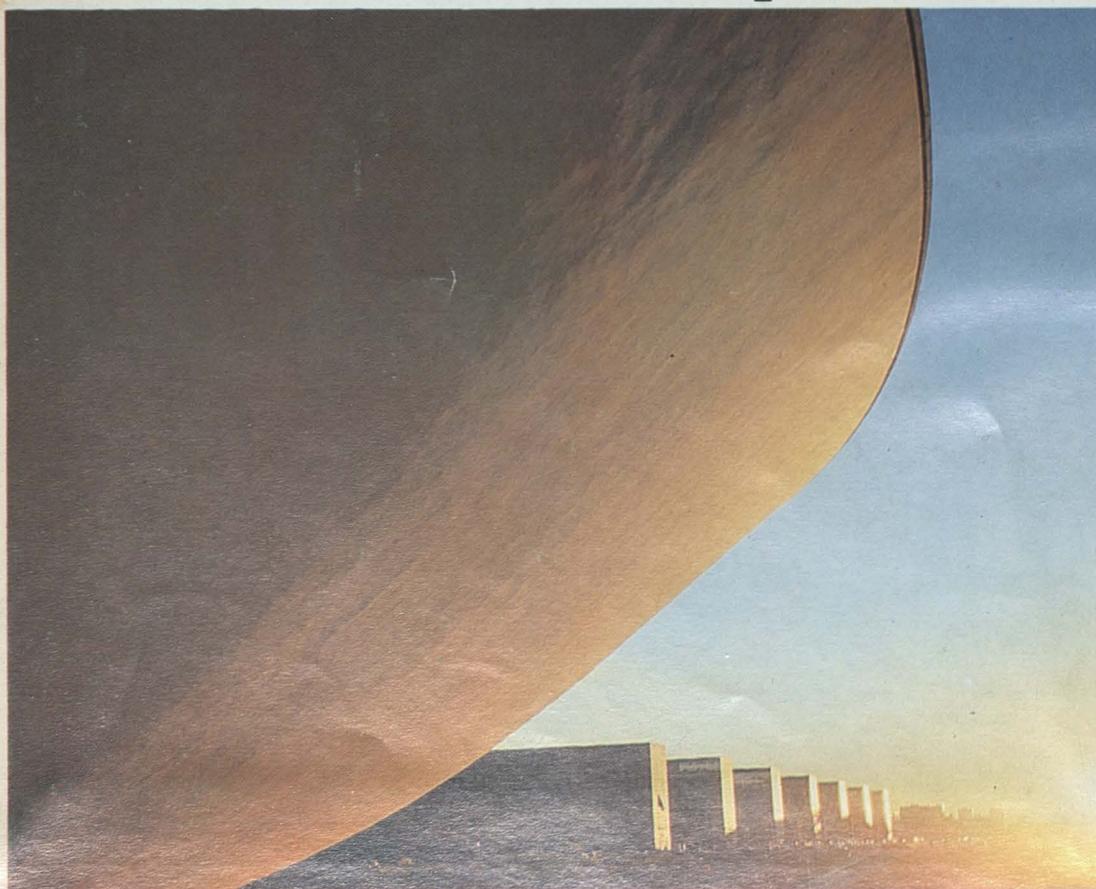


Crise no
sistema
financeiro
ocidental





**Enquanto eles transformam
o Brasil lá dentro, a gente
restaura Brasília aqui fora.**



Na hora em que se elabora uma nova Constituição do Brasil, Brasília está em franca atividade.

Sob inspiração dos seus artistas-construtores — Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e Burle Marx —, o Governo do Distrito Federal está restaurando o projeto original da cidade.

Além disso, está integrando ao plano piloto de Brasília as cidades-satélites que se formaram em torno da capital brasileira nesses seus 27 anos.

Trata-se de um esforço do Governo José Aparecido no sentido de preservar o espírito arquitetônico que orientou a construção da Capital, bem como os seus valores sociais — em especial, a qualidade de vida.

Isso tudo está ocorrendo no momento em que a Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO estuda a inscrição de Brasília na sua lista.

E esse é um fato inédito, porque, embora tenha um caráter próprio, definido pelo Plano Piloto de Lúcio Costa, Brasília é um monumento dinâmico, em franco desenvolvimento.

Por sua importância política, por sua beleza e concepção extremamente originais, Brasília é, hoje, o novo centro do turismo nacional.

Brasília está mudando com o Brasil.

E está ficando cada vez mais bonita.

Departamento de Turismo

Secretaria da Indústria,
Comércio e Turismo

**GOVERNO
JOSÉ APARECIDO**

Brasília. Capital de todos.



MÉXICO

Salinas, um discípulo premiado

□ O economista Carlos Salinas de Gortari é, desde 4 de outubro, o candidato do governo mexicano à presidência da República, nas eleições do ano que vem.

Há quase 60 anos, o PRI indica o candidato à sucessão presidencial visando dar continuidade à política adotada pelo seu antecessor. Os meios empresariais e financeiros mexicanos e estrangeiros, sobretudo dos Esta-

dos Unidos, coincidem em que o ex-titular do Ministério do Planejamento e Finanças é o homem que melhor seguirá a política econômica adotada por Miguel de la Madrid: uma solução progressiva da crise, com a possível implantação de um "Plano Asteca", parecido com o "Cruzado" no Brasil.

vinha fazendo há quase 30 anos, dessa vez "é impossível uma aliança com o PRI", porque ficou claro que "já não existe o objetivo comum de impulsionar o setor estatal da economia". Os números não favorecem a simpatia popular pela candidatura de Salinas. A inflação, que o programa econômico de Miguel de la Madrid prometeu baixar, tem se mantido em torno de



Salinas de Gortari: continuar a política de austeridade

110%. Os preços sobem mais rápido do que os salários, que nos últimos cinco anos perderam 40% do seu poder aquisitivo; o serviço da dívida sangra a economia com a obrigação de pagar um bilhão de dólares por mês de juros (a dívida principal chega a 100 bilhões de dólares) e o desemprego aumenta.

Apesar da manutenção dessa política gerar confrontos entre Salinas e os poderosos sindicatos mexicanos, ninguém duvida de que o próximo presidente manterá a linha de "austeridade" de Miguel de la Madrid, de quem foi aluno na

Universidade Nacional Autónoma do México e a quem deve a fulminante carreira política que aos 39 anos o conduz à presidência do México.

A Corrente Democratizadora, setor dissidente do PRI, reagiu duramente, co-

mo se esperava, à designação de Salinas de Gortari.

Cuauhtémoc Cárdenas, lançado pré-candidato à presidência por essa tendência se desligou do PRI e aceitou a postulação pelo Partido Autêntico da Revolução Mexicana (PARM).

BRASIL/VENEZUELA

Um passo audaz

□ Com a assinatura do chamado "Compromisso de Caracas", Brasil e Venezuela deram um passo qualificado de audaz pela imprensa de ambos os países, em prol de uma mudança radical em suas relações econômicas e políticas, ao fim da visita oficial do presidente José Sarney a Caracas.

Lusinchi e Sarney estabeleceram um programa destinado a dar impulso às relações bilaterais, que apesar da extensa fronteira comum eram pouco significativas. Sarney é o segundo presidente brasileiro que visita a Venezuela em 139 anos de relações diplomáticas (o primeiro foi João Figueiredo, em 1978). Em um dos seus discursos, ele lembrou que as relações comerciais entre os dois países ha-

viam caído a níveis inexpressivos nos últimos anos. Em 1986, a balança comercial foi desfavorável à Venezuela, que comprou produtos no valor de 434 milhões de dólares e vendeu apenas 76 milhões.

Os dois governos decidiram criar um regime preferencial para a aquisição de uma série de produtos. Também decidiu-se promover a criação de empresas públicas mistas e se formalizou um convênio de cooperação entre os consórcios petrolíferos estatais de ambos os países.

No plano político-econômico, os presidentes concordaram em que a América Latina deve lutar conjuntamente para não ser "prisioneira de dívidas que foram feitas sem nos consultar".



Lusinchi-Sarney: incentivar as relações bilaterais

PERU

A batalha dos bancos



Comício em apoio da estatização queima o Tio Sam

□ No dia 14 de outubro, a Guarda Republicana do Peru ocupou a sede do Banco de Crédito, o mais importante banco privado do país, quebrando a resistência do setor à lei de nacionalização do sistema bancário privado peruano, aprovada no começo do mês passado pelo Parlamento do país. Mais seis outros bancos privados, cujos donos também haviam prometido recorrer à força contra a nacionalização, acabaram sendo ocupados pelos interventores nomeados pelo presidente Alan García.

O primeiro round na batalha histórica entre García e os banqueiros terminou com uma vantagem para o presidente, mas a guerra está longe de ter acabado e provavelmente será longa. A



Alan García

questão bancária é o novo front que opõe os setores reformistas do Peru à velha oligarquia agrária e financeira do país.

Em 1969, os grandes latifundiários sofreram um severo golpe com a reforma agrária, mas depois de 1976,

a oligarquia conseguiu reorganizar suas forças graças aos benefícios recebidos dos governos de tendência conservadora que se sucederam até a posse de Alan García, em 1985.

Na década de 70, a indústria peruana apresentou saudáveis índices de crescimento, principalmente nos setores alimentício, têxtil e de construção civil. Paralelamente, cresceu também o poder das elites financeiras, sobretudo graças ao jogo da especulação financeira tolerada pelo governo e à "lavagem" dos dólares do narcotráfico.

Quando Alan García tomou posse, fez um acordo informal com os grandes banqueiros, através do qual o governo mantinha as regras do jogo financeiro com a condição de que os bancos aumentassem os empréstimos favorecidos a pequenos e médios empresários. Os banqueiros, no entanto, se aproveitaram das altas taxas de juros para elevar seus ganhos e, em vez de aumentar os empréstimos e investimentos, começaram a remeter milhões de dólares para contas no exterior.

Diante desse aberto desafio ao governo, Alan García respondeu com a nacionalização dos bancos privados. Como a maioria dos bancos estatizados controlava também as companhias de seguros, elas também acabaram atingidas pela decisão governamental.

Ao estatizar os bancos que detêm cerca de 50% das contas correntes populares (o resto está nos bancos estatais ou mistos), Alan García colocou em prática um projeto para democratizar o crédito, visando em primeiro lugar à média indústria vol-

tada para exportação; em segundo, à pequena empresa, que emprega a maior parte da mão-de-obra peruana; e em terceiro, o setor informal.

Outras experiências a serem ampliadas têm como modelo o sistema de crédito ao pequeno agricultor e o crédito coletivo. Neste último, dez pessoas que vivem do setor informal contraem um empréstimo e se comprometem a pagá-lo em conjunto. Se um deixar de pagar, os demais assumem o débito. No crédito conjunto, os bancos estatais tiveram um índice de inadimplência de apenas 3% no ano passado.

No terreno político, a estatização dos bancos privados colocou o governo em uma encruzilhada. Se a medida for bem-sucedida, é quase certo que o partido de Alan García se torne suficientemente popular para ganhar as eleições presidenciais de 1990. Se o governo não conseguir dobrar os banqueiros, e a economia deteriorar, o partido Apra (Aliança Popular Revolucionária Americana, de centro-esquerda) acabará derrotado.

Os partidos de esquerda, como a Esquerda Unida (IU), apoiaram a estatização dos bancos. A extrema direita e, paradoxalmente, também os ultra-esquerdistas do Sendero Luminoso foram contra.

No final do mês de outubro passado, a Corte Suprema de Justiça anulou as decisões que amparavam os recursos impetrados pelos banqueiros, acabando assim com todos os obstáculos judiciais que impediam a aplicação da lei de estatização.

Instalada Comissão Sul

Com a presença de 25 dos 27 membros que a integram, começou a funcionar, a 2 de outubro passado em Genebra, a Comissão Sul, presidida por Julius Nyerere, ex-presidente da Tanzânia, e cujo secretário geral é o indiano Manmohan Singh. A América Latina está representada na Comissão pelo ex-presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez, pelo vice-presidente de Cuba, Carlos Rafael Rodríguez, pelo chanceler uruguaio, Enrique Iglesias, e pelo economista e ministro

de que o Sul não conseguirá aumentar sua capacidade de negociação com o Norte nem a própria cooperação Sul-Sul, a menos que exista uma instituição permanente para a coordenação de suas próprias atividades", advertiu Nyerere.

Entre os trabalhos da Comissão, se encontra a análise dos temas globais do Terceiro Mundo, assim como das relações Norte-Sul, o estudo dos problemas do subdesenvolvimento e a busca de soluções, entre elas a cooperação



Nyerere: fortalecer o Sul para negociar com o Norte

da Cultura do Brasil, Celso Furtado. Eles assumiram esse cargo a título individual e sem mandato oficial dos seus respectivos governos. (ver terceiro mundo nº 100)

Os trabalhos serão financiados por contribuições voluntárias dos países em desenvolvimento. Nyerere já conseguiu mais da metade dos 10 milhões de dólares necessários para pôr em prática o seu programa de três anos. Em princípio, a Comissão deve encerrar os trabalhos no final desse período, "embora seja possível que cheguemos à conclusão

Sul-Sul e a auto-suficiência a nível nacional e regional.

"Faz dez anos que o Sul procura convencer os países desenvolvidos a se sentarem para discutir os problemas do subdesenvolvimento, sem consegui-lo. Uma das razões é que somos muito fracos. Quando tivermos coordenado nossas estratégias e tivermos força suficiente, o Norte vai começar a falar conosco", garante o presidente da Comissão Sul, adiantando indiretamente o sentido que pretende dar aos trabalhos do organismo.

MOÇAMBIQUE

Reativado Corredor da Beira

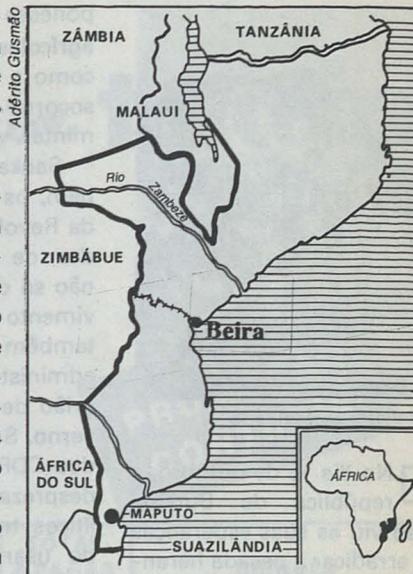
O porto moçambicano da Beira teve sua capacidade ampliada em 30% depois de completadas as reformas realizadas nos dois últimos anos, que eram vitais para a reabertura do tráfego de mercadorias para o Malauí, Zimbábue e Zâmbia. O porto chegou a ficar quase inativo entre 1983 e 1984 devido à interrupção do movimento nas linhas férreas para o interior, provocada pela sabotagem dos grupos armados ligados à África do Sul.

Em consequência, os equipamentos portuários se deterioraram e o canal de navegação que dá acesso ao porto deixou de ser dragado.

O porto da Beira é fundamental para o Zimbábue, que a partir de agora passa a realizar cerca de 40% do seu comércio externo através de Moçambique.

A reforma do porto da Beira foi financiada pela Alemanha Federal e Holanda. Quando todo o plano de remodelação estiver concluído, oito milhões de toneladas de mercadorias e produtos agrícolas poderão transitar, por ano, pelo porto da segunda maior cidade moçambicana.

A estrada de ferro que liga Beira às minas de carvão da província de Tete ainda não está reaberta ao tráfego, depois de ser parcialmente destruída por atos de sabotagem. Também continua



O Corredor da Beira (mapa) é fundamental para a economia moçambicana

inativa a ferrovia Beira-Malauí, igualmente atingida pelos bandos armados da Renamo.

Em compensação, o Malauí já começou a exportar parte de suas exportações através do porto moçambicano de Nacala, situado ao norte da Beira.

Para impedir novas interrupções da linha férrea entre Nacala e o Malauí, o governo moçambicano pediu ajuda francesa durante a visita do presidente Joaquim Chissano a Paris, no começo de outubro. A solicitação tem boas chances de ser atendida a curto prazo.

A reativação gradual dos portos e linhas férreas de Moçambique está tornando realidade o sonho da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento Econômico da África Austral (SADCC), que busca romper a dependência da África do Sul.

Antônio Marques

Adérito Gusmão

Dúvidas sobre o futuro



Sankara: assassinado

□ No dia 15 de outubro, a república de Burkina Faso viu as suas esperanças de erradicar a pesada herança colonial seriamente ameaçadas por um confuso golpe de estado, o quinto após a sua independência. O capitão Thomas Sankara foi assassinado logo depois de ter sido derrubado do poder pelo seu velho amigo e auxiliar direto, o também capitão Blaise Campaore.

Sankara assumiu o governo em 1983 quando, junto com jovens oficiais de tendência nacionalista, derrubou o presidente Jean Baptiste Ouedraogo. Começou então uma revolucionária experiência política na qual o novo governo colocou como principal objetivo a busca da autonomia, tanto política como econômica.

Quando tomou o poder, Sankara, um oficial pára-quedista, tinha pouco mais de 35 anos e teve quase toda a sua carreira marcada por uma grande identificação com os camponeses pobres. Quando era comandante da guarnição de Po, no sul do país, Sankara criou unidades mistas de soldados e cam-

poneses para realizar tarefas agrícolas de emergência, como a luta contra a seca e socorro às populações famintas.

Sankara organizou, também, os Comitês de Defesa da Revolução (CDR), entidades de base encarregadas não só de dar apoio ao movimento que ele iniciou, mas também de executar tarefas administrativas. Era o embrião de um partido do governo. Só que na montagem dos CDRs, o jovem capitão desprezava os métodos políticos tradicionais preferindo usar um sistema mais próximo da disciplina e hierarquia militares, que ele achava mais eficiente e menos complexo.

Para criar hábitos novos no país, dentro de uma preocupação quase obsessiva com a busca da autonomia, a cerveja à base de malte e cevada foi substituída pela feita a partir do sorgo, um produto local. Também foi reduzida a importação de trigo para a produção de pão branco, dando preferência a cereais produzidos na região.

O estímulo dado pelo governo permitiu elevar a produção agrícola num país que durante os últimos 30 anos viu a sua área destinada a cultivos alimentares reduzir-se a um terço, em consequência da prioridade dada às plantações de algodão destinado à exportação. Na safra de 1986, foram colhidas 1,58 milhão de toneladas de cereais, a maior produção dos últimos dez anos. Em Burkina Faso, a agricultura de auto-subsistência contri-

bui com apenas dois quintos do PNB, mas ocupa 90% da população. Dos 27,4 milhões de hectares de terras disponíveis no país, apenas 9 milhões são cultiváveis economicamente e 2,1 milhões efetivamente usados.

Sankara pretendia romper o histórico isolamento de Burkina, um país sem acesso ao mar, através da construção de uma ferrovia ligando o porto de Abidjan, na Costa do Marfim, à capital burquinabense, Ouagadougou, ao mesmo tempo em que deu prioridade ao ambicioso projeto de construção de uma grande represa perto da fronteira com Gana, para favorecer a irrigação e produzir energia elétrica.

Por isso, Sankara passou a adotar uma cuidadosa estratégia diplomática para neutralizar governos vizinhos conservadores e hostis como a Costa do Marfim, Togo e Níger. Seus grandes aliados na região eram Gana e Benin, além de ter as simpatias dos demais governos nacionalistas da África.

O golpe do dia 15 de outubro lançou dúvidas sobre o futuro de Burkina. O capitão Blaise Campaore, 36 anos de idade, há muito tempo era o mais próximo assessor de Sankara. Aparentemente não havia grandes divergências entre os dois, mas o fato do golpe ter provocado a morte do presidente e de mais de uma dezena de auxiliares do capitão Sankara levanta dúvidas sobre as reais intenções do novo governo. O golpe foi repudiado por quase todos os países nacionalistas da África, onde Sankara era muito popular, em particular pela sua luta contra a interferência estrangeira.

Estudos afro-asiáticos

Entre os dias 7 e 11 de setembro, foi realizado em Buenos Aires, o V Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Estudos Afro-Asiáticos (Aladaa). O evento contou com a participação de vários países latino-americanos e delegações de instituições dedicadas ao estudo do tema em Portugal e Espanha. Entre os conferencistas, estava a professora U. Joy Ogwu, pesquisadora do Instituto Nigeriano para Assuntos Internacionais, de Lagos, que participou do congresso como convidada especial.

Durante o encontro, vários temas foram abordados pelas mesas expositoras. Em geral, houve uma assistência expressiva e muita participação do público nos debates, o que demonstra um crescente interesse sobre os temas e problemas afro-asiáticos, não somente quanto à presença dessas culturas na América Latina, mas também sobre o estudo concreto de suas realidades em todos os aspectos.

No encerramento do congresso, a assembléia geral da Aladaa decidiu que o próximo congresso, em 1989, terá provavelmente como sedes as cidades de Havana ou Brasília. Durante esse intervalo, se realizarão congressos periódicos a nível nacional.

Uma das atividades mais importantes a desenvolver nesse período será a elaboração de uma lista geral de pessoas e instituições que, na América latina, se dedicam aos estudos afro-asiáticos, com o objetivo de ampliar o intercâmbio de informação.

Presente pra você e os amigos o ano inteiro.



**Suplemento
BRASIL**

Todos os meses

Assine

**CADERNOS DO
terceiro
mundo**

**DESCONTOS
DE ATÉ 27%**

**PROMOÇÃO
CONTINUA**

Preencha os cupons em letra de forma. Junte cheque(s) nominal(is) ou vale postal (ag. central) no valor dos pedidos, de acordo com a tabela ao lado, e envie para a Editora Terceiro Mundo Ltda.

Efetuando apenas 1 assinatura, a sua ou de um amigo(a), não deixe de preencher também o cupom do brinde.

Nº DE ASSINATURAS	VALOR POR ASSINATURAS CZ\$	TOTAL A PAGAR CZ\$	BRINDES
1	850,00	850,00	
2	800,00	1.600,00	1 Livro de nossa escolha
3	780,00	2.340,00	1 Disco de "Radamés Gnattali"
4	760,00	3.040,00	1 Assinatura de "Cadernos"
5	700,00	3.500,00	1 Disco de "Radamés Gnattali" mais 2 livros de nossa escolha

1 Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.:

Remessa por () cheque nominal ou () vale postal-ag. central

5 Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.:

Remessa por () cheque nominal ou () vale postal-ag. central

2 Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.:

Remessa por () cheque nominal ou () vale postal-ag. central

3 Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.:

Remessa por () cheque nominal ou () vale postal-ag. central

4 Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.:

Remessa por () cheque nominal ou () vale postal-ag. central

CUPOM DO BRINDE - REMETENTE

ESTE PEDIDO REFERE-SE A: Assinatura(s) captada(s) junto aos amigos. Assinatura(s) de presente aos amigos.

Solicito de 1 a 5 assinaturas anuais - 12 exemplares - de "cadernos". Remeto cupons e valores conforme instruções e tabela.

De acordo com a promoção, remeto Cz\$ em () cheque(s) nominal(is) ou () vale postal-ag. central, em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda.

Aguardo o brinde a que tenho direito.

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.:

Caderneta da Caixa

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Esta é a maior, melhor e mais segura caderneta de poupança do País.

GUATEMALA

Conversações governo-URNG

Delegações do governo da Guatemala e dos guerrilheiros da União Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG) se reuniram pela primeira vez em outubro passado, em Madri, em um encontro promovido pelo presidente espanhol, Felipe González.

As conversações reuniram três representantes do governo de Vinicius Cerezo, liderados pelo presidente do Congresso guatemalteco, Roberto Valle Baldizán, e três delegados da guerrilha, entre eles o comandante Rodrigo Asturias ("Gaspar Illom", na organização, filho mais velho do prêmio Nobel de Literatura Miguel Angel Asturias).

Há um ano, o presidente Vinicio Cerezo havia dito em

uma entrevista coletiva que estava disposto a conversar com a guerrilha, "em qualquer momento e lugar", mas o encontro só foi possível após a reunião de cúpula de países centro-americanos de Esquipulas II.

A URNG afirmou em Madri que considera positivos esses acordos, mas que sua aplicação deve levar em conta as características de cada país. "Na Guatemala - afirmou um porta-voz dos guerrilheiros - isso significa desmontar as estruturas de controle da população, respeitar os direitos humanos e econômicos, acabar com as prisões clandestinas e execuções extra-judiciais e apurar responsabilidades pelos 38 mil detidos-desaparecidos".

Os romenos na África



Presidente Ceausescu

O presidente da Romênia, Nicolae Ceausescu, fez 36 visitas a países africanos e recebeu os chefes de estado de 29 nações desse continente. É, sem dúvida, uma marca difícil de ser superada.

O governo romeno tem sido, no bloco socialista, um dos mais ativos no apoio às lutas de libertação dos países daquela área, com os

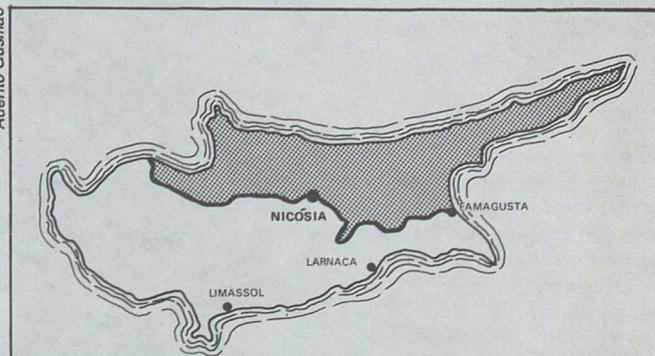
quais desenvolve um intercâmbio econômico significativo. Entre os anos de 1965 e 1986, o comércio romeno com a África aumentou 30 vezes, alcançando no período 81-85, uma soma superior a um bilhão de dólares.

Também tem sido expressiva a preparação de técnicos africanos - sobretudo em petróleo - nas universidades da Romênia.

Sam Nujoma, presidente da Swapo, que luta pela independência da Namíbia, fez a seguinte declaração: "O apoio - material, diplomático e militar - do povo romeno tem sido uma fonte de encorajamento para o povo namibiano."

CHIPRE

Desmilitarizar a ilha



A área com retícula mostra a zona ocupada pela Turquia

O presidente Spyros Kyprianou pediu, em meados de outubro, em Vancouver, aos membros da Commonwealth (Comunidade Britânica) que apoiem sua proposta para uma desmilitarização completa da República do Chipre.

No discurso que pronunciou na abertura da reunião de chefes de estado e de governo da Commonwealth, Kyprianou destacou que com a militarização e a presença de uma força internacional de paz não seria difícil para os greco-cipriotas e turco-cipriotas resolverem pacificamente seus problemas internos, sem intervenções estrangeiras. "Se a Turquia não tem planos expansionistas ou de partilha em relação a Chipre - afirmou - não deveria ter dificuldade em aceitar a proposta".

Kyprianou também lembrou que o problema cipriota não é uma questão entre duas comunidades, e sim "uma invasão e uma ocupação, em aberto desrespeito às resoluções da ONU".

Poucos dias antes, o presidente de Chipre havia se reunido em Nova Iorque

com o secretário geral da ONU, Javier Pérez de Cuéllar, com quem analisou o problema da ocupação turca de quase 40% da ilha de Chipre (ocorrida em 1974 e que se mantém até hoje). O governo cipriota considera que uma conferência internacional promovida pelas Nações Unidas poderia contribuir para resolver o problema.

Por sua vez, o chanceler cipriota George Iacovou declarou, na sede da ONU, que "o caso de Chipre põe à prova o Movimento Não-Alinhado e é um desafio aos seus princípios, e à sua eficácia".

"No ano passado, a Turquia aumentou seus efetivos no Chipre para duas divisões, modernizou e elevou o número de tanques de 200 para 300 unidades e triplicou seu poder de fogo", afirmou Iacovou.

Um total de 65 mil colonos turcos já vivem na parte ocupada pelo regime de Ancara, apesar das resoluções da ONU que proíbem alterar a estrutura demográfica de Chipre. Por outro lado, um terço dos 200 mil habitantes da ilha foram transferidos à força de seus lugares de origem.



Derrota de Reagan

Foi com grande entusiasmo que terminei de ler a reportagem "Uma derrota para Reagan", no número 103 de terceiro mundo.

Já passou da hora de darmos atenção a fatos de que já temos conhecimento há muitos anos e que continuam ocorrendo nos países subdesenvolvidos. Será que ninguém — dentre os que têm acesso a informações fidedignas — consegue discernir entre a democracia interna dos EUA e o seu imperialismo praticado com grande veemência na política externa?

Cansamos de ver pessoas defendendo o país do "querido" Reagan pelo fato de possuir uma democracia exemplar. Só que, infelizmente, não percebem que esta só é exercida dentro do território norte-americano.

Tenho grandes esperanças de uma maior conscientização das pessoas, no sentido de refutarem com todas as forças esse tipo de política; não só a que é exercida pelo cowboy, mas também por qualquer outro que tente contrariar os princípios democráticos, a justiça e a dignidade humana.

Espero que os cinco presidentes centro-americanos façam de tudo para que o acordo não fique só no papel e consigam a adesão de outros países que se encontram na mesma situação.

Mas, de qualquer forma, já deram um grande passo.

Joel Martins de Souza — Brasília, DF — Brasil

Castelhanização e discriminação

Li no nº 103 sobre a discriminação étnico-cultural que se pretende fazer com a população indígena mexicana, através da "castelhanização".

Parece que o problema está mal colocado. Afinal de contas, discriminação étnico-cultural é mantê-los na ignorância, com a formidável barreira lingüística evitando seu acesso à cultura e à tecnologia.

Quem conhece essas regiões sabe que até hoje há índios que precisam pagar intermediários para lavrar uma escritura ou obter um crédito. É óbvio que não é o caso de destruir as línguas e culturas nati-

vas, crime maior. Mas assegurar aos indígenas o acesso a idiomas de uso mundial é dar-lhes as ferramentas e abrir suas possibilidades de chegar ao conhecimento da "aldeia global".

Antônio Gonzales Lopes — São Paulo, SP — Brasil

Refugiados haitianos

Seria interessante e necessário que essa prestigiosa revista dedique algum artigo à forma e nível de vida dos exilados haitianos no Canadá francês (Québec).

Javier Antonio Guerrero (15 anos) — La Candelaria — Caracas — Venezuela

A Aids e a CIA

Tomei a encontrar declarações de ex-agentes da CIA que denunciavam que o vírus da Aids pode ter sido criado artificialmente nos laboratórios dos Estados Unidos, no programa de estudos altamente secretos da guerra química.

Penso que o assunto bem que merece um estudo, pois seria muito grave que uma das doenças que mais pânico tem criado neste fim de século tenha sido uma invenção dos diabólicos tubos de ensaio de cientistas vendidos ao capital e à máquina de guerra norte-americana.

Estella Maris Núñez Fisso — Lima — Peru

Menos desenhos e mais fotos

O que mais me interessa na revista é o seu conteúdo, mas nem por isso deixo de analisar os aspectos gráficos. Creio que é muito melhor utilizar mais fotos do que desenhos, pois o impacto da realidade sempre é maior do que um desenho, por melhor que seja. Foi o que aconteceu com uma das capas do formato anterior, dedicada à morte do presidente Samora Machel, na qual a ilustração — muito boa, sem dúvida — mostrava o novo chefe de estado, Joaquim Chissano, como emergindo da figura de Samora. Creio que teria sido melhor publicar uma boa foto dos destroços do avião do presidente moçambicano.

José Kilombo — Luanda — Angola

Sobre o novo formato

O novo formato da revista melhorou o seu visual, além de se tornar mais segura. Foi uma mudança para melhor. Quanto às suas reportagens, são de excelente qualidade. Têm servido muito para trabalhos escolares. Parabéns.

José Gomes da Silva — Monteiro — Paraíba — Brasil

O conteúdo é que importa

Acho que o importante não é o novo formato em si da revista, mas sim o seu conteúdo informativo da realidade em que vive o Terceiro Mundo. Este sim, é de fundamental importância. Tenho constatado a mesma qualidade informativa que sempre caracterizou a revista. Destaco também o Suplemento Brasil, que vem enriquecer a revista e despertar a atenção dos leitores para assuntos ligados ao Brasil e que não são abordados de forma real e objetiva pela grande imprensa nacional.

Milton Lucas da Silva — Victor Graeff — Rio Grande do Sul — Brasil

O problema da prostituição

Abordar o tema da vida e dos sonhos ou aspirações de uma prostituta não é tarefa fácil para as sociedades como as nossas, mais acostumadas a colocar um manto de silêncio sobre os seus graves problemas sociais do que a analisá-los com realismo e coragem. É por isso que me pareceu tão saudável que no Brasil as prostitutas tenham se antecipado à sociedade e, por si próprias, tenham decidido definir o que esperam do futuro, que papel gostariam de desempenhar e que metas têm que se colocar como "grupo" para fazerem valer os seus direitos civis.

O artigo do nº 102 de terceiro mundo foi muito útil nesse sentido, mostrando que o jornalismo também tem que acabar com velhos tabus.

Marfa Elena Michelotti — Buenos Aires — Argentina



Walter Santos

Material de pesquisa

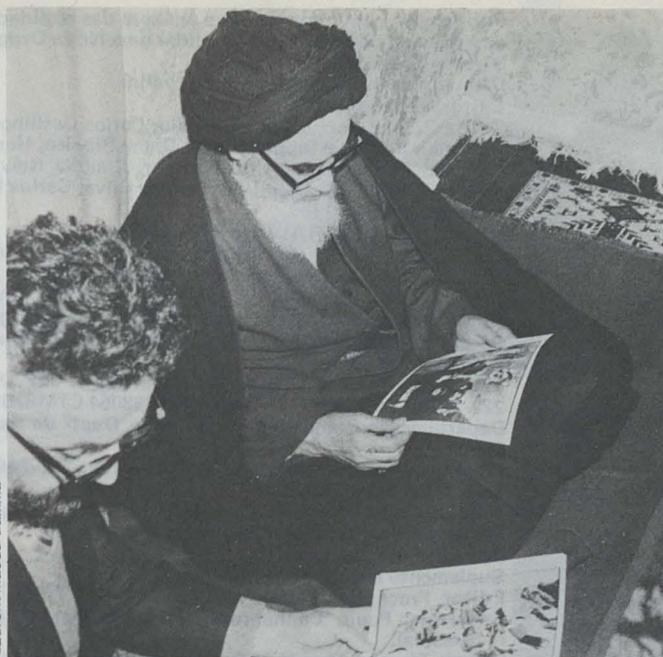
Sou assinante de **terceiro mundo** há alguns anos, acompanhando de perto seu trabalho, tanto que acredito, hoje, "conhecer" a realidade dos povos de algumas regiões do mundo.

Gostaria de contar com o apoio dessa editora para divulgar o processo que estamos conduzindo na Fucri (Fundação Educacional de Criciúma), faculdade em que curso Estudos Sociais.

Trata-se de um processo de transformação de fundação em universidade, processo que exige alguns pré-requisitos, entre eles, a quantidade de volumes da biblioteca.

Assim sendo, solicito-lhes que seja divulgado um pedido aos leitores que puderem contribuir com a doação de livros (material de pesquisa) para podermos completar nossa biblioteca. Nosso endereço: Fundação Educacional Criciúma (Fucri) - Departamento de Estudos Sociais, Att. Prof. Osvaldo Rocha, rua Pascoal Meller, s/n, Campus Universitário, 88.800, Criciúma, SC.

Benedito Possamai - Criciúma - Sta. Catarina - Brasil



Laurent Macous/Gamma

Irã: vítima ou criminoso?

Reagan é um homem que já demonstrou perante o mundo sua insanidade mental, como no episódio do bombardeio da Líbia, no qual não só houve enormes perdas humanas e materiais como também a própria filha do coronel Kadhafi foi assassinada. Também sobram exemplos nas agressões irracionais cometidas contra a pobre e sofrida Nicarágua. Agora chegou a vez do Golfo. É evidente que a guerra entre o Irã e o Iraque foi aumentando e se agravando pela intransigência de Komeini e seu fanatismo místico-religioso. As multidões de jovens que manda para morrer no campo de batalha estão deixando atrás famílias, pais, irmãos, desesperados, destroçados, que estão cheios de ódio e de dor. As sequelas se arrastarão por gerações e gerações.

Mas agora Komeini passou a ser a vítima, porque a presença dos Estados Unidos no Golfo não objetiva pacificar as águas mais importantes do mundo, pelo seu interesse geopolítico e econômico, mas sim serve às finalidades expansionistas dos Estados Unidos, que já estão atacando os iranianos e colocando em perigo a paz mundial.

É urgente que a comunidade internacional saia da sua modorra e exija o fim dessa guerra fratricida.

Omar Ben Salam - Paris - França

Dos jovens africanos

Senti muito orgulho quando li em **third world** (a edição em inglês de **terceiro mundo**) um artigo sobre a Comissão Sul, impulsionada pelo nosso querido ex-presidente Julius Nyerere. (Como podem perceber, sou tanzaniano.)

Aqui, no Movimento Panafricano da Juventude (Panafrican Youth Movement-PYM) temos lido com atenção os últimos números da revista e do **Guia**. Realmente, trata-se de publicações analíticas e informativas, que abordam um amplo espectro de problemas do Terceiro Mundo. Para nós, se tornaram um

material de consulta permanente e pensamos que são indispensáveis para universitários e também para políticos. Em muitos artigos, encontrei informações de grande interesse para minha tese sobre a cooperação Sul-Sul.

Escrevo-lhes em nome dos meus companheiros da Secretaria do Movimento Panafricano da Juventude que me pediram que estendessem a vocês nossas calorosas felicitações pelo trabalho jornalístico que realizam.

Leonid Mushekhe - Secretário do Movimento Panafricano da Juventude - Argel, Argélia

Avante Nicarágua!

Quero fazer meu mais veemente protesto no que diz respeito à palhaçada em que se tornou o "escândalo" Irã/Contras. Não podemos ficar impassíveis diante dessa ignomínia para com a Nicarágua.

Que moral tem o governo norte-americano para falar em direitos humanos? Que direito tem esse governo para falar em democracia? Provado está que a moral e a ética ficam somente para nós, chamados "subdesenvolvidos". Aos grandes e ricos não há lugar para se preocuparem com nicaraguenses, moçambicanos, angolanos, salvadorenses, líbios, palestinos, sul-africanos. Estes são simplesmente braços bara-



tos a enriquecerem o império ou mesmo buchas-de-canhão que, no entender do sr. Reagan e Cia., podem e devem ser descartados quando interesses do Estado imperialista estão em jogo.

Avante Nicarágua!

Paulo José da Silva Gomes - Recife - PE - Brasil

A reunião do México

Depois de ter atravessado uma crise nesses últimos seis anos nas relações com nossos vizinhos centro-americanos, por levar à frente uma política externa excessivamente cautelosa, a reunião de cúpula presidencial deste mês de novembro aqui no México nos dará novamente, aos mexicanos, a possibilidade não só de sermos anfitriões de um evento de importância histórica para nosso continente, assim como também de retomar o caminho de agentes ativos na solução da crise centro-americana e no tema da unidade dos países devedores.

Julián B. Santibáñez - México, DF - México

Jornal Estudantil

Sou estudante de Comunicação Social e meu maior sonho é colocar um jornal estudantil, mas falta tudo - dinheiro, informação de como conseguir máquinas impressoras, etc, etc...

Gostaria de pedir através dessa revista a quem tiver máquinas impressoras que já não use mais, que nos doe ou venda a baixo preço, em solidariedade aos estudantes paraenses.

Marinaldo Martins - Belém - PA - Brasil

INTERCÂMBIO

● *Antonio José de Lemos "Santos"*

A/C de Luis Augusto dos Santos
C.P. 10369

Luanda - Angola

● *Ana Mateus*

A/C de Luis Augusto dos Santos
C.P. 10369

Luanda - Angola

● *Ana Bela Geitónomo*

C.P. 1070

Huombo - Angola

● *Edna Maria dos Santos Rosa*

A/C de Luis Augusto dos Santos
C.P. 10369

Luanda - Angola

● *Palmira Rocha Fernandes*

C.P. 646

Benguela - Angola

● *Sebastião António Angelo*

DAA-Div. de Mercado Estrangeiro
C.P. 834 - Aeroporto 4 de Fevereiro

Luanda - Angola

● *Cecília Florinda Armando*

C.P. 1071

Benguela - Angola

● *Oswaldo Bettencourt*

C.P. 20144

a/c de Mário Francisco

Luanda - Angola

● *André António Maria "Jóias"*

R. João Belo - C.P. 39

Benguela - Angola

● *Karau Martins "Makakas"*

C.P. 988

Benguela - Angola

● *Luis António "Bertonhi"*

C.P. 988

Benguela - Angola

● *Martinha Jololo*

C.P. 1071

Benguela - Angola

● *Vitorino Luis Augusto*

C.P. 2991 - Induve

a/c de Luis Joaquim Augusto

Luanda - Angola

● *Gomes Luciano Neto*

C.P. 834

Div. do Mercado Estrangeiro

Aeroporto 4 de Fevereiro

Luanda - Rep. Popular de Angola

● *Carla Marques*

C.P. 1361

Luanda - Angola

● *Daniel Mendes Lopes Varela*

C.P. 1497 - SEEF - Desporto

Benguela - Angola

mun

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Diretor Geral: Neiva Moreira

Diretor Geral Adjunto: Pablo Piacentini

Editora: Beatriz Bissio

Sub-editores: Roberto Remo Bissio, Carlos Castilho

Conselho Editorial Internacional: Darcy Ribeiro, Henry Pease García, Juan Somavia

Redação Permanente: Artur Poerner, Claudia Neiva, José Carlos Gondim (Brasil), Roberto Bardini (México), Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos, (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai).

REDAÇÃO CENTRAL (Rio de Janeiro):

Departamento de Arte: Lufs Eduardo Carvalho (editor), Miguel Efe, Pedro Toste, Reginaldo Caxias. **Centro de Documentação:** Helena Falcão (diretora), Elizabete Mesquita, Leila Maria C. Pinto, Isabel Falcão, Sônia Lana Drum. **Administração do Banco de Dados:** Raimundo José Macário Costa. **Digitadores:** Álvaro G. Rodrigues, Sérgio Luiz S. Schettino. **Composição:** Luiz Correia, Lillian Ausquia Leão. **Revisão:** Cléa Márcia Soares.

Endereço: Rua da Glória, 122 / 105-106 - CEP 20241 - Rio de Janeiro - Tel.: 222-1370 / 242-1957 Telex: (021) 33054 CTMB-BR

Departamento Comercial: Maria Neiva. **Deptº de Assinaturas e Promoção:** Henrique Menezes.

Endereço: Rua da Glória, 122 Gr. 104 - Tel.: 252-7440.

EDIÇÕES REGIONAIS:

● **Edição em Português:** Circulação no Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe

Diretor: Neiva Moreira

Suplemento Brasil:

Editor: Procópio Mineiro.

Sucursais: Paulo Cannabrava Filho (São Paulo), Clóvis Sena e Memélia Moreira (Brasília).

Editora Terceiro Mundo Ltda.: Rua da Glória, 122 / 105-106 CEP: 20.241

Rio de Janeiro/Brasil/Tel.: 222-1370/242-1957 Telex: (021) 33054 CTMB-BR

Sucursal de Lisboa:

Diretor: Artur Baptista

Tricontinental Editora Ltda. - Calçada do Combro, 10 / 1º andar - Lisboa, 1.200

Tel.: 32-06-50 Telex: 42720 CTM-TE-P

● **Edição em Espanhol**

Sucursal do Rio da Prata / Cone Sul

Diretores: Gerónimo Cardoso e Roberto Bissio

Administração: Hugo Cardoso. **Assinaturas:** Alicia Bidegaray A.C.U. S/A: Av. 18 de

Julio 1263, 3er. piso/Tel.: 90-87-13 Montevideu, Uruguai - **Distribuição no Uruguai:** Hugo Lacosta, Berriel y Martínez, Paraná 750 esq. Ciudadela

Impressão: Imprensa Polo Ltda. Garibaldi 2579 Tel.: 802420 - Montevideu

Representante na Argentina: Rubén Montes de Oca

Distribuição na Argentina (em livrarias): Punto Sur Editores - Av. Pte. Julio A. Roca

751 - 4º C - Tel. 331-4117 / 6461 / 7344 / 6619 - Buenos Aires - Argentina

Bancas: Julio C. Di Pietro, Bolívia 529, Tel.: 6112801 - Buenos Aires, Capital Federal

● **Edição em Inglês (bimestral):**

Editor: Carlos Castilho

Editor Adjunto: Roberto Raposo

Correspondência: Rua da Glória, 122 / 105-106 - CEP: 20241 - Rio de Janeiro/Brasil

Correspondentes: Horacio Verbitsky (Argentina), Fernando Reyes Matta (Chile),

Alejandra Adoum/Eduardo Khalifé (Equador), Rafael Roncagliolo/César Arias Quin-

cot (Peru), Guillermo Segovia Mora (Colômbia), Arqueles Morales (Nicarágua), Ete-

valdo Hipólito (Moçambique).

Colaboradores: Abdul Nafey, Adrián Soto, Agostinho Jardim Gonçalves, Alan

Nairn, Angel Ruocco, Alberto B. Maríantoni, Alice Nicolau, Ana Maria Urbina, An-

tónio Silva, A. Prado, Ash Narain Roy, A.W. Singham, Carlos Aveline, Carlos Car-

doso, Carlos Núñez, Carolina Quina, Cedric Belfrage, Claude Alvares, David Fig,

Edouard Bailby, Eduardo Molina y Vedia, Eugenio Alves, Ezequiel Dias, Fernando

Molina, Francesca Gargallo, Gérard Pierre-Charles, Guiomar Belo Marques, Grego-

rio Selsler, Gridvía Kuncar, Govin Reddy, Herbet de Souza, Hugo Neves, José Bot-

taro, Jim Cason, João Melo, Jorge A. Richards, José Monserrat Filho, Ladislau

Dowbor, Luis Maira, M. Venugopala Rao, Maluza Stein, Marcela Otero, Manuel

Freire, Marcos Arruda, Mark Fried, Mario de Cautfn, Maurício Ubal, Moacir Werneck

de Castro, Mia Couto, Narinder Koshla, Nils Castro, Nilton Santos, Octavio Tostes,

Otoniel Martínez, Pablo Marfínez, Peter Law, Phill Harris, Orlando Senna, Orlando

Neves, Ricardo Bueno, Raul Gonçalves, Ravindran Casinader, Ricardo Soca, Ro-

dolfo de Bonis, Rodrigo Jauberth, Roger Rumrill, Theotonio dos Santos, Víctor

Bacchetta.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (An-

gola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), ALASEI (México);

SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e o pool de agên-

cias dos países não-alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revis-

tas Africa News (Estados Unidos), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo

(Moçambique), Altercom (Itet-México-Chile), Third World Network (Malásia) e Israel

and Palestine Political Report (Paris).

Ilustração capa: Sizenando

Capa: Lufs E. Carvalho

Revista mensal nº 105 - Novembro - 1987



A "glasnost" chega ao Brasil: Sarney recebe Shevardnadze

MATÉRIA DE CAPA

- 12 A nova diplomacia, *Carlos Castilho*
- 17 A "glasnost"
- 18 A Diplomacia privada

AMÉRICA LATINA

- 19 **El Salvador:** Um diálogo difícil, *Jaime Brener*
- 22 **Uruguai:** Romper com os modelos pré-estabelecidos, *Beatriz e Roberto Remo Bissio*
- 25 **Suriname:** Aprovada nova Constituição, *Maria José Montana*

ECONOMIA

- 27 Wall Street estremece o mundo, *Procópio Mineiro*
- 29 Agonia do liberalismo

ÁFRICA

- 31 **Angola:** Nova invasão sul-africana, *João Melo*
- 34 Sucesso na CEE, *Carlos Pinto Santos*

ORIENTE MÉDIO

- 35 **Golfo Árabe:** Tensão máxima, *Juan Carlos Gumucio*
- 38 **Palestina:** "Aceitamos todas as resoluções da ONU", entrevista com Yasser Arafat, *Alberto Mariani*
- 39 **Cisjordânia:** Há sempre uma primavera, *David Grossman*

COMUNICAÇÃO

- 42 **Chile:** Relações esquizofrênicas, *Michael Smith*

IDÉIAS

- 44 Eduardo Galeano: Homenagem à liberdade

SUPLEMENTO BRASIL

- 48 **Economia:** Estatismo x privatização, *Domar Campos*
- 52 O que a Bolsa quer, *Nereida Daudt*
- 53 O que o país precisa, *Clóvis Sena*
- 54 **Petrobrás:** um motor do desenvolvimento nacional
- 55 **Comunicações:** Embratel, monopólio ameaçado
- 57 **Saúde:** As interrogações do átomo
- 60 **Estudantes:** Meio século de grandes lutas, *Artur José Poerner*
- 63 **Outubro**
- 66 **Social:** A dura infância na Baixada
- 69 **Drogas:** Uma nova política antidrogas
- 71 **Cultura:** O cinema visita a história
- 72 **Opinião:** O espírito do "Petróleo é nosso", *Neiva Moreira*



A queda da Bolsa de Nova Iorque denunciou ao mundo a crise da economia norte-americana



Prisioneiros da Unita: a África do Sul invade novamente Angola, tentando evitar o colapso militar dos seus subordinados



Golfo Árabe: a agressão norte-americana contra alvos iranianos leva a tensão ao máximo

A nova diplomacia

A tradicional dependência latino-americana em relação aos Estados Unidos está cedendo diante da decisão de unir forças em favor da autonomia

Carlos Castilho

Na última semana de novembro do corrente ano, oito presidentes da América Latina vão discutir no México a questão da dívida externa e a situação política do continente. Trata-se de uma reunião sem precedentes na América Latina, porque pela primeira vez na história da região, os Estados Unidos estarão de fora de um encontro onde seus interesses estão diretamente envolvidos.

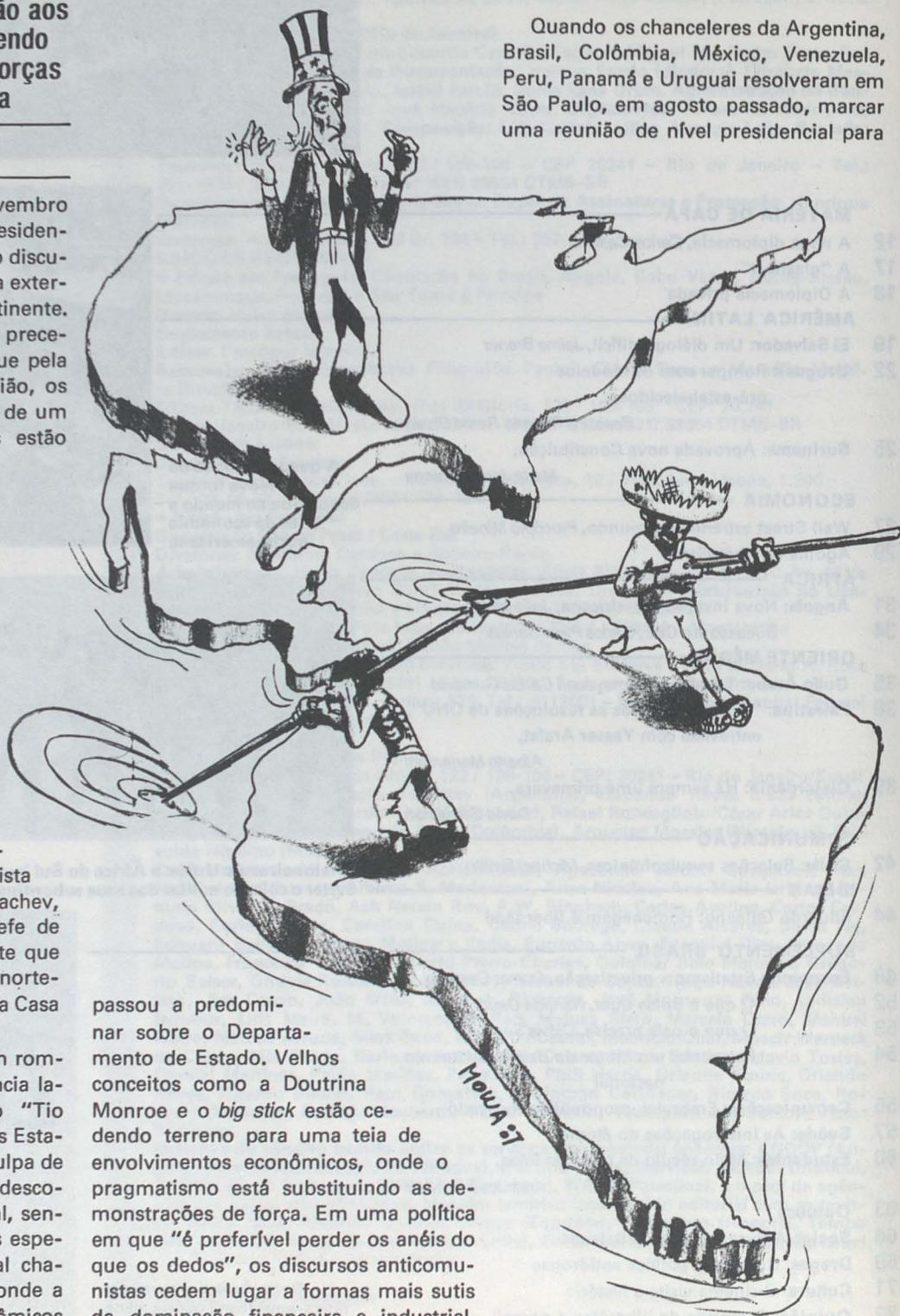
O isolamento de Washington na América Latina se tornou evidente em agosto passado, quando na Guatemala cinco nações centro-americanas resolveram, também sem a participação norte-americana, aprovar um plano de paz para essa região.

Mas será no começo de 1988 que se tornarão mais claros os indícios dessa cautelosa independência diplomática latino-americana. Nada mais nada menos do que o secretário geral do Partido Comunista da União Soviética, Mikhail Gorbachev, fará a primeira visita de um chefe de governo soviético a um continente que até agora era considerado pelos norte-americanos como um "quintal" da Casa Branca.

Ainda é prematuro falar de um rompimento da tradicional dependência latino-americana em relação ao "Tio Sam". Na verdade, o governo dos Estados Unidos perdeu terreno por culpa de sua incompetência, inabilidade e desconhecimento da realidade regional, sendo ultrapassado pelo que alguns especialistas em política internacional chamam de "diplomacia privada", onde a ação dos grandes grupos econômicos

passou a predominar sobre o Departamento de Estado. Velhos conceitos como a Doutrina Monroe e o *big stick* estão cedendo terreno para uma teia de envolvimento econômico, onde o pragmatismo está substituindo as demonstrações de força. Em uma política em que "é preferível perder os anéis do que os dedos", os discursos anticomunistas cedem lugar a formas mais sutis de dominação financeira e industrial.

Quando os chanceleres da Argentina, Brasil, Colômbia, México, Venezuela, Peru, Panamá e Uruguai resolveram em São Paulo, em agosto passado, marcar uma reunião de nível presidencial para



os dias 27 e 28 de novembro próximo, no México, e em outubro, se reuniram em Punta del Este, Uruguai, para definir sua agenda, eles estavam dando um passo decisivo para criar um sistema autônomo de decisões políticas e econômicas sem a participação direta dos Estados Unidos. Trata-se de um velho sonho dos nacionalistas do continente que, durante décadas, lutaram pela unidade regional para enfrentar o poderoso vizinho do norte. Muita gente já deu a vida e muitos governos foram derrubados à força porque ousaram desafiar a hegemonia norte-americana.

Todos os oito presidentes que hoje formam o chamado Grupo do Rio (ou Grupo dos Oito) não são revolucionários, nem marxistas e nem muito menos podem ser considerados antinorte-americanos. O fato de eles terem decidido esquecer velhas rivalidades regionais e de terem cautelosamente desafiado a empedernida desconfiança de Washington em relação a articulações autônomas é uma consequência direta dos desdobramentos da crise da dívida externa e da incapacidade da administração republicana de encontrar um relacionamento aceitável para os países latino-americanos.

Os primeiros sinais claros de um distanciamento surgiram durante a guerra das Malvinas, quando a esmagadora maioria dos países latino-americanos ficou do lado da Argentina, enquanto os Estados Unidos se alinharam com a Grã-Bretanha. A posição latino-americana, na época, não só era a reação natural contra a agressão externa, como se apoiava numa série de tratados internacionais, como o controverso Tratado do Rio de Janeiro¹, cuja adoção havia sido quase que imposta pelos Estados Unidos, em 1949, como um instrumento da guerra fria.

Quando a Casa Branca ignorou os dispositivos do Tiar e fez caso omissivo

da controversa Doutrina Monroe no caso das Malvinas, as fraturas começaram a ficar expostas. Elas se tornaram mais agudas a partir dos anos 80, quando surgiu um novo contencioso nas relações entre Washington e as demais capitais do continente.

A começar pelo México, os países latino-americanos passaram a sentir o peso da dívida externa na sua sobrevivência política e econômica e esbarraaram na intransigência dos czares econômicos de Reagan. O México teve que suspender o pagamento de sua dívida de 80 bilhões de dólares, em agosto de 1982, no momento em que a queda dos preços internacionais do petróleo reduziu drasticamente as receitas de exportação. Na mesma época, os juros sobre



Guerra das Malvinas: os primeiros sinais de distanciamento

a dívida cresciam a uma taxa de, em média, 12% ao ano. Nem a queda dos preços do petróleo e nem a taxa de juros podiam ser controlados pelos mexicanos, cuja economia dependia totalmente de fatores externos ao país.

O mesmo fenômeno começou a afetar outras nações do continente, notadamente o Brasil, que passou a viver agudas dificuldades de caixa diante da obrigação de gastar no mínimo um bilhão de dólares mensais para pagar juros de uma dívida também de 80 bilhões de dólares (valor de 1984), ao mesmo tempo em que via o valor de suas exportações diminuir cada vez mais pela queda das cotações das matérias-primas.

A redemocratização

O agravamento dos problemas da dívida coincidiu com o período em que alguns dos chamados "grandes" da América Latina, como Brasil e Argentina, deixaram de ser governados por ditaduras militares para iniciar um retorno à democracia formal. Os governos civis de José Sarney (no Brasil) e Raúl Alfonsín (na Argentina) herdaram dos militares débitos externos muito pesados, ao mesmo tempo em que passaram a ser os depositários das esperanças de milhões de eleitores que associaram a redemocratização com melhorias do nível de vida.

Só que na hora de renegociar a dívida, tanto Sarney quanto Alfonsín não encontraram da parte dos credores nenhuma flexibilidade. Pelo contrário, foram pressionados a engolir o receituário clássico do Fundo Monetário Internacional, com recessão, redução de despesas sociais e desnacionalização. O sonho de um alívio econômico após longos anos de ditadura entrou em conflito com as condições draconianas impostas pelos credores, com o aval de Ronald Reagan. O resultado foi uma

desilusão generalizada que contagiou também governos como o do Uruguai, Peru, Equador e Venezuela.

A redemocratização tão decantada em Washington esbarrou numa política recessionista que provocou descontentamento popular e conseqüentemente o enfraquecimento dos governos civis. Sarney e Alfonsín foram assim encostados contra a parede, fenômeno que atingiu também o presidente civil do Uruguai, Julio Sanguinetti. A manutenção das garantias individuais, do direito de participar, torna-se a cada dia que passa mais difícil de conciliar com o centralismo e autoritarismo decorrentes da aplicação da doutrina do FMI. E, quando o Brasil, Argentina e Uruguai

perceberam a armadilha em que haviam caído, começaram a estabelecer contatos entre si, no que foram imediatamente seguidos por países como México, Peru, Panamá, Venezuela e Colômbia, que também estavam insatisfeitos com a posição norte-americana, simbolizada nas propostas de James Baker, o secretário do Tesouro norte-americano.

Quando o Brasil e a Argentina, junto com o México, passaram a articular um movimento em favor de uma discussão autônoma sobre o problema da dívida, outros países, que sozinhos nada poderiam fazer, imediatamente aderiram à idéia e aí ganhou corpo a reunião do México.

A iniciativa de coordenar a ação dos devedores latino-americanos, sem a ingerência dos Estados Unidos, não é nova. O presidente cubano Fidel Castro já havia lançado essa sugestão em uma reunião internacional em Havana, em 1985, propondo uma moratória conjunta de todos os países endividados, como forma de escapar da situação "se ficar o bicho pega, se correr o bicho come" (dívida crescente e exportações em queda livre).

Na época, a moratória conjunta, e até mesmo individual, era gesto estigmatizado não só por todo o *establishment* bancário internacional, que ameaçava retaliações tonitroantes, como pelos demais governos latino-americanos. Mas a realidade acabou empurrando países como o Brasil para a moratória e nada aconteceu. Também o Peru, Equador e Bolívia limitaram os seus pagamentos externos a 10% de suas exportações e nada de grave aconteceu.

Exportando o capital que não temos

A América Latina deve hoje em conjunto 340 bilhões de dólares e todos os países do continente exportam por ano produtos e serviços no valor de 150 bilhões de dólares (dados de 1986). O superávit comercial da América Latina está avaliado, também segundo dados do ano passado, em 18,7 bilhões de dólares, menor do que as remessas líquidas de dinheiro para pagamento de juros da dívida externa. Só no ano passado, foram enviados aos credores 25 bilhões de dólares, o que em última análise quer dizer que, além do saldo comercial, mais 6,3 bilhões de dólares foram retirados das reservas cambiais latino-

americanas, que hoje chegaram ao nível mais baixo de toda a sua história.

Acredita-se que atualmente os países latino-americanos no conjunto não tenham mais do que 15 bilhões de dólares em reservas. E, paradoxalmente, uma região subdesenvolvida que necessita de forte investimento para financiar projetos que gerem emprego e aumentem a produção, se converteu, por causa da dívida, em exportadora líquida de capitais para o mundo desenvolvido.

A pressão dos credores obriga os devedores a remeterem em média 20 bilhões de dólares por ano para o exterior, enquanto as entradas líquidas de capital a título de investimento caíram de 34,6 bilhões de dólares no período 79/82 para apenas 6,5 bilhões de dólares no período 83/86. Dados do Banco Mundial indicam que o Produto Interno Bruto (PIB) per capita na América Latina caiu de 2.390 em 1982 para 2.140 dólares em 1986, graças à ação conjunta da recessão econômica e do crescimento demográfico.

A sangria dos recursos latino-americanos foi exposta em termos muito crus e diretos por um grupo de ex-presidentes latino-americanos que se reuniu em Bogotá, capital da Colômbia, em maio passado. Eles afirmaram que nos últimos seis anos os países do continente pagaram a seus credores aproximadamente 130 bilhões de dólares, mas apesar disso a dívida cresceu no mesmo período em cerca de 100 bilhões de dólares.

Comércio e ajuda

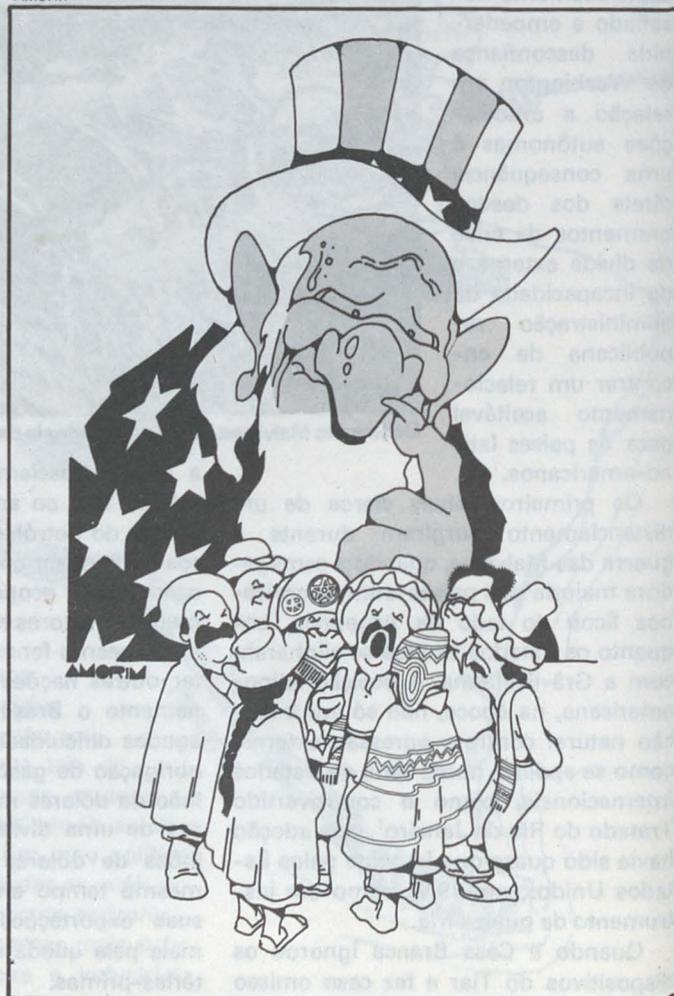
Na América Latina, surgiu também a tendência de tentar vincular os pagamentos da dívida externa a uma porcentagem do cres-

cimento do PIB. O Brasil, por exemplo, tentou limitar a remessa de divisas a 2 ou 3% do seu PIB, ao mesmo tempo em que exigia dos países credores uma reciprocidade a ser materializada na forma de melhores condições comerciais e fim do protecionismo. Mas nem uma nem outra idéia foram aceitas pelos credores, que insistiram na tese clássica da supervisão do FMI sobre as economias endividadas.

Além do veto sistemático a todas as sugestões feitas pelos governos latino-americanos, as autoridades financeiras internacionais impuseram a corrida louca por exportações. Para merecerem alívios temporários em suas contas externas, os países devedores foram obrigados a orientar a sua produção para o mercado externo.

Foi uma típica armadilha, já que ao dar prioridade para as exportações, sacrificando o mercado interno, os países endividados da América Latina acabaram travando uma competição suicida onde um procurava vender mais barato

Amorin



que o outro. O resultado foi a saturação do mercado internacional, o agravamento da queda dos preços das matérias-primas exportadas e um aumento da lucratividade dos países importadores industrializados, que passaram a poder escolher fornecedores, impondo condições.

Como se isso não bastasse, os Estados Unidos, especialmente, impuseram barreiras alfandegárias a produtos industrializados como calçados, sucos de frutas, produtos siderúrgicos, têxteis e outros, para proteger fabricantes e produtores internos, ameaçados pela competição dos países latino-americanos endividados. Assim, muitos foram afastados do seu principal mercado consumidor através de medidas retaliadoras, em sua maioria de caráter político. O Brasil, por exemplo, foi sancionado em algumas de suas exportações porque tenta desenvolver uma indústria eletrônica e de informática autônoma.

A realidade é didática

A armadilha das exportações acabou convencendo até os mais apaixonados adeptos do "Tio Sam" na América Latina, de que era inútil seguir os "conselhos" do presidente Ronald Reagan. Até a tão decantada "ajuda" para o desenvolvimento dos Estados Unidos à América Latina sofreu nos últimos dez anos uma redução drástica. Além de terem sido praticamente suspensos os financiamentos a longo prazo para obras de infra-estrutura, as verbas liberadas passaram a ter uma prioridade política voltada basicamente para a segurança. Nenhum projeto de alcance teoricamente popular, como a Aliança para o Progresso nos anos 60, foi lançado a partir do final da década de 70. A Casa Branca passou a liberar verbas apenas nos casos vinculados ao combate ao tráfico de drogas, como foram os casos da Bolívia e Colômbia; ou então, na América Central, onde o objetivo continua sendo a desestabilização do governo sandinista da Nicarágua.

Diante das resistências dos credores, os países latino-americanos passaram a assistir a um inédito empobrecimento da sua população, a ponto de países como o Brasil terem hoje cerca de 42% de seus habitantes - quase 50 milhões de pessoas - vivendo com uma renda anual que não ultrapassa, em média, os

600 dólares. Nos países mais pobres, como o Haiti, a renda média per capita anual não passa dos 400 dólares. Na Argentina, o poder de compra do salário caiu 70% nos últimos dois anos. Os serviços assistenciais e os organismos públicos responsáveis por serviços básicos entraram em colapso e o consumo interno caiu a índices nunca vistos na história do continente.

É claro que nessas condições fica muito difícil a sustentação política de regimes que se pretendem democráticos. A multiplicação de greves e protestos torna-se inevitável, da mesma forma que aumenta a desilusão popular com líderes e partidos tradicionais. Os regimes constitucionais tornam-se vulneráveis e a tentação do retorno ao autoritarismo começa a crescer em alguns setores desiludidos com a democracia.

Por isso, os oito presidentes resolveram buscar saídas alternativas, procurando entre outras coisas salvar os

ses de importações essenciais.

Ironicamente, foi a própria dívida que acabou ressuscitando velhas propostas da esquerda nacionalista latino-americana sepultadas à força pelos Estados Unidos nos anos 60. A integração econômica latino-americana, o projeto de unidade monetária e o sistema de troca foram originalmente apresentados por economistas e estudiosos da esquerda latino-americana logo depois da vitória da revolução cubana, mas foram sistematicamente boicotados sob a acusação de serem antinorte-americanos. Hoje, ressuscitam através das mesmas elites empresariais e políticas que ajudaram os Estados Unidos a boicotá-las. Até mesmo poderosas empresas transnacionais como a Ford e a Volkswagen aderem ao integracionismo para repartir entre si mercados regionais e racionalizar o uso de fábricas ou linhas de montagem que se tornaram ociosas em função da queda do mercado consumi-



A queda de Somoza na Nicarágua despertou simpatias generalizadas na América Latina

seus mandatos. Brasil, Argentina e Uruguai estabeleceram a partir do início deste ano um sistema de intercâmbio destinado a reduzir os efeitos da corrida selvagem por exportações. Buscam também uma complementação econômica que reduza a necessidade de usar suas escassas reservas em dólares para pagar importações essenciais à vista, já que nenhum dos fornecedores tradicionais vende mais a prazo para países endividados e muitos deles em moratória.

O sistema do comércio compensado, ou *barter*, passou também a ser uma alternativa para países como o Brasil, Uruguai e Argentina, cujas reservas monetárias em dólar são suficientes para pagar no máximo um ou dois me-

dor interno em países como Argentina e Brasil.

Nicarágua não foi outra Cuba

Se no restante da América Latina, a dívida jogou a maioria dos governos em rota de colisão com os Estados Unidos, na América Central existe um problema adicional: a guerra provocada pela decisão do presidente Reagan de desestabilizar o governo sandinista na Nicarágua. Trata-se de uma verdadeira obsessão da Casa Branca, repetindo de alguma forma a histeria anticubana que tomou conta de Washington no início da década de 60, depois que Fidel Castro se proclamou marxista-leninista.



Os cinco presidentes centro-americanos, na assinatura dos acordos de Esquipulas-2

No caso de Cuba, a Casa Branca conseguiu, às custas dos mais variados tipos de intimidação e pressão, obter o apoio da maioria dos governos conservadores do continente para impor um isolamento diplomático e comercial contra Fidel Castro. Mas com a Nicarágua, isso já não foi possível.

A derrubada da ditadura pró-norte-americana de Anastacio Somoza, em 1979, na Nicarágua, despertou simpatias generalizadas na América Latina. Além disso, os sandinistas, logo após a tomada do poder, adotaram um modelo político pluralista e não-alinhado que gerou enormes expectativas no resto do continente. Washington então passou à interferência direta, alegando que o vírus revolucionário nicaraguense acabaria contagiando os instáveis regimes de El Salvador, Honduras e Guatemala. Reagan se envolveu diretamente no problema ao conferir aos adeptos de Somoza o dúbio título de "combatentes da liberdade" e apoiá-los militarmente.

Diante da guerra não-declarada na América Central, o México, Panamá, Colômbia e Venezuela resolveram propor uma mediação entre os sandinistas e os países aliados dos Estados Unidos (Honduras, Guatemala, El Salvador e Costa Rica), por meio do que ficou conhecido como Grupo de Contadora, surgido numa reunião na ilha de Contadora (Panamá), em 1983. A mediação esbarrou na resistência norte-americana, mas isso convenceu os quatro países de que havia necessidade de manter a

busca da paz e do entendimento, porque a outra alternativa era a guerra, que acabaria afetando todo o continente.

Em 1985, surgiu o Grupo de Apoio a Contadora, formado pelo Brasil, Argentina, Peru e Uruguai, ampliando a ação do grupo inicial. A partir daí, todos os países do continente se envolveram direta ou indiretamente na tentativa de buscar uma solução negociada para a crise na América Central, independentemente de Washington, e colocando a Organização dos Estados Americanos (OEA) numa situação paradoxal.

Originalmente, a OEA foi usada pelos Estados Unidos como um instrumento para dar representatividade continental à política externa do Departamento de Estado. Hoje, no entanto, o secretário geral da OEA, o brasileiro Baena Soares, participa das negociações de paz na América Central, à revelia dos Estados Unidos. Também sem o apoio norte-americano, a Organização dos Estados Americanos – que Fidel Castro já chamou de "Ministério das Colônias dos EUA" – condenou a decisão adotada no ano passado pela Inglaterra de ampliar os seus limites marítimos em torno das ilhas Malvinas, no Atlântico Sul.

Embora os principais países latino-americanos neguem oficialmente, numa atitude de cautela diplomática, o fato é que as oito nações envolvidas no Grupo de Contadora estão criando o embrião de uma OEA sem os Estados Unidos.

No dia 7 de agosto passado, o governo da Costa Rica fez uma proposta

de paz para a América Central, que foi aceita pela Nicarágua, El Salvador, Guatemala e Honduras, enquanto o governo norte-americano deixava claro que não engolira o acordo (ver *terceiro mundo* nº 104). O plano de paz previa um cessar-fogo de 90 dias; fim da ajuda externa aos grupos rebeldes na Nicarágua e em El Salvador; proibição do uso de território estrangeiro para bases de movimentos rebeldes; eleições livres no final dos mandatos dos presidentes atuais e liberdade para a ação de todos os partidos políticos.

Honduras e El Salvador, surpreendentemente, assinaram o acordo, apesar de estarem solidamente ligados aos Estados Unidos em matéria de ajuda militar. Ronald Reagan se recusou a suspender a ajuda militar aos "contras" nicaraguenses e encaminhou ao Congresso do seu país uma proposta de ajuda no valor de 140 milhões de dólares, desafiando abertamente os acordos de Esquipulas.

Assim, a guerra estimulada pelos Estados Unidos não beneficiou ninguém na América Central e os governos começaram a sentir enormes dificuldades para administrar os escombros de economias que já não eram muito sólidas quando a crise começou. Até os mais obstinados anticomunistas começaram a ceder diante das evidências de um empobrecimento galopante na região. A Nicarágua também passou a pagar um preço alto demais para enfrentar o cerco por terra e mar. Com isso, Reagan acabou ficando isolado na sua intransigente defesa da guerra prolongada contra os sandinistas.

A crise centro-americana ainda não acabou. A situação continua instável e os êxitos parciais alcançados no desarmamento de espíritos ainda não são definitivos. Mas uma coisa parece evidente: que os países centro-americanos, pela primeira vez desde o início da crise, perceberam que podem buscar solução para os seus problemas sem terem que funcionar como porta-vozes do Departamento de Estado norte-americano. E atrás deles, está o resto da América Latina. ●

¹ Oficialmente conhecido como Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar), que estabelecia uma solidariedade político-militar conjunta contra qualquer ataque bélico por parte de uma potência situada fora do continente americano.

A "glasnost"

Em setembro passado, o ministro das Relações Exteriores da União Soviética, Eduard Shevardnadze, tornou-se o primeiro dirigente da URSS a visitar a América do Sul. O objetivo da viagem era, principalmente, aplainar o terreno para uma futura turnê latino-americana de Mikhail Gorbachev. Shevardnadze foi muito cauteloso em suas declarações no Rio de Janeiro, Buenos Aires e Montevidéu, procurando sempre eliminar suspeitas de que a abertura (*Glasnost*) soviética na América Latina representava uma tentativa de expansionismo diplomático num momento em que os países do continente procuram uma posição mais autônoma em relação a Washington.

No entanto, o chanceler não deixou de lançar discretas farpas contra o Departamento de Estado norte-americano e o Pentágono ao afirmar que a URSS desconhece qualquer divisão de áreas de influência capazes de colocar a América Latina sob a hegemonia norte-americana. Na realidade, o ministro soviético sabe que os Estados Unidos ocupam uma posição privilegiada na América Latina, mas procurou reduzir essa situação a uma questão de fato (sujeita a alterações) e não de direito (o que implicaria ser imutável).

O Kremlin tenta se reaproximar da América Latina, procurando explorar novas oportunidades comerciais capazes de, a médio e longo prazos, fornecerem dividendos políticos.

Alianças comerciais

Paradoxalmente, foi no período mais repressivo que começaram a ser forjadas algumas das mais importantes alianças comerciais da URSS com países do continente, como Argentina, Brasil, Peru e México. Os soviéticos passaram a importar matérias-primas e fornecer equipamentos e serviços para setores de base, como energia e transportes. A Argentina tornou-se o parceiro mais importante, graças às suas exportações de trigo. O Brasil também passou a vender minérios e soja, enquanto o Peru, a partir de 1968, associou-se aos soviéticos no terreno da pesca e chegou

a tornar-se o primeiro país latino-americano, além de Cuba, a comprar armas da URSS.

Durante a década de 70, os soviéticos chegaram a equipar 20% das represas hidrelétricas do subcontinente.

A penetração comercial dos soviéticos foi muito facilitada pelo sistema de pagamento adotado. Além dos financiamentos serem a longo prazo e juros baixos, sempre houve a cláusula de reciprocidade, o que dava aos latino-americanos a possibilidade de trocar matérias-primas por manufaturados e



Shevardnadze visita o presidente José Sarney: preparando a vinda de Gorbachev

serviços. Mas, a URSS sempre comprou mais (exceção do Peru) do que vendeu, fato que gerou grandes saldos comerciais a favor dos latino-americanos, acabando por estancar o comércio bilateral.

A partir dos anos 80, o comércio entre a URSS e a América Latina entrou em declínio em termos globais por causa dos saldos desfavoráveis. Aí começou a ser explorada a possibilidade de *joint-ventures*, onde o Brasil teve um papel destacado. A primeira experiência bem-sucedida ocorreu no Peru, onde empresas brasileiras se associaram a soviéticas na construção de uma hidrelétrica. Mais recentemente, uma nova *joint-venture* foi feita por brasileiros e soviéticos em Angola, nas obras da represa de Capanda.

Durante a visita de Shevardnadze,

ficou acertada a mais complexa de todas as *joint-ventures* entre os dois países. Ela prevê a construção de uma fábrica de sucos de frutas na União Soviética, usando *know-how* e matéria-prima brasileiros para produzir suco concentrado de laranja, que será vendido nos Estados Unidos e Europa. Uma firma sueca se encarregará do empacotamento do suco. Os ganhos no mercado consumidor serão divididos entre os sócios da *joint-venture*, que, além disso, beneficiará suco de maçã produzido na URSS e para consumo local.

A aproximação soviética com os latino-americanos tem sido facilitada também pela posição do Kremlin no que se refere ao pagamento da dívida externa. Além de ter sido sempre favorável ao pagamento de débitos com produtos

Agência JB

primários ou manufaturados, a URSS sempre adotou juros não-extorsivos nas suas relações com o continente. Isso fortaleceu a sua imagem como sócio razoável.

O comércio soviético com a América Latina ainda não chega a 10% das trocas globais externas do continente, mas já começa a render dividendos políticos. Gorbachev vem tentar, no ano que vem, maximizar esses ganhos usando habilmente a sua *glasnost*. A presença do líder soviético no continente talvez acabe sendo mais lucrativa para seus anfitriões do que para ele próprio, já que os presidentes latino-americanos passarão a utilizar a "carta soviética" nas negociações com os credores de Wall Street e da City. Este, sim, é um argumento que seguramente pode tirar o sono de Ronald Reagan. ●

A diplomacia privada

Os erros e a obstinação tanto da Casa Branca como do Departamento de Estado em questões como a dívida e o conflito centro-americano aumentaram a distância entre Washington e as demais capitais do continente. A perda de iniciativa política e o surgimento de uma nova consciência latino-americana esbarram, no entanto, no desenvolvimento de um projeto político e econômico surgido há uns 20

anos de forma embrionária e que agora está adquirindo características bem claras. Alguns especialistas, como o uruguaio naturalizado brasileiro René Dreyfuss, passaram a chamar esse novo fenômeno de "diplomacia privada", porque o Estado norte-americano passa a ser substituído por entidades privadas, tanto a nível legal como ilegal.



Oliver North e o "Irãgate": rede clandestina de acordos

anos de forma embrionária e que agora está adquirindo características bem claras. Alguns especialistas, como o uruguaio naturalizado brasileiro René Dreyfuss, passaram a chamar esse novo fenômeno de "diplomacia privada", porque o Estado norte-americano passa a ser substituído por entidades privadas, tanto a nível legal como ilegal.

Na "diplomacia privada", os interesses estratégicos, políticos e econômicos dos Estados Unidos já não se expressam obrigatoriamente através da ação do Estado, como aconteceu no período do *big stick* e depois no da guerra fria, mas em iniciativas diretas de empresas e corporações. O embrião do novo estilo diplomático surgiu quando as grandes corporações criaram a sua "internacional capitalista" através da qual os empresários formaram associações e grupos de pressão. O Conselho das Américas surgido na década de 60 foi a expressão mais clara dessa fase política

da ação das transnacionais na América Latina (ver matéria "A Internacional Capitalista", Terceiro Mundo nº 99). Até a década de 70, as transnacionais procuravam fazer com que o Estado norte-americano espelhasse da forma mais concreta possível os seus interesses estratégicos. Foi o que aconteceu no golpe militar do Brasil em 1964, no Uruguai e no Chile em 1973 e na Argentina em 1976.

Depois de dominar todo o sistema econômico norte-americano e atravessar o Atlântico para contagiar a Europa, o liberalismo se tornou hegemônico na diplomacia norte-americana. Por pressão de Washington e das grandes transnacionais, foram caindo, um a um, os cartéis internacionais de produtores de matérias-primas. Alguns simplesmente naufragaram, como foi o caso do estanho; outros sobrevivem a duras penas como os do açúcar, cobre, cacau e café, enquanto a Opep (petróleo) não é mais o sólido e poderoso grupo dos anos 70. Em quase todos os organismos econômicos internacionais, predomina hoje a teoria da liberdade total e eliminação de protecionismos, reservas de mercado e preferências.

A nível ilegal, a expressão mais clara da "diplomacia privada" é o escândalo "Irãgate", que mostrou uma rede complexa de acordos e transações feitos clandestinamente à revelia do Departamento de Estado norte-americano.

O novo discurso político passou a ser

basicamente antiestatal, numa estratégia destinada a aproveitar o enfraquecimento do aparelho público transformado em responsável único pelo gigantesco endividamento regional. Ironicamente, o liberalismo anti-Estado se transformou na bandeira de setores que, no passado, lutaram pela conquista do aparelho estatal para que seus objetivos empresariais fossem alcançados.

A redemocratização em países como o Brasil, Argentina, Uruguai e Bolívia foi manipulada pelos grupos econômicos para eliminar o centralismo que eles mesmos estimularam durante o período das ditaduras militares.

A neutralização do Estado passa a ser uma condição essencial para que as transnacionais tenham liberdade total para fazer os arranjos que melhor lhe interessarem.

O que fazer com a dívida?

No momento, a estratégia liberal aponta para a conversão da dívida em capital como a grande "solução" para o problema. Incapazes de recuperar *in totum* os seus créditos, os bancos e as transnacionais pretendem transformar os valores nominais em ações ou investimentos, tentando com isso assumir o controle das empresas que ainda têm capital majoritariamente nacional. É um processo ainda no início mas a guerra de nervos já é bastante intensa. Em geral, os devedores latino-americanos aceitam a idéia da conversão como uma forma de diminuir o peso angustiante dos pagamentos de juros.

Como as regras do jogo ainda não estão definidas e como o liberalismo ainda enfrenta resistências de alguns setores, como por exemplo o dos militares, em vários países da América Latina a situação atual é delicada. Há uma transição que tanto pode levar a uma predominância dos adeptos da liberdade total e a um processo desenfreado de desnacionalização, como pode encaminhar-se no sentido contrário. Nesse caso, os enfraquecidos países devedores ganhariam uma margem de manobra, caso consigam manejar habilmente o consenso surgido nos últimos meses, tanto na questão da formação de uma frente de devedores como no problema centro-americano e na reaproximação com a URSS.



Duarte (segundo, dir.) reúne-se com a FDR-FMLN, cuja delegação era encabeçada por Guillermo Ungo (primeiro, esq.)

Um diálogo difícil

A presença da cúpula da guerrilha da FMLN em San Salvador causou impacto, mas os frutos do diálogo com Duarte vão demorar a amadurecer

Jaime Brener,
enviado especial a San Salvador

O diálogo entre o governo de Napoleón Duarte e a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN), realizado na capital salvadoreña nos dias 4 e 5 de outubro passado, não resultou em nenhum acordo de paz duradouro. Na verdade, as duas partes concordaram apenas em continuar negociando. No final do mês, o assassinato de Herbert Anaya fez com que a situação se deteriorasse ainda mais. O crime levou a FMLN-FDR a não participar da reunião que estava marcada para 30 de outubro, no México.

Para a população de todo o país ficou claro, após as negociações dos dias 4 e 5

de outubro, que o próprio presidente Duarte reconheceu tacitamente a existência de dois poderes de fato no país, ao aceitar receber os dirigentes da guerrilha em pleno centro da capital. Lembremos que os encontros anteriores entre o governo e a FMLN ocorreram em localidades do interior, de difícil acesso, e foram cercados de muita discrição.

O relativo equilíbrio militar entre as forças oficiais e as insurgentes faz com que seja difícil prever para curto prazo o fim da guerra civil, que já dura sete anos e provocou a morte de mais de 50 mil pessoas.

O diálogo foi antecedido por uma verdadeira "queda de braço" política entre o governo e a guerrilha. Desde agosto passado, a iniciativa pertencia ao presidente Duarte, devido à assinatura

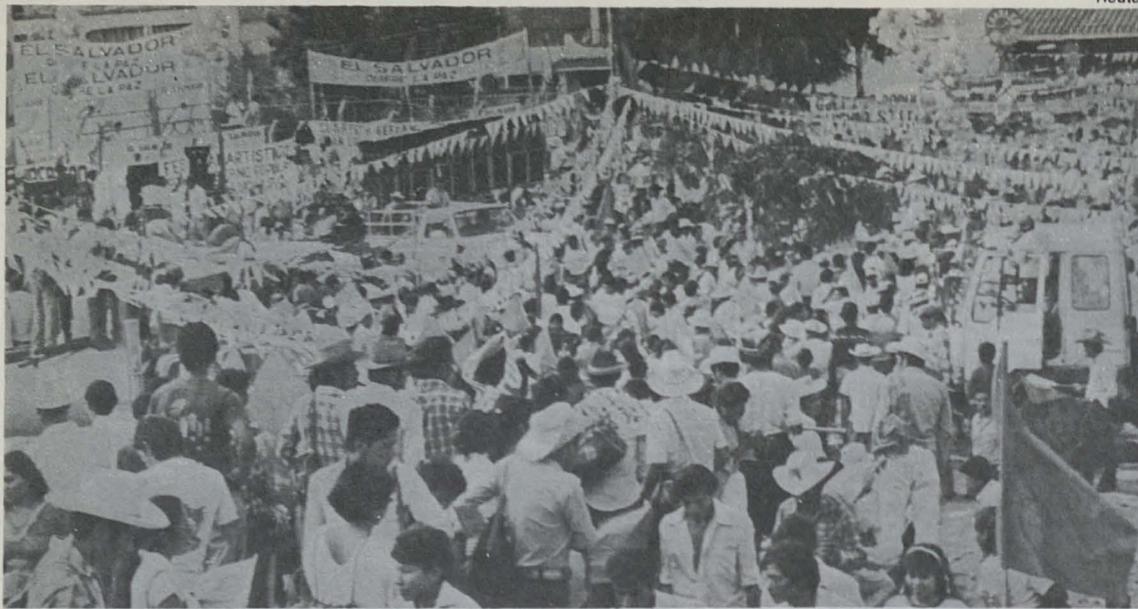
dos acordos de paz de Esquipulas-2, firmados também pelos governos da Nicarágua, Honduras, Costa Rica e Guatemala (ver **terceiro mundo** n.ºs 103 e 104).

Como se sabe, os tratados exortam os diversos grupos guerrilheiros centro-americanos a deporem as armas em troca de negociações com seus governos. Para Duarte, as expectativas criadas com esses tratados foram muito úteis, pois coincidiram com o crescimento da atividade militar da FMLN, combinada com a erosão das bases sociais do regime. O desgaste de Duarte era particularmente visível entre os camponeses, frustrados com a realização incompleta da reforma agrária, ponto central do programa da Democracia Cristã (partido do governo) que a levou a ganhar as eleições de 1982.

Os grandes proprietários de terra também endureciam as críticas ao governo, por sua tentativa de aumentar a carga tributária sobre diversos produtos de exportação, em nome do "esforço de guerra".

Cenário montado

Mas a relativa vantagem tática de Duarte durou pouco. A FMLN, que



Reuter

Uma multidão alegre aguarda os resultados do diálogo entre o governo e a guerrilha

controla mais de um terço do território salvadorenho, exigiu – e obteve – um diálogo sem a deposição de armas (coisa que o governo havia tentado impor, como passo prévio). Foi nessas condições – ou seja, sem depor armas – que os guerrilheiros haviam participado dos encontros anteriores com Duarte, realizados em Las Palmas e Ayagualo, em 1974, que não resultaram em nada.

Na manhã do dia 4 de outubro, o cardeal-arcebispo de San Salvador, Arturo Rivero y Damas, mediador das negociações, recebeu os delegados da guerrilha e do governo na sede da Nunciatura Apostólica, na capital.

O presidente Napoleón Duarte veio acompanhado, entre outros, pelo ministro da Defesa, general Eugenio Vides Casanova. Guillermo Ungo e Rubén Zamora, respectivamente o presidente e o vice-presidente da Frente Democrática Revolucionária (FDR, o braço político da guerrilha), encabeçaram a delegação dos rebeldes, acompanhados pelos comandantes

Shafik Handal e Jorge Meléndez, que representavam a FMLN. Os dirigentes guerrilheiros vieram de Chalatenango, zona controlada pelos rebeldes, escoltados por diplomatas espanhóis e mexicanos, em veículos da Cruz Vermelha Internacional.

Foram mais de 20 horas de debates, sem que as tropas de ambas as partes deixassem de se enfrentar, já que não havia um cessar-fogo formal. San Salvador foi literalmente ocupada por milhares de militantes da União Nacional dos Trabalhadores Salvadorenhos (UNTS), a maior central sindical do país, à qual se atribuem ligações com a guerrilha. Simpatizantes da FMLN também

foram às ruas do centro da capital, realizando junto com os trabalhadores uma grande manifestação de apoio ao diálogo e exigindo a renúncia do governo para que o processo de negociação entre numa nova etapa.

El Salvador viveu três dias e três noites inesquecíveis, que antecipavam a alegria popular com a conquista de um tão sonhado futuro de paz e justiça social. Militantes da UNTS lotaram as redondezas da Nunciatura, agitando bandeiras vermelhas, símbolo da central sindical, cantando músicas e gritando palavras-de-ordem contra Duarte e os Estados Unidos, que apóiam o regime. A dimensão do protesto provocou até mesmo o cancelamento de um ato de apoio ao governo.

Mas os problemas do presidente não se limitavam aos protestos dos trabalhadores e da esquerda. A poderosa Associação Nacional de Empresas Privadas (Anep) publicou matéria paga nos principais diários da capital, acusando o governo de “dividir o poder” com a FMLN. Boa parte desses empresários o apoiou na campanha eleitoral de 1982, mas agora critica sua postura em relação à guerrilha.

Decepção

A alegria popular durante a realização do diálogo contrastava com o ceticismo dominante ao fim do encontro. A falta de acordo entre Duarte e a FMLN transformou



Reuter

Os dirigentes da FDR-FMLN se pronunciaram publicamente em El Salvador

San Salvador em um lugar desolado. Um diplomata latino-americano, que não quis se identificar, resumia em uma frase a causa de toda a tristeza: "As pessoas sabem que a guerra vai ser longa". Para esse diplomata, o quadro político atual do país mostra profundas divergências. Uma grande parte da população apóia a FMLN, mas também há setores

violentamente contra a guerrilha e, no meio, está um amplo setor indefinido. Quem conquistar esse setor, vencerá a guerra.

Ganhar o centro

De fato, já existem projetos destinados a conquistar esses setores indefinidos. Os partidos Conciliação Nacional e Social Democrata (ambos da oposição legal) estão articulando, junto com alguns intelectuais católicos, uma "terceira força", equidistante do governo e da guerrilha. O próprio Rubén Zamora admitiu que existe "um amplo espaço político que deve ser ocupado". O dirigente da FDR não acredita, no entanto, que seja possível uma "terceira via" para solucionar a crise salvadorenha, já que as elites do país se negam terminantemente a aceitar qualquer reforma social e só através desse caminho poderia diminuir o apoio popular à guerrilha.

Durante a realização do diálogo, Zamora anunciou que vai voltar a El Salvador em breve "para ampliar os contatos da FDR-FMLN com outras forças sociais".

Ao final das negociações, o bispo auxiliar de San Salvador, Gregorio Rosa Chávez, leu um comunicado conjunto que anunciava apenas a formação de duas comissões mistas entre o governo e a guerrilha. Uma delas dará continuidade ao diálogo, preparando novos encontros, e a outra se encarregará de estudar um cessar-fogo.

Sintomaticamente, o governo e os

Sem acordo

Depois de três dias de negociações na capital venezuelana, o governo salvadorenho e a FDR-FMLN reconheceram que não haviam chegado a nenhum acordo. As reuniões de Caracas, realizadas de 20 a 22 de outubro, foram programadas para dar continuidade ao diálogo realizado em San Salvador.

As reuniões previstas

para 30 de outubro e 4 de novembro, no México, nem chegaram a se realizar. Após o assassinato do presidente da Comissão de Direitos Humanos, Herbert Anaya, a FMLN afirmou que "participar da reunião no México seria contribuir para criar falsas expectativas e distrair a atenção da opinião nacional e internacional".

O gesto, portanto, "é

uma condenação ao crime cometido pelo governo e as forças armadas", afirmou um comunicado da organização.

Após as reuniões realizadas no mês passado entre a FMLN-FDR e o governo salvadorenho, Guillermo Ungo declarou: "É difícil se chegar a uma negociação porque a Duarte só interessa em falar do cessar-fogo, sem analisar propostas concretas que permitam pôr fim às causas da guerra".

rebeldes decidiram apresentar um balanço do encontro em lugares diferentes. Duarte, em um hotel cinco estrelas de San Salvador, exortou a guerrilha a depor armas "em respeito aos acordos de Esquipulas-2".

A FDR-FMLN, por sua vez, premiou

realizado essa primeira visita, marcante, à capital.

Na semana seguinte, Duarte viajou aos Estados Unidos em busca de mais ajuda militar e, rompendo o protocolo, beijou a bandeira norte-americana.

Enquanto isso, no interior de



Em Chalatenango, o exército vigia o movimento dos guerrilheiros

a tenacidade de seus militantes e simpatizantes quando, na madrugada do dia 6 de outubro passado, Guillermo Ungo e o comandante Shafik Handal fizeram pronunciamentos públicos. "Nossa luta não terminará enquanto houver injustiças neste país", disse Handal, protegido, paradoxalmente, por tropas de choque do governo. Horas mais tarde, os comandantes guerrilheiros voltavam a Chalatenango depois de terem

El Salvador, voltaram a se registrar novos choques entre tropas governamentais e a FMLN, com um balanço sangrento. Só na primeira semana posterior ao diálogo, houve um total de 168 baixas de ambos os lados, entre mortos e feridos.

Tudo indica que o conflito salvadorenho continuará fazendo parte do cotidiano dessa sofrida população por muito tempo ainda. ●

Romper com os modelos pré-estabelecidos

O reitor Samuel Lichtensztein reivindica para seu país uma integração regional com novas bases, que permita uma autêntica reativação econômica

Beatriz e
Roberto Remo Bissio

Com a redemocratização do Uruguai, muitas instituições foram reformuladas. A Universidade¹, naturalmente, não poderia estar à margem desse processo, inclusive porque após a intervenção sofrida durante a ditadura, voltou a ser regida pelo estatuto de autonomia em vigor antes do golpe de estado.

Samuel Lichtensztein, o último reitor antes da intervenção – que viveu exilado no México e na Argentina –, voltou a ser eleito para o cargo, em um gesto que demonstrou a vontade da Universidade de resgatar seu passado e dar continuidade às propostas que ele estava colocando em prática até 1973, antes da ditadura.

Em entrevista exclusiva a **terceiro mundo**, o reitor Lichtensztein falou sobre a situação da Universidade, “que hoje tem um peso na sociedade maior que no passado”, sobre suas perspectivas quanto ao futuro e sobre o tema da integração do Uruguai com Brasil e Argentina. Na sua opinião, essa integração deve ser feita sobre bases diferentes das atuais, que dão ao país um papel de praça financeira.

“O Uruguai tem condições de querer

22 – terceiro mundo



Lichtensztein: “A Universidade passou por uma verdadeira Inquisição”

outro destino”, afirma Lichtensztein.

A reconstrução

“Os problemas da Universidade hoje se somaram aos que historicamente já tínhamos”, assinala o reitor. “A reconstrução é lenta, porque primeiro implicou a regularização da situação dos docentes que haviam entrado sem concurso, a colocação novamente em vigor de normas que haviam sido deixadas de lado e a criação de formas de participação que

não existiam. Esse processo depende de regras democráticas, tanto pelas características da co-gestão – onde os estudantes, docentes e profissionais já formados têm voz e voto – como pela autonomia, ainda que relativa, perante o Estado (digo relativa porque a nível financeiro existe um vínculo de dependência).

Por esse motivo, a reconstrução é uma tarefa que não está terminada e dificilmente se poderia dizer que ela será completada durante minha gestão como reitor”.

A Inquisição

Samuel Lichtensztein atribui parte das dificuldades atuais às situações complexas por que passou a Universidade uruguaia

durante o autoritarismo, “uma verdadeira Inquisição, porque houve perseguição às idéias”. Mas diz que agora é o momento de passar a outra fase, de “dar à Universidade uma nova visão”, necessária em um país que enfrenta grandes desafios, com uma situação científica, tecnológica, educacional e cultural diferente da que existia há uma década.

“Para isso, tivemos que chegar a alguns pontos de acordo, entre os quais o mais importante foi que a Universi-

dade aceitou – e eu penso que aceitou porque estava preparada para isso – uma abertura ao meio social”, explica o reitor.

“É necessário levar em conta que a juventude, que durante anos teve limitadas possibilidades de acesso², agora encontra a Universidade aberta, mas não tem estímulo no mercado de trabalho, sendo obrigada muitas vezes a emigrar”. A Universidade, com 80 a 90 mil estudantes, “uma boa parte do setor jovem desta sociedade velha”, encerra dentro dela uma parcela do futuro do país. “Daqui sairão os profissionais, os técnicos, os políticos que o Uruguai terá nas próximas décadas”, afirma o reitor.

Ele encontra limitações orçamentárias para a renovação a que se propõe. “A filosofia econômica do governo atual encara a cultura apenas como um gasto público a mais que como tal, deve ser limitado, segundo determinam os acordos com o Fundo Monetário Internacional e outros organismos financeiros. O Fundo não decide sobre o orçamento da Universidade mas, indiretamente, os acordos obrigam a reduzir nossos gastos”. A dívida externa acaba, no final, limitando as possibilidades de trabalho da Universidade.

Ontem e hoje

Tendo sido o último reitor do período anterior à intervenção e por ser o primeiro reitor após a volta à democracia, Samuel Lichtensztein está em uma situação privilegiada para analisar as diferenças entre um período e o outro. “A Universidade tem hoje uma importância maior. Os números o demonstram: nós saímos de uma Universidade de 25 mil estudantes, que tinha cerca de quatro mil funcionários, entre docentes e não-docentes. E chegamos hoje a uma universidade que tem o triplo de estudantes e quase o dobro de docentes e funcionários em uma capital, Montevideo, e em um país que não aumentaram sua população. Depois dos bancos, a Universidade deve ter sido o setor que mais cresceu no Uruguai”.

Por outro lado, o reitor considera que é uma “universidade menos politizada do que no passado, porque o estudante mudou seu estilo e diminuiu sua combatividade. Ele está mais preocupado com os problemas de curto prazo, concentrado em suas necessidades e



Na redemocratização, a Universidade uruguaia abriu-se para o meio social

angústias existenciais. É uma universidade que tem menos presença política no sentido tradicional, mas cujo peso na sociedade, e portanto sua influência, é muito maior”.

Na sua opinião, no fundo, o problema para renovar a Universidade, para que seus estudantes saiam melhor preparados, é fazer uma mudança no padrão docente. “E essa mudança só se consegue com maior formação no exterior ou no país e com mais pesquisas”. Para o reitor, não é suficiente mudar os programas de estudo, porque “muitas vezes não dispomos de professores para dar certos cursos. Há muitos anos não estão formando docentes neste país. Pior ainda, estão deformando-os, porque o nível atual de salários está limitando sua capacidade, impedindo-os de estudar, ler um livro; além disso, não têm mais acesso a uma bibliografia, pois durante a intervenção acabaram com as bibliotecas. A política do governo impede os professores de obterem bolsas de estudo ou, então, determina a priori em que países podem e em quais não podem ir estudar”.

Um país com vocação migrante

Lichtensztein considera que o Uruguai, hoje em dia, é um país com vocação migrante: “A situação de estagnação em que ficou durante mais de duas décadas transformou a migração em

uma opção quase normal”.

Essa realidade, para o reitor, invalida a proposta de alguns setores de voltar a limitar o acesso dos estudantes à Universidade, como ocorreu durante a ditadura. “O jovem não emigra porque se formou, e sim porque a estrutura da economia o expulsa. Então, eu me pergunto: por que limitar o seu acesso ao estudo de nível universitário? Podemos limitá-lo a nível secundário, se for essa a filosofia. A única diferença é que o jovem vai emigrar com menos formação, com menos elementos para sobreviver no exterior. Estaríamos expulsando uma mão-de-obra menos qualificada. Por isso, receio que essa discussão da limitação da entrada para a Universidade esteja vinculada ao desejo de alguns setores de voltar a estar dentro das metas da divisão internacional do trabalho. E para justificá-lo, propõem menos recursos para o ensino”.

O reitor também está preocupado com outro problema: a orientação vocacional e a adequação das carreiras às necessidades do país. “No Uruguai, se sabe que tradicionalmente muita gente estuda Direito porque não gosta de Matemática. É uma deformação cuja origem está em um problema de formação, que vem de baixo, do secundário e do primário”.

Outra deformação apontada por Lichtensztein é optar por uma carreira levando em conta exclusivamente a ten-



"O Uruguai é um produtor de matérias-primas e sofre os problemas do subdesenvolvimento"

dência do mercado de trabalho. "Agora estamos na onda da Informática e todo mundo está correndo para os cursos de programação, área que também ficará saturada".

O reitor critica também a introdução de certas tecnologias de ponta, sem um estudo prévio sobre as reais condições da sociedade em absorvê-las. "Hoje, se fala muito da biotecnologia como o grande filão do futuro. Mas estará o país preparado para absorver os biotecnólogos? Porque, se vamos manter a estrutura agrária atual, com pastagens extensivas e uma agricultura e criação de gado assentadas em bases tradicionais, não vejo onde o biotecnólogo vai trabalhar".

Deixar de lado as fronteiras

Samuel Lichtensztejn acha que "é preciso pensar no Uruguai abandonando o conceito tradicional de fronteiras. O Uruguai está dentro de um campo de integração crescente; isso, nós sabemos, mas não percebemos o seu significado. Em um certo momento, o que hoje chamamos de emigração deixará de ser designado assim".

O Uruguai, para o reitor, será sempre um país com uma importante massa de estudantes, que "espero que encontrem trabalho dentro de nossas fronteiras, o que não é provável, a não ser que ocorra uma grande dinamização da economia, que não parece viável a curto prazo". "No entanto - prossegue - pela qualidade de seu ensino, pela homogeneidade em relação aos países vizinhos, o Uruguai tem condições de inserir mais facilmente seus profissionais e técnicos no mercado de trabalho regional. Chegará um momento em que não vamos chamar esse fenômeno de 'fuga de cérebros'. Porque existe uma espécie de *feed-back*: nós estamos assinando convênios para promover cursos conjuntos em outras universidades estrangeiras próximas a nossas fronteiras. Então, se amanhã temos um brasileiro aqui e um uruguaio lá, falaremos de integração e não de emigração."

"Dentro das perspectivas do Uruguai, tanto culturais como econômicas, a integração com a Argentina e o Brasil passa a ser fundamental. Historicamente, já estamos vivendo esse processo, mas não nos damos conta. Já há uma integração humana e técnica. As

pessoas dizem: 'Isso é uma fuga de cérebros'. Mas será que eles realmente fugiram, ou se integraram ao meio mais próximo? A meu ver, fugiram os que foram para o Norte. Porque nesse caso se perde o contato, coisa que não acontece com os uruguaio que estão trabalhando em Porto Alegre ou em Buenos Aires".

O reitor coloca muita ênfase nessa perspectiva, porque está convencido de que "o velho esquema da economia estruturada sobre si mesma está superado". Ele afirma que o Uruguai pode aspirar a um tipo de integração diferente, que lhe permita uma reativação econômica genuína, autêntica. "Não como hoje, quando estamos à espera do impulso que a entrada temporária de capitais estrangeiros poderá nos trazer, num processo de investimento muito baixo, com um Estado e um setor privado omissos, que não geram elementos reais de reativação".

A nova forma de integração teria que ser planejada - segundo Lichtensztejn - aproveitando o fato de que o Uruguai é um país pequeno e com grande qualificação técnica e científica. Isso poderia permitir-lhe gerar uma força produtiva que não dependesse dos serviços financeiros.

O reitor prevê, no entanto, uma limitação para uma reformulação desse tipo: a mentalidade do empresariado uruguaio. "Eles estão muito ligados à tecnologia estrangeira, para a qual é mais fácil importar do que criar".

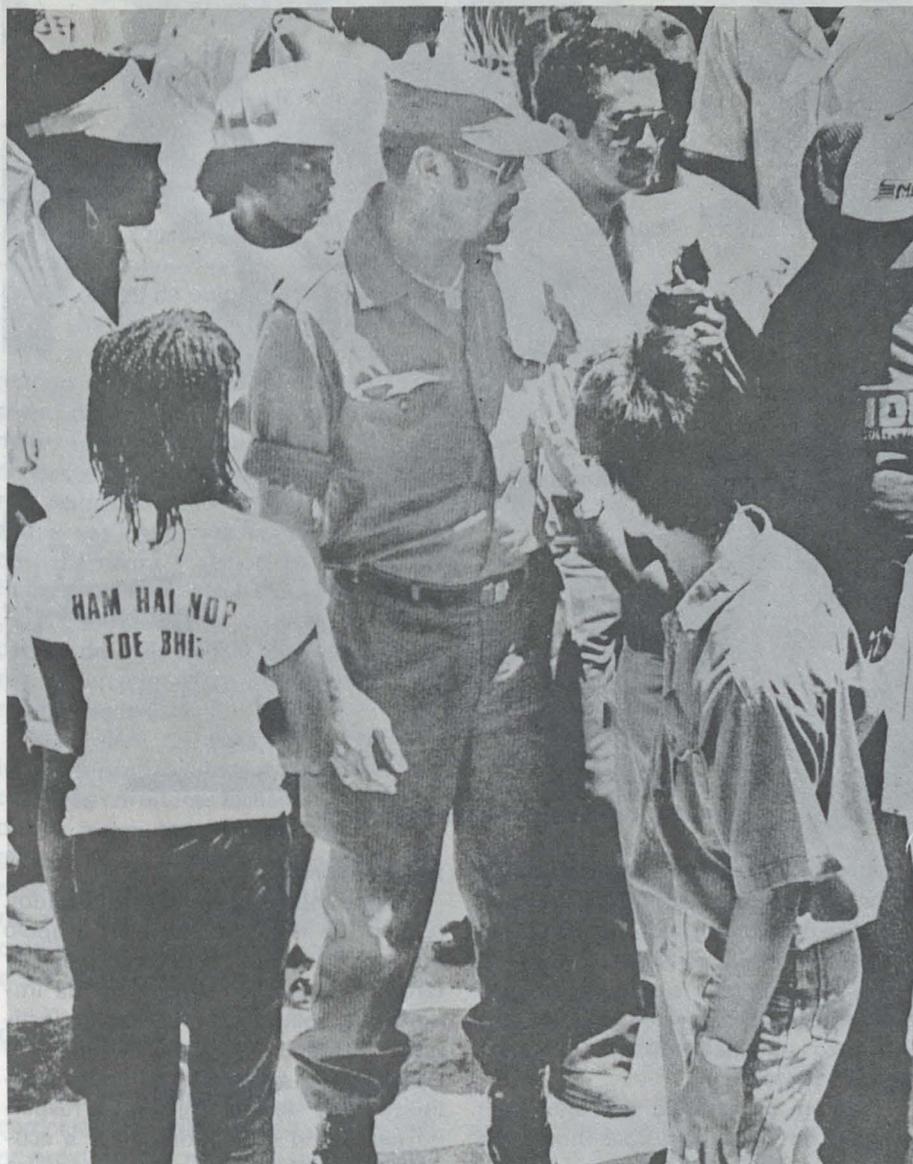
Outro obstáculo é o projeto político das forças que estão no governo: "Existem alguns setores mais dinâmicos, que podem trabalhar com mais energia, mas no conjunto ainda estão presos a uma estrutura empresarial dependente do exterior, que não ousa imaginar outras vias de desenvolvimento interno, arriscadas, sim, mas que representam uma saída para a estagnação do país. Não existe saída que não implique risco", enfatiza Lichtensztejn. ●

¹ No Uruguai só existe uma Universidade, estatal, sediada em Montevideo e com filiais no interior do país. Está, por lei, proibida a existência de universidades privadas. Porém, está em discussão a possibilidade de flexibilizar a legislação para que possa ser criada uma universidade católica. Pelos estatutos, a Universidade é autônoma em relação ao Estado, inclusive ao Ministério da Educação.

² Durante o autoritarismo, os militares uruguaio, que colocaram a Universidade sob intervenção, instituíram uma prova de ingresso (vestibular), que nunca havia existido no Uruguai. Atualmente, o acesso dos estudantes à Universidade voltou a ser livre.

Aprovada nova Constituição

Reuter



Desi Bouterse cercado pela população, na chegada à escola onde votou

Maria José Montana

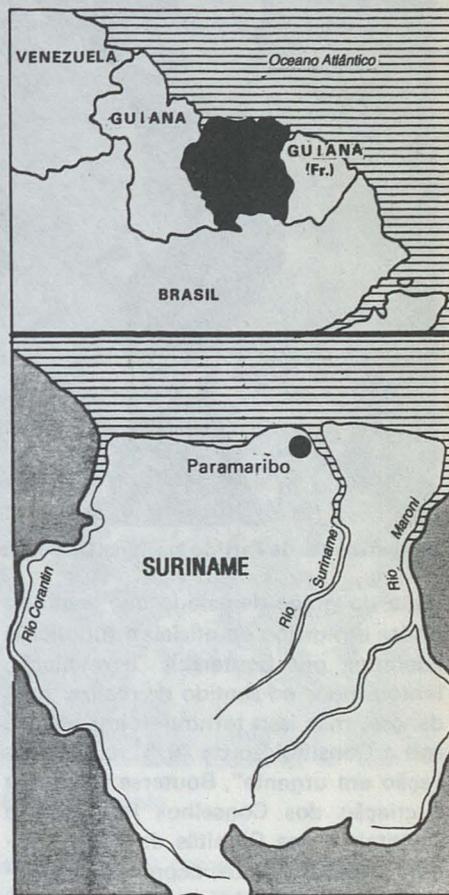
Pela primeira vez em 300 anos de história, a população do Suriname aprovou – por meio de um plebiscito – uma nova Constituição para o país. A votação se realizou a 30 de setembro passado e contou com a participação de mais de 75% do eleitorado. Do total de votantes, 90% aprovaram a entrada em vigor da nova Constituição, uma das principais reivindicações do

1987 – N° 105

chefe de estado, comandante Desi Bouterse, para “poder avançar em direção aos objetivos prometidos pela revolução em 1980”.

“Compartilho com vocês todo o entusiasmo e todo o orgulho pelo fato de, pela primeira vez em nossa história, termos aprovado de forma independente nossa própria e autêntica Constituição”, afirmou Bouterse na mensagem transmitida por uma cadeia de televisão, depois de terminado o escrutínio. “O voto afirmativo – acrescentou o

Por meio de um plebiscito, a população aprova, com ampla maioria, a Carta Magna proposta pelo coronel Desi Bouterse, como uma prévia para a realização de eleições no final deste mês



O Suriname fica entre Guiana e a Guiana Francesa

comandante – foi um não à bem conhecida forma de intervenção estrangeira nos assuntos nacionais, um não ao terrorismo efetuado por aqueles que, em nome da democracia, aceitam ser utilizados como mercenários com a finalidade de fazer-nos voltar a práticas da época da colônia. Apesar de toda a intimidação e chantagem, o povo do Suriname demonstrou sua decisão de continuar no caminho da renovação”.

O chefe de estado lembrou no seu discurso que, desde fevereiro de 1980

terceiro mundo – 25



Simpatizantes do Partido Nacional Democrático, do qual Bouterse é o líder, comemoram a vitória no plebiscito

(data do golpe de estado que levou ao poder um grupo de oficiais e suboficiais liderados por Bouterse), "a revolução tentou atuar no sentido de realizar mudanças, mas isso tornou-se impossível, sob a Constituição de 1975¹, cuja renovação era urgente". Bouterse referiu-se à criação dos Conselhos Regionais e Distritais e aos Comitês do Povo – todos, órgãos criados depois de 1980 – como esforços do governo para ir criando uma nova institucionalidade, mais de acordo com as necessidades sociais e políticas do país.

Romper com o passado

A nova Constituição foi discutida pela Assembleia Nacional e pelo Conselho Supremo (*Topberaad*), que representam de "forma relativamente ampla" – segundo palavras do próprio Bouterse – o povo surinamês.

O próximo passo na institucionalização prometida pelo governo é a realização de eleições a 25 de novembro. As

leis orgânicas relativas às eleições foram elaboradas na Assembleia Nacional. O chefe de estado exortou todos os líderes políticos a iniciarem suas campanhas, buscando promover a unidade nacional e educar o eleitorado, dando-lhe a informação adequada sobre suas propostas e programas.

"Foram necessários sete anos para romper com o passado. Cada um de nós aprendeu, desenvolveu sua própria consciência", afirmou Bouterse, que denunciou a ingerência estrangeira como "principal fonte dos problemas que o país enfrenta atualmente".

O processo de institucionalização

Essas palavras foram interpretadas pelos observadores como uma denúncia da atuação da Alcoa e da Billiton, transnacionais que controlam a exploração da bauxita, principal riqueza do Suriname, que teriam tentado influenciar os eleitores a votar no plebiscito contra o processo de democratização iniciado

por Bouterse.

Para o seu processo democratizador, o chefe de estado conta com o apoio dos três principais partidos do país (*ver terceiro mundo n.º 101*). Além da importância política do processo de institucionalização, o governo de Bouterse calcula que a aprovação da nova Constituição e as eleições lhe darão o respaldo necessário para reorganizar a economia e, assim, enfrentar com maior eficácia as dificuldades atuais, agravadas pelo corte da ajuda econômica procedente da Holanda. A ex-metrópole colonial suspendeu toda assistência financeira ao Suriname depois da execução de 15 dirigentes da oposição, em dezembro de 1982. ●

¹ A 25 de novembro de 1975, foi proclamada a independência do Suriname, depois de um acordo entre os dois líderes independentistas históricos, Henck Arron – um liberal – e Jaggernauth Lachmon, dirigente da poderosa comunidade indiana, inicialmente contrária às idéias de independência. Henck Arron foi designado primeiro-ministro e derrubado em fevereiro de 1980 pelo "movimento dos sargentos", descontentes com os rumos da economia do país.

A CRISE DA BOLSA

Wall Street estremece o mundo

O pânico no mercado acionário de Nova Iorque expôs os desequilíbrios que os Estados Unidos repassam à economia mundial, a qual aguarda agora desdobramentos da crise, em que se vêem algumas semelhanças com a quebra de Wall Street em 1929

Procópio Mineiro

O dia 19 de outubro de 1987 ficará na história como uma data de múltiplos significados para o mundo e talvez acabe se tornando um ponto de referência para indicar o primeiro instante de um período de mudanças substanciais na cena internacional. Aquela segunda-feira (que já passou a ser conhecida como a "segunda-feira negra") abalou os índices da Bolsa de Valores de Nova Iorque, com uma queda recorde de 508 pontos e perdas de mais de 500 bilhões de dólares, repercutindo em outras praças do mundo capitalista.

Mas, além de estraçalhar nervos e indicar a probabilidade de muitas falências (três corretoras fecharam e diversas outras foram consideradas muito atingidas), deixou à mostra a gravidade dos desequilíbrios existentes no interior das relações econômicas internacionais e as modificações reais que se acentuaram desde o início da década.

Grande buraco

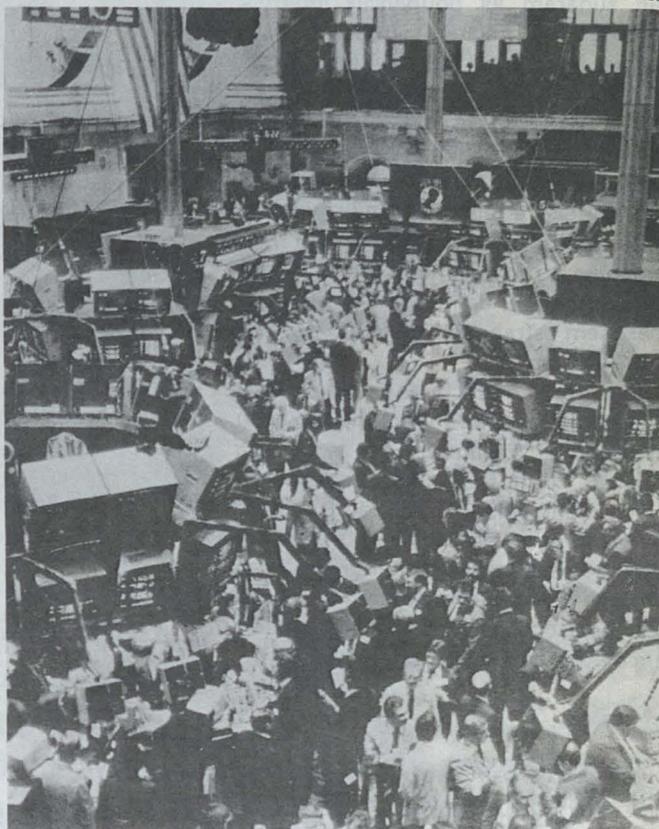
Por conta daquela segunda-feira, um democrata poderá chegar à Casa Branca no próximo ano, montado num discurso econômico e político muito diverso do que praticou Ronald Reagan. Sobre ele, afinal, irão desabar todas as críticas pelo enfraquecimento econômico dos Estados Unidos, situação que ele propiciou, enquanto embalava o norte-americano comum com redução de impostos e estímulos ao consumo, demonstrações de força pelo mundo afora (no mesmo dia da queda da bolsa, ele autorizou o bombardeio naval de três plataformas petrolíferas iranianas, no golfo Árabe) e insistência numa política comercial crescentemente desigual, respaldada num discurso econômico liberal, que como-

veu elites internacionalizadas pelo mundo afora.

A "segunda-feira negra" revelou que o reinado do dólar começa a ser contestado pela realidade do marco alemão e do iene japonês. O estrondo daquele dia e a instabilidade dos dias subsequentes desempenharam o mesmo papel de um terremoto, que só acontece quando as estruturas subterrâneas mudam de lugar, tornando reais as modificações que se insinuavam num jogo crescente de tensões, nem sempre percebidas.

"A política econômica de Reagan certamente surgiu num instante em que ninguém lhe dava muita atenção" – ironizou o economista norte-americano Robert Solow, premiado com o Nobel na mesma semana em que o mundo se mostrava apreensivo com os acontecimentos financeiros. "A combinação do déficit do balanço de pagamentos e do déficit do orçamento federal – acrescentou ele –, ao levar nosso país a financiar um forte consumo por meio de empréstimos estrangeiros, fará com que nos custe muitos anos para sair do buraco que nós mesmos cavamos, durante os seis ou sete últimos anos".

A dívida interna norte-americana chega a 13 trilhões de dólares, o déficit orçamentário passa de 3 trilhões de dó-



A surpresa abalou Wall Street e o mundo

lares. O déficit comercial varia de 10 a 15 bilhões de dólares mensais, cobertos com recursos externos, e a estabilidade do dólar tem sido mantida à custa de bancos centrais de países como Alemanha Federal e Japão.

O perigo da recessão

Outro economista, Stephen Marris, assinalava, segundo artigo divulgado na mesma semana, no diário "Folha de S. Paulo": "Nos últimos anos, os Estados Unidos têm vivido muito além dos seus meios, gastando muito mais do que ganham (cerca de dois mil dólares por família). O que aconteceu em Wall Street

faz parte de um mecanismo pelo qual – na falta de providências drásticas para reduzir o déficit orçamentário – a ‘mágica do mercado’ vai obrigar os gastos do setor privado a se alinhar com sua receita. E, infelizmente, é provável que esse processo implique uma recessão que não se limite aos Estados Unidos, mas atinja toda a economia mundial”.

Em editorial, o *The New York Times* assinalava que “gigantescos déficits orçamentários nos anos do governo Reagan sugaram as poupanças internas, deixando os Estados Unidos dependentes do capital japonês e europeu, para manter a economia em movimento”. E aconselhava um entendimento norte-americano com Bonn e Tóquio, para sustentação do dólar, conseguindo que alemães e japoneses reduzam suas taxas de juros internas, “tornando mais atraentes os investimentos em dólar e aumentando a demanda de importações, sem estrangular o crédito nos Estados Unidos”.

Em troca, oferecia cortes do déficit orçamentário, que seriam uma prova do empenho de Washington em sanear sua situação. “Para fazer com que o acordo tenha credibilidade junto aos investidores privados, provavelmente também seria necessário que as potências econômicas se comprometessem a intervir nos mercados de câmbio para impedir que o dólar caia mais”, completava.

Primazias

Em suma, nas mãos de Bonn e Tóquio repousa a manutenção da situação financeira mundial: os líderes do mundo capitalista industrializado precisam acertar os ponteiros, para que eventuais mudanças permitam talvez nada mudar a nível mundial.

Na véspera do baque de Wall Street, era também esta a queixa do secretário do Tesouro norte-americano, James Baker, irritado com as autoridades financeiras alemãs, pelo aumento das taxas de juros. Isso demonstrava, em sua opinião, pouco empenho de Bonn em observar o Acordo do Louvre, pelo qual os sete países mais industrializados se comprometeram a garantir a estabilidade das moedas. Baker insinuou, a título de ameaça, uma eventual desvalorização do dólar.

Se já se atribui a alemães e japoneses certa resistência em bancar a política de 28 – terceiro mundo



A tensão comandou as bolsas em queda ao redor do mundo

“Vai nos custar muito tempo sair do buraco que cavamos nos últimos anos” (Robert Solow, Nobel de 1987.)

Reagan, talvez se deva aumentar a lista, com a inclusão da França: declarações do presidente François Mitterrand não pouparam o que ele chamou de artificialismo da predominância do dólar, dadas as circunstâncias. O presidente francês chegou a sugerir que se estude uma ampla reformulação, em que seria menos dominante o papel da moeda norte-americana.

Expectativas

O termômetro de Wall Street indicou febre muito alta no paciente e o frio

percorreu a espinha do mundo inteiro. A recuperação mais rápida ou demorada depende de algumas maciças transfusões, com sangue doado por seus parceiros de sangue azul – Japão e Alemanha Federal à frente –, em maiores doses de camaradagem.

Se um acordo de cavalheiros mantiver a situação estável, numa espécie de terapia de grupo do mundo altamente industrializado, as expectativas para o Terceiro Mundo devem, forçosamente, incluir a possibilidade de retração comercial, com sua decorrente baixa de preços para os artigos exportados para as nações centrais, e o aumento da agressividade comercial e do protecionismo norte-americano, em especial.

É previsto um aumento das taxas de juros, o que agrava a situação dos países tomadores de dinheiro e, sobretudo, daqueles já alquebrados por dívidas pesadas, como é o caso do Brasil, México e Argentina. No caso brasileiro, cerca de 52 bilhões de dólares, da dívida de 110 bilhões, sofrem os efeitos da flutuação dos juros, por terem sido tomados sob tal condição imposta pelos bancos. ●

Terremoto nas bolsas

Agonia do liberalismo

Paradoxalmente, o destino da economia norte-americana está nas mãos dos países que os Estados Unidos esmagaram na guerra: Alemanha e Japão

A desordem financeira expressa na "semana negra" de outubro indica a agonia de um estilo de política econômica que dominou a década, o neoliberalismo. O economista Antônio Barros de Castro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), analisa os acontecimentos e suas repercussões e prevê um longo e doloroso período de ajustamento, em que o mundo inteiro será levado a pagar parte da festa norte-americana da era Reagan.

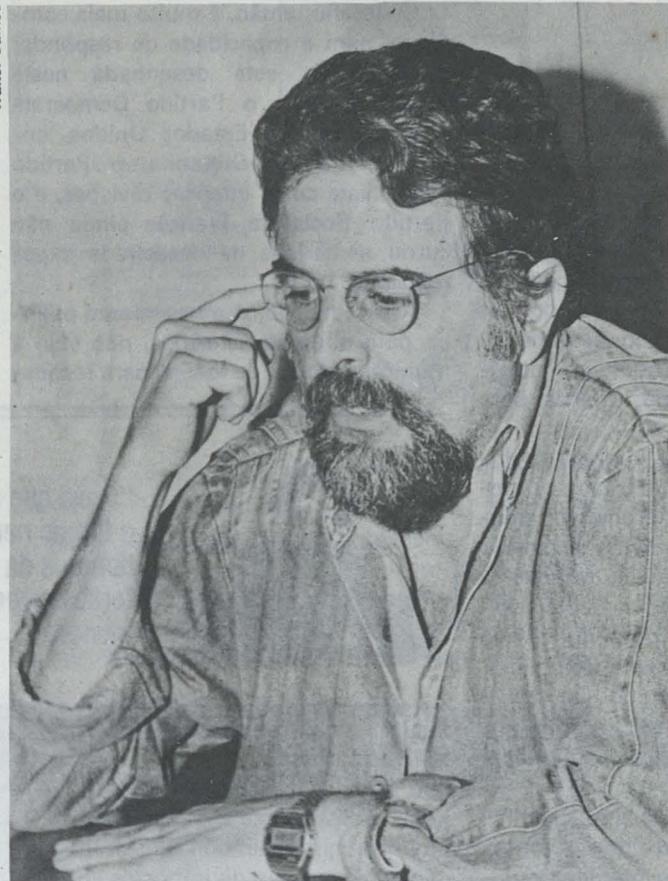
Walter Santos

Qual é o significado da crise para a economia internacional?

—Vamos começar examinando o colapso da Bolsa por um aspecto: os capitais japoneses, alemães e de outros países desenvolvidos continuavam migrando para os Estados Unidos, apesar do declínio permanente do dólar nos últimos dois anos, porque diversos ativos, e sobretudo as ações da Bolsa, sofriram grande processo de valorização.

Isso ocorria de tal maneira que o investidor japonês, por exemplo, perdia na desvalorização do dólar mas ganhava na valorização da Bolsa, no Índice Dow Jones. E era tal a virulência da alta da Bolsa e da valorização de diversos ativos reais, que, feitas as contas, ele acabava ganhando, apesar dos altos riscos. Agora, porém, o colapso da Bolsa e a desvalorização de diversos ativos nos Estados Unidos cortam esse elo da cadeia.

Assim, um dos resultados da crise é que não faz mais sentido supor que capitais privados voltem a financiar o déficit norte-americano. Em tais condições, só é possível obter financiamento público para o déficit norte-americano. Mas — e este é outro resultado — essa fonte também se exauriu, porque, sabe-se agora que, nos últimos seis meses, ou seja, durante este ano, já eram os bancos centrais dos países ricos, e não os capitais privados, que estavam finan-



Castro: um longo período de ajustamento

ciando o déficit norte-americano. Dados divulgados muito recentemente mostram que esses bancos centrais já tinham absorvido, só neste ano, mais de 70 bilhões de dólares, para evitar o colapso da moeda. Assim, indiretamente, estavam financiando o déficit dos Estados Unidos.

Tal processo já está saturado. Aquelles bancos centrais não podem continuar esse processo, porque, se o fizerem, vão expandir em excesso as bases monetárias de seus países. Este caminho também está bloqueado.

O único caminho que restaria aos Estados Unidos seria emitir títulos em moeda estrangeira, o que simbolizaria o

fim do dólar como moeda referencial. Nem o próprio país teria mais condições de fazer emissões em dólar. Seria o destronamento oficial, histórico e definitivo do dólar.

Ajustamento

Como então será possível fazer um reajustamento?

—Vão ter que cortar importações e aumentar exportações. O tamanho do esforço que terão de fazer é brutal e pode ser medido pelo seguinte dado: as exportações norte-americanas são hoje apenas 60% das importações. Então, para tirar a diferença e equilibrar as contas, seria necessário aumentar em mais de 50% as exportações, o que é simplesmente impossível. Se a solução fosse buscada somente com cortes nas importações, seria necessário reduzir as importações em 40%, o que provocaria um choque absolutamente inabsoverível.

Tem-se, então, pela frente, um longo e difícil processo

de ajustamento, onde se vislumbra um caminho eclético, em que se procurará fazer um pouco de cada coisa, um pouco de redução de importações, um pouco de aumento de exportações e um pouco de absorção de capital privado e também de capital público adicional. Será necessário jogar com essas quatro variáveis.

É um processo delicadíssimo, complexíssimo e longo. Não há maneira de escapar à recessão ou estagnação, enquanto o mundo estiver vivendo esse processo, que possivelmente terá longa duração.

A única maneira de não haver consequência recessiva seria a Alemanha e o

terceiro mundo — 29

Japão passarem a praticar uma agressiva política expansiva, e ocuparem a função atualmente reservada aos Estados Unidos, começando ambos a desempenhar o papel de tração e de absorção das dificuldades externas dos demais países em processo de ajustamento.

Mas isso é inviável, pois não existem condições políticas, tanto no Japão quanto na Alemanha, para que tal processo possa ocorrer. Então, só resta um caminho doloroso.

Meninos gulosos

Como se poderia caracterizar a formação desse quadro de dificuldades?

— É interessante notar que os Estados Unidos se endividaram brutalmente nesses anos — em 31 de dezembro passado, a dívida líquida norte-americana já era de mais de 260 bilhões de dólares — mas sem fazerem qualquer transformação do aparelho produtivo. Endividaram-se a esse ponto, apenas para consumir.

Essa é a diferença frente à dívida brasileira, contraída e utilizada em modificações do aparelho produtivo, algumas muito acertadas, como a expansão dos setores da siderurgia, química e bens de capital, e outras menos proveitosas e desastrosas, como no campo nuclear, mas, praticamente sem qualquer expansão do consumo. Ou seja, o Brasil aplicou a dívida, tem a contrapartida da dívida num aparelho produtivo transformado.

Já os Estados Unidos simplesmente consumiram a dívida que fizeram. Comportaram-se como meninos gulosos. E, hoje, todos teremos que suportar globalmente o peso da reconversão deles.

Estertor do neoliberalismo

Que forças determinaram uma tal política?

— Creio que esta crise marca o início do fim do neoliberalismo. A década de 80 ficará na história como a década dos desacertos e leviandades neoliberais e os homens da década de 90 terão de reconstruir o mundo, a ordem internacional e algumas nações, a partir das ruínas deixadas pelas experiências neoliberais.

É muito difícil prever, porém, as formas pelas quais o mundo superará a

aventura neoliberal. As respostas não estão dadas nem no plano político, nem sequer no plano da teoria econômica. O keynesianismo não pode simplesmente ser ressuscitado. Ele foi gravemente ferido e, embora possa ser parcialmente aproveitado numa reconstrução das práticas da política econômica, é evidente que uma fração do keynesianismo foi deixada para trás e enterrada historicamente.

O desafio, então, é muito mais complexo: nem a capacidade de responder politicamente está desenhada neste momento, pois o Partido Democrata está acéfalo nos Estados Unidos, enquanto, na Grã-Bretanha, o Partido Trabalhista sofre intensas divisões, e o Partido Socialista Francês ainda não curou as feridas da desastrosa experiência de 1981.

Assim, não vejo embasamento político para alternativas sérias, não vejo a munição teórica, de idéias, para recons-



C. Magalhães

“Creio que esta crise marca o fim do neoliberalismo. Os homens da década de 90 terão de reconstruir o mundo.”

truir este mundo. Mas, o que sinto, o que vejo com nítida clareza, é que o neoliberalismo está em seus estertores.

A primeira e simbólica decisão “reaganita” — redução de impostos e desregulamentação da economia — revelou-se, num breve espaço de oito anos, um absoluto desastre. Da mesma maneira, a Inglaterra, apesar de extraordinariamente beneficiada pelo petróleo do mar do Norte, não soube se reciclar, do ponto de vista de seu setor produtivo, para evitar chegar ao fim do século como nação decadente. É de se temer que, esgotado o ciclo petroleiro do mar do Norte, a economia da Inglaterra retorne, no fundamental, a seu papel tradicional de “rabeira” do mundo capitalista.

Mais uma crise

Como se poderia definir o atual quadro internacional para as relações entre o mundo desenvolvido e as nações do Ter-

ceiro Mundo?

— O capitalismo já passou por diversas grandes crises e sempre voltou a florescer. Nada indica que esta seja a última. O capitalismo, ao contrário, parece ter adquirido estabilidade interna, enquanto sistema. Parece não haver qualquer desafio interno ao capitalismo. Nenhum país capitalista está enfrentando, neste momento, uma contestação interna, de origem sistêmica.

Por outro lado, uma visão minimamente informada dos fatos revela que o socialismo está passando por uma crise, de outra natureza, mas profunda e extensa, de tal modo que não oferece nenhum caminho fácil, claro, desimpedido, nem no mundo desenvolvido, nem sequer no mundo subdesenvolvido.

Ao mesmo tempo, é difícil imaginar um mundo de relações piores do que foram os últimos dez anos, entre os países centrais e os países subdesenvolvidos. Os países subdesenvolvidos têm

sido literalmente esmagados nesses dez anos. Os exportadores de matérias-primas não-petrolíferas sofreram brutal declínio nas relações de trocas, no período, em torno de 30%, enquanto os juros da dívida se colocaram

em patamares nunca vistos, a-históricos, absolutamente escorchantes, e a mística da ajuda ao desenvolvimento está enterrada a sete palmos de profundidade.

Além disso, os Estados Unidos — assim como a Inglaterra no episódio das Malvinas — têm tratado os subdesenvolvidos a tapa, e não raro feito ridículas exibições de força, escolhendo nações como Granada, Líbia e outras. Dizem os persas que “tudo tem o pior”, mas a situação chegou a um ponto tal, que é difícil acreditar que se consiga piorar ainda mais.

Assim, é de se esperar que o retorno de democratas, trabalhistas, social-democratas e socialistas ao poder, em vários países do mundo central, crie condições para um relacionamento com o mundo subdesenvolvido, que se caracterize pela redução da espoliação econômica e por menos brutalidade política. ●

P.M.

ANGOLA

Nova invasão sul-africana

O exército angolano resiste a mais uma investida de grande envergadura do regime racista, que visa a dar cobertura à Unita

João Melo

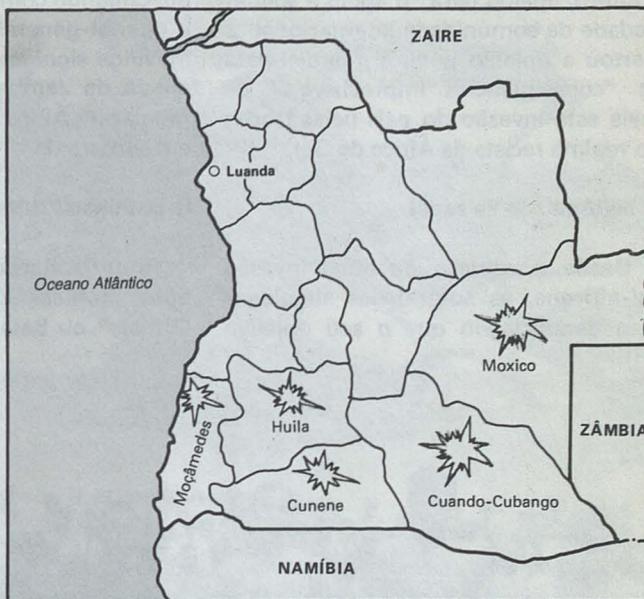
Mais de 30 soldados mortos – entre os quais nove de origem boer –, nove blindados e outros veículos destruídos e 16 aviões e helicópteros abatidos (um número recorde nos 12 anos de confronto permanente entre Angola e a África do Sul) é o balanço das perdas causadas às forças de Pretória pelas tropas angolanas, durante os intensos combates que os dois exércitos travam desde o início de setembro, nas províncias de Cuando-Cubango e Cunene (sudoeste e sul do país, junto à fronteira com a Namíbia). A África do Sul deflagrou essa nova invasão em 6 de setembro passado, mas, até agora, o exército angolano tem conseguido resistir às investidas inimigas, apesar do uso maciço da aviação, blindados e artilharia pesada.

dados e artilharia pesada.

Os observadores militares prevêem, entretanto, uma escalada das ações militares sul-africanas naquelas duas províncias. Essa previsão baseia-se no fato de que Pretória tem aumentado os seus

efetivos na faixa de 40km dentro do território angolano ainda sob sua ocupação, assim como nas bases e aeroportos situados no interior da Namíbia (em Grotfontein e Runtu), junto à fronteira com Angola.

O mapa mostra as províncias nas quais há confrontos armados entre as forças angolanas e as tropas ou a aviação da África do Sul



Morte e destruição são as sequelas da invasão das tropas sul-africanas iniciada a 6 de setembro passado

Da mesma forma, nos primeiros dias de outubro, a aviação sul-africana intensificou as violações do espaço aéreo e os bombardeios às posições angolanas. Por causa dessa situação, o Ministério das Relações Exteriores de Angola, em comunicado divulgado no dia 16 de outubro, apelou para "o apoio e solidariedade da comunidade internacional" e alertou a opinião pública mundial para as "consequências imprevisíveis" de mais esta invasão do país pelas tropas do regime racista da África do Sul.

A história não se repete

Desde o começo da atual invasão sul-africana, as autoridades angolanas vêm denunciando que o seu objetivo

20km da segunda dessas duas cidades (a engenharia militar angolana reconstruiu a ponte, o que permitiu aos soldados cruzarem o rio). Observe-se que Mavinga é a última cidade importante antes da minúscula localidade de Jamba, na fronteira da província do Cuando-Cubango com a Namíbia e onde está o quartel-general da Unita. A queda de Mavinga significaria, de fato, também a queda de Jamba. Por isso, o exército regular da África do sul decidiu intervir, em socorro da Unita.

O Batalhão "Búfalo" intervém

Pretória atacou simultaneamente em duas frentes. O chamado Batalhão "Búfalo" ou Batalhão 32, composto por

dió ocorrido em 1985, quando a Unita foi salva de uma vitoriosa ofensiva do exército de Angola pela entrada em cena, no último instante, das unidades da África do Sul. No entanto, os resultados atuais das batalhas entre os exércitos convencionais de Luanda e Pretória são bem diferentes. Há dois anos atrás, o exército angolano foi obrigado a ceder terreno, depois de ter sofrido numerosas perdas, principalmente humanas. Hoje, além de já terem infligido derrotas humilhantes aos racistas – em combates que se prolongam há mais de um mês – as Fapla têm conseguido enfrentar, do ponto de vista estratégico, os sucessivos ataques dos sul-africanos.

Nem mesmo o revés sofrido no dia 3 de outubro último – quando as tropas



Contra-revolucionários da Unita presos pelas forças armadas angolanas no Cuando-Cubango em meados de agosto passado

é impedir a destruição dos grupos terroristas da Unita, acossadas por uma vitoriosa campanha das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (Fapla). O resultado mais espetacular dessa campanha foi a tomada, em meados de agosto, de uma importante base militar da Unita no Cuando-Cubango, onde foram apreendidas 30 toneladas de material bélico, absolutamente intacto, além de terem sido detidos 10 soldados dessa organização contra-revolucionária.

A 26 de agosto, um grupo de homens-rãs do exército da África do Sul destruiu a ponte sobre o rio Lomba, que separa Cuito-Canavale de Mavinga, mas no início de setembro as tropas governamentais já combatiam a menos de

mercenários, junto com quatro batalhões do exército regular da África do Sul, partiu para o confronto direto com as tropas angolanas que perseguiam os grupos da Unita na província do Cuando-Cubango. Nas suas ações, os invasores utilizaram blindados do tipo *Kasper* AML-60, AML-90 e *Rattel*, artilharia de grosso calibre e ampla cobertura aérea.

Ao mesmo tempo, na província do Cunene, a aviação sul-africana intensificava os vôos de reconhecimento, os bombardeios e as movimentações de unidades terrestres, com um duplo objetivo: distrair o exército angolano e impedir o abastecimento das tropas estacionadas no Cuando-Cubango.

Parecia repetir-se, portanto, o episó-

angolanas foram obrigadas a deixar no terreno uma considerável quantidade de equipamento, previamente destruído, diante da enorme superioridade dos sul-africanos em número e meios bélicos – mudou significativamente a situação.

Ficção ultrapassada

O chefe da Unita, Jonas Savimbi, clamava desde meados deste ano contra uma suposta ofensiva do exército angolano, o qual – alegava ele – estaria sendo ajudado por tropas cubanas, soviéticas, alemãs orientais etc. Não apresentou, porém, nenhuma prova do que dizia. Pelo que aconteceu depois, os analistas concluíram que se tratava de



O regime de Pretória decidiu intervir em apoio da Unita, que já estava na iminência de perder Jamba

pura propaganda para justificar um maior apoio dos Estados Unidos e criar um clima favorável à entrada dos sul-africanos nos combates. A verdade, constatada por observadores ocidentais, é que a luta contra a Unita e contra o exército da África do Sul tem sido realizada exclusivamente por tropas angolanas.

Após a intervenção direta das tropas de Pretória, em setembro, Savimbi abandonou o seu papel de "vítima" e resolveu posar de grande chefe militar e até de "herói" do anticomunismo internacional. Anunciou, então, ter derrotado o exército angolano e apreendido "sotificado material soviético" na província de Cuando-Cubango. Passou, inclusive, a falar numa "batalha final" contra as tropas governamentais nas margens do rio Lomba, a qual, garantiu, seria "decisiva" para o futuro da África Austral. "Uma vitória militar da Unita em Lomba levará a uma solução negociada para Angola. Se tivermos um governo moderado em Angola, os problemas da África do Sul e da Namíbia acabarão rapidamente. Mas se a Unita for derrotada, os soviéticos farão de Angola uma base para suas próximas ofensivas na região", declarou o chefe terrorista.

As afirmações de Savimbi acerca dessa hipotética "batalha final" poderão, eventualmente, ter impressionado os menos avisados, mas não resistem a



Jonas Savimbi: desmascarado

uma análise séria. Todo mundo sabe que os problemas da África do Sul e da Namíbia não são provocados pelo governo angolano, mas sim pelo regime do *apartheid*, condenado e sancionado pelas Nações Unidas.

Da mesma forma, o "envolvimento" dos soviéticos na guerra de Angola só existe na cabeça de Savimbi e dos dirigentes sul-africanos: na prática, não passa de uma ultrapassada ficção. As afirmações do chefe da Unita visam a ocultar a participação direta da África do Sul nos combates contra o exército angolano, atribuindo àquela organização uma capacidade que ela não possui. São, na verdade, um simples exercício de relações públicas.

Jonas Savimbi fez essas declarações no dia 3 de outubro. Ele estava longe de imaginar que no dia seguinte o próprio governo sul-africano iria reconhecer, pela primeira vez, a presença das suas tropas regulares nos combates do Cuando-Cubango e Cunene. A confissão foi feita pelo ministro da Defesa sul-africano, general Magnus Malan, o qual declarou que a invasão do território angolano visa a defender "os interesses da África do Sul na região". Dias mais tarde, o ministro das Relações Exteriores sul-africano, "Pik" Botha, em visita privada à Europa Ocidental, afirmou expressamente que as tropas sul-africanas tinham entrado mais uma vez em Angola, em socorro da Unita. Savimbi era desmascarado, assim, pelos seus próprios protetores.

Ao escrevermos esse artigo, é difícil prever os desdobramentos da batalha de Cuando-Cubango. Os sul-africanos, irritados com o desgaste sofrido até agora, continuam aumentando os seus efetivos na região, tentando quebrar a resistência das tropas angolanas. Estas, porém, continuam avançando, sem perder o domínio estratégico da situação. Apesar de tudo, não é mais uma guerra entre Davi e Golias, como há 12 anos atrás. Os fatos dão razão ao presidente José Eduardo dos Santos: "A África do Sul já não pode nos derrotar".

Sucesso na CEE

A viagem do presidente José Eduardo dos Santos a alguns países da Comunidade Econômica Européia marca uma nova etapa nas relações internacionais de Angola

Quando desembarcou no aeroporto da Portela, em Portugal, a 27 de setembro passado, o presidente da República Popular de Angola, José Eduardo dos Santos, iniciava a etapa final de sua terceira viagem oficial a países da Europa Ocidental, que o levou a visitar a França, Bélgica, Itália, Portugal e também o Vaticano, onde José Eduardo dos Santos analisou com o papa João Paulo II a situação na África Austral e os esforços de paz para a região. A visita do papa a Angola no final do próximo ano foi outro tema abordado na audiência.

Longa e cuidadosamente preparada, a vinda a Lisboa do presidente angolano visava a arquivar o contencioso existente entre os dois países e a criar, finalmente, um quadro de cooperação dentro de um novo estilo.

Intenções semelhantes foram manifestadas tanto pelo presidente Mário

Soares quanto pelo primeiro-ministro Cavaco Silva. Se, para Soares, "Portugal já superou os traumas inevitáveis que sempre acompanham a destruição de um império, apesar de que isso ocorre com décadas de atraso", Cavaco Silva garantiu que o seu governo coloca "as relações com Angola no plano inequívoco das relações entre Estados" e "respeita as instituições políticas vigentes, mantém diálogo exclusivo com o governo estabelecido e procura benefícios mútuos na área da cooperação".

Em Paris, onde, segundo a imprensa francesa, José Eduardo dos Santos deixou uma "imagem de homem simpático e aberto", o presidente angolano expôs ao presidente François Mitterrand e ao primeiro-ministro Jacques Chirac, o Projeto Global, apresentado pelo seu

34 - terceiro mundo

país para a independência da Namíbia e para a obtenção de acordos de paz na África Austral.

O governo francês, que apoiou "sem reservas" o pedido de adesão de Angola ao FMI, prometeu a José Eduardo dos Santos "fazer todos os esforços" para o reescalonamento da dívida externa angolana e intervir nesse sentido junto às instituições internacionais, principalmente no Clube de Paris, defendendo a credibilidade financeira do Estado angolano.

José Eduardo dos Santos e a delegação que o acompanhou à Europa obti-



Dos Santos e Mário Soares: cooperação e respeito mútuo

veram das entidades francesas, além de garantias de apoio político, o incremento das trocas comerciais (a companhia petrolífera francesa Elf-Aquitaine vai manter a posição de destaque que já detém em Angola) e firmaram novos contratos militares.

Em Roma, o chefe de estado angolano manteve conversações com o presidente Francesco Cossiga e com o primeiro-ministro Giovanni Gorla, o qual manifestou ao presidente José Eduardo dos Santos o apoio do seu governo às medidas de saneamento econômico-financeiro aprovadas por Luanda e à reforma do código sobre investimentos estrangeiros.

Com o primeiro-ministro belga, Wilfred Martens, o presidente angolano tratou especialmente do plano de recu-

peração da estrada de ferro de Benguela (via estratégica para o escoamento de matérias-primas de Angola, Zaire e Zâmbia) do qual o grupo financeiro Société Générale de Belgique é possuidor de 90% das ações. Wilfred Martens expressou total apoio a esse empreendimento e manifestou a vontade do seu governo em expandir a cooperação belga aos terrenos petrolífero e diamantífero.

Em Bruxelas, José Eduardo dos Santos também visitou a sede da CEE para conversações com o presidente do Mercado Comum Europeu, Jacques Delors, e com o vice-presidente da Comissão Européia, Lorenzo Natali. Após esses contatos, foi anunciado que a CEE decidiu conceder a Angola uma ajuda no valor de 10,6 milhões de dólares para a aquisição de cerca de 30 mil toneladas de cereais.

Ainda na capital belga, o presidente angolano proferiu um discurso na sede do Grupo ACP (integrado pelos países da África, Caribe e Pacífico), onde abordou o conflito da África Austral.

"Há muito tempo que a questão da Namíbia poderia estar resolvida, se não fosse a intransigência de Pretória e a ligação fictícia que a administração norte-americana estabelece entre dois

fenômenos completamente distintos: a retirada das tropas cubanas de Angola e a independência da Namíbia", afirmou José Eduardo dos Santos, na ocasião.

Finalizando, o chefe de estado de Angola assinalou que "todos os objetivos que nós fixamos foram amplamente alcançados, quer na França, Bélgica, Itália e também em Portugal". No entanto, José Eduardo dos Santos não se referiu a qualquer encontro que, segundo órgãos de informação portugueses e estrangeiros, teria havido em Bruxelas entre o ministro das Relações Exteriores de Angola, Afonso Van-Dunen (M'Binda) e outros membros da delegação do seu país com uma equipe norte-americana chefiada pelo secretário de Estado adjunto, Chester Crocker.

• Carlos Pinto Santos

GOLFO ÁRABE

Tensão máxima

A agressão norte-americana a alvos do Irã repercute nas bolsas, faz aumentar o preço do petróleo e leva a crise no Golfo ao seu auge

Juan Carlos
Gumucio

A frota norte-americana que está no golfo Árabe para dar, formalmente, proteção aos navios petroleiros do Kuwait atacou e destruiu uma plataforma petrolífera iraniana no dia 19 de outubro passado. O presidente norte-americano, Ronald Reagan, declarou que se tratava de uma represália à agressão das lanchas iranianas com mísseis *Silkworm* a um dos petroleiros que navegam com bandeira dos Estados Unidos. Os helicópteros da marinha de guerra norte-americana abriram fogo contra a plataforma - situada a cerca de 120km da costa do Irã, no centro do golfo Árabe - numa "resposta prudente embora limitada", segundo afirmou Reagan pouco depois de terminada a operação, que durou uma hora e meia.



Reuter

Helicópteros norte-americanos patrulham as águas do Golfo, reforçando a ação da frota naval

Os mercados internacionais do petróleo reagiram imediatamente com um aumento de 50 centavos de dólar nos preços do óleo cru, mas a consequência mais dramática se registrou na Bolsa de Valores de Nova Iorque (ver matéria nesta edição) que, com uma queda repentina sem precedentes arrastou as outras bolsas do mundo ocidental.

Giulio Andreotti, ministro das Relações Exteriores da Itália — país que atualmente ocupa a presidência rotativa do Conselho de Segurança da ONU —, afirmou que a agressão norte-americana a alvos iranianos torna “mais difícil e complicada” a ação mediadora das Nações Unidas. Na região do Oriente Médio, o ataque iraniano e a represália norte-americana aumentaram a apreensão dos países costeiros do Golfo, com a possibilidade de internacionalização da guerra.

O regime de Teerã ameaçou com uma resposta exemplar que faria do Golfo o cemitério de quem ele chama de “o Grande Satã”, mas depois de algumas horas de muita tensão sem que ocorressem novos choques, começou a fi-

car claro que a retórica do Irã, em grande parte, é para consumo interno.

Não era a primeira vez que as forças de Komeini sofriam agressões por parte dos Estados Unidos. No dia 8 de outubro passado, helicópteros da marinha norte-americana tinham atacado três lanchas iranianas em águas internacionais. Pouco depois desse ataque, Teerã anunciou que tinha derrubado um helicóptero norte-americano. Também naquela ocasião o confronto entre a primeira potência mundial e as forças iranianas parecia irremediável. Mais tarde,

soube-se que os Estados Unidos não tinham perdido um só helicóptero nem um único homem. Daí se deduziu que o comunicado era destinado ao público iraniano, pois Teerã não podia se dar ao luxo de continuar ameaçando os Estados Unidos só com palavras sem passar à ação, embora fosse só no papel.

Um ato de selvageria

Objetivamente, o ataque norte-ame-

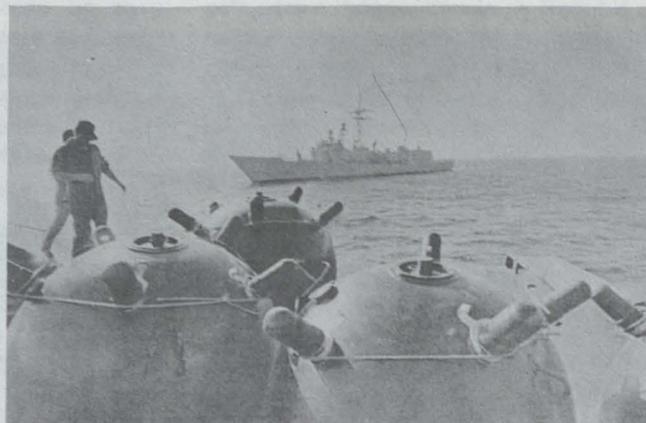
lucionário e os juramentos de vingança dos seguidores de Komeini, pouco ou nada o Irã pode fazer contra o poderoso aparato militar dos Estados Unidos.

Uma situação grave

Misturados às ameaças, o regime de Teerã também mandou sinais de que é urgente uma ação internacional para evitar a todo custo o que o chanceler Ali Akbar Velayati descreveu como “um

conflito de terríveis consequências” nas águas do golfo Árabe. Três dias depois do ataque, Velayati convocou o corpo diplomático acreditado em Teerã para expor a situação e, indiretamente, pedir o esforço dos países envolvidos na busca de soluções políticas para a crise no Golfo.

Em outras palavras, o chefe da diplomacia iraniana estava anunciando que o governo da República Islâmica se absteria de adotar medidas que contribuíssem para deteriorar ainda mais a situação e exortava a comunidade internacional a participar mais ativamente na solução de um conflito que está se transfor-



Reuter

Minas iranianas capturadas por navios norte-americanos no Golfo: muitas delas avariaram navios petroleiros



Reuter

Lanchas iranianas de deslocamento rápido: um dos instrumentos mais usados pelas forças do aiatolá para hostilizar os EUA

ricano aos alvos iranianos em águas internacionais foi uma verdadeira ação de guerra da parte dos Estados Unidos e, como era de se esperar, foi condenado pelo Irã, que o classificou de “um ato de selvageria”. Por outro lado, em círculos políticos e diplomáticos do Golfo o ataque norte-americano foi considerado “injustificado” e “uma provocação aberta”. A interpretação mais corrente dos objetivos de Washington é que desejava demonstrar que, apesar da retórica intransigente e belicista de Teerã e apesar de todo o fervor religioso-revo-

mando no detonador em potencial de uma conflagração mais generalizada.

Velayati assumia, dessa forma, o compromisso de acabar com os incidentes que pudessem desencadear uma guerra entre o Irã e o “Grande Satã”.

Entre os convencidos de que, de fato, Washington e Teerã não irão à guerra, se encontra o presidente do Iraque, Saddam Hussein. O chefe do regime de Bagdá declarou, em meados de outubro passado, ao jornal kuaitiano *Al-Seyasah* que o Irã não atacará a marinha norte-americana no golfo Árabe. “Só

enfrentarão os norte-americanos em um caso: para dizer que foram derrotados pelos Estados Unidos e não pelo Iraque", disse Hussein, um velho aliado de Moscou, mas que agora está em processo de reaproximação com Washington, sem que isso tenha deteriorado suas relações com a União Soviética.

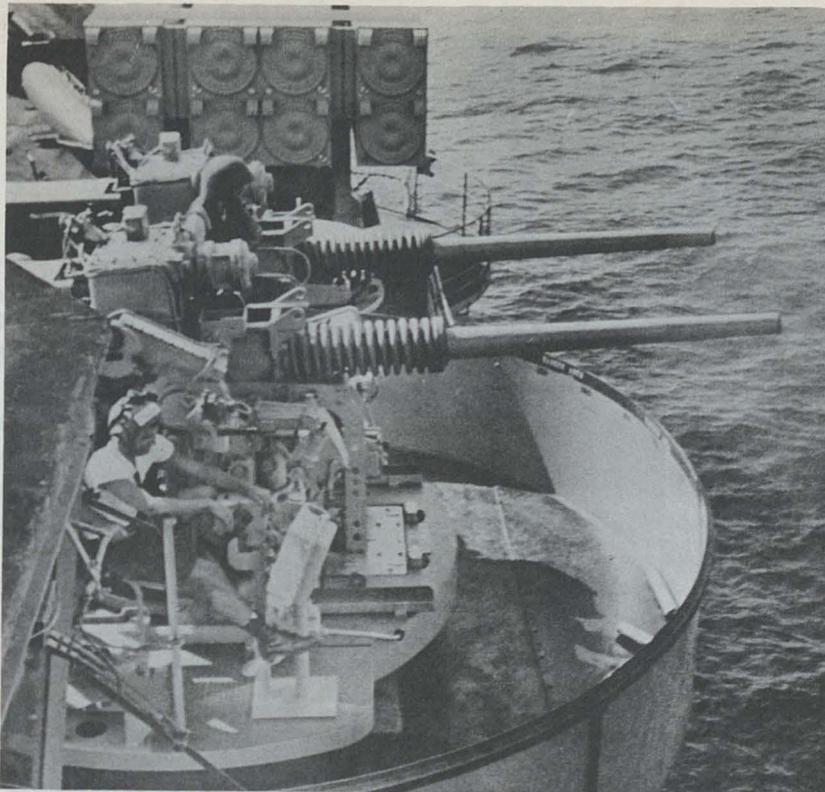
No entanto, pensar que o maior perigo nas águas do Golfo já passou pode ser um equívoco. "Acidentes" como o ataque às plataformas petrolíferas iranianas, são os mais perigosos. Mais de um inimigo do Irã se alegraria vendo uma escalada militar ou um bombardeio como o que os Estados Unidos lançaram contra a Líbia em 1986.

Efeito bumerangue

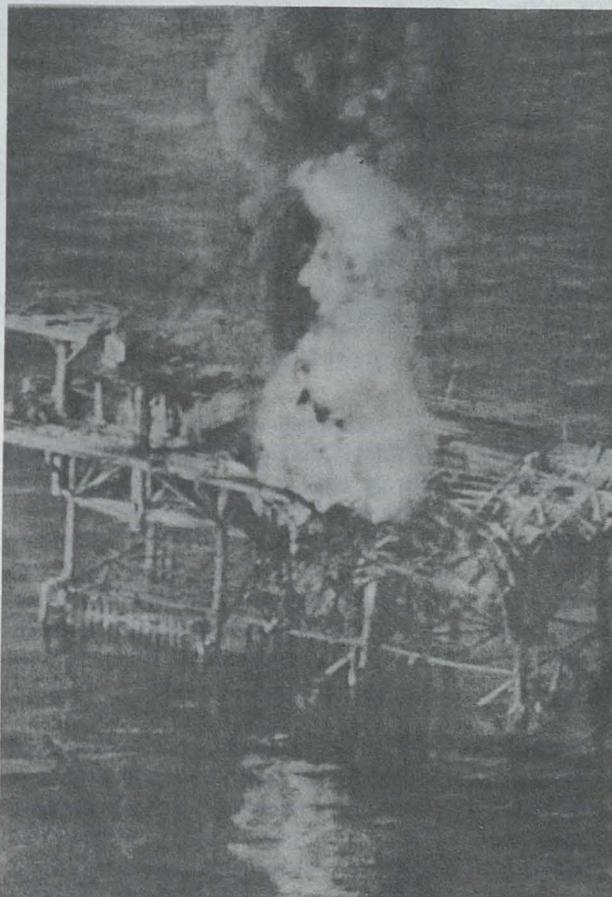
Entre as coisas mais interessantes que transpiraram na imprensa norte-americana a partir do episódio do ataque às lanchas de Komeini, está a descoberta - alarmante e embaraçosa para Washington - de que os iranianos possuem os mísseis terra-ar *Stinger*. Os norte-americanos não informaram que tinham achado mísseis no ataque de 8 de outubro mas sim só o equipamento necessário para lançá-los, dentro de uma das lanchas apreendidas.

O *Stinger*, de fabricação norte-americana, tornou-se assim o mais eloquente exemplo de inoperância e do "efeito bumerangue" do embargo de armas projetado contra a República Islâmica. A explicação mais aceita é que os foguetes foram contrabandeados para o Irã por guerrilheiros afegãos armados pela CIA contra as forças soviéticas no Afeganistão. Em mãos dos iranianos, o material distribuído generosamente pela CIA pode se transformar numa tragédia para os norte-americanos.

Os iranianos não só se apressaram em admitir que o *Stinger* faz parte do



A mais importante frota militar ocidental aumenta as tensões na região



Uma das plataformas iranianas atacadas pelos norte-americanos

seu arsenal, como também afirmaram que suas fábricas de guerra já estavam produzindo o míssil, graças à sua capacidade em "copiar" os mais avançados sistemas de defesa.

Embora o Iraque mantenha uma indiscutível supremacia no ar, os iranianos demonstraram sua vantagem em termos de mísseis. O último exemplo, a 12 de outubro passado, custou a vida de 29 crianças e três adultos que morreram despedaçados por um míssil terra-terra lançado contra uma escola primária no centro de Bagdá. Isso sem mencionar os 298 feridos, dos quais 196 são crianças, 100 delas em estado muito grave. O governo iraquiano jurou vingança, exigida por milhares de manifestantes aos gritos, em passeata pelas ruas da capital acompanhando o enterro das crianças, cujos caixões foram envoltos na bandeira nacional e carregados pelos sobreviventes da tragédia no colégio que, curiosamente, se chama "Escola dos Mártires".

A "guerra das cidades" entra numa nova etapa selvagem, sem que as resoluções das Nações Unidas sejam capazes de pôr fim ao conflito. E, no Golfo, a tensão chega ao clímax, com a presença ameaçadora da mais importante frota militar das potências ocidentais desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

"Aceitamos todas as resoluções da ONU"

O presidente da OLP, Yasser Arafat, reafirma a decisão dos palestinos de aceitar as determinações da comunidade mundial, desde que não neguem o direito à autodeterminação

Alberto Mariani

Dadas as excepcionais medidas de segurança que o cercam, é praticamente impossível ter um contato pessoal com Yasser Arafat. Mas durante a 4ª Conferência de Organizações Não-Governamentais (ONG), em setembro passado, em Genebra, Arafat reconheceu-nos de longe, durante uma recepção. Aproximou-se e no tom mais cordial possível perguntou: "What can I do for you?" ("Em que lhe posso ser útil?"). E sob o olhar meio espantado dos homens de sua segurança, acrescentou: "Lembro-me de você quando as bombas caíram sobre Beirute, em 1982. Vou tentar 'roubar' alguns minutos do protocolo que me fixaram, pois teria imenso prazer em conversar com você..."

Presidente Yasser Arafat, se como jornalista me pedissem para defini-lo em uma imagem, eu o compararia à Fênix. De tempos em tempos, desaparece da cena política do Oriente Médio. Chegam mesmo a afirmar, em tom categórico, que está "liquidado" politicamente. Mas de repente, como em um passe de mágica, o sr. aparece de novo em primeiro plano. Como explica isso?

— É o fenômeno palestino. Não é o fenômeno Arafat. Nós ressurgimos das nossas próprias cinzas, pois somos a vida. Não conseguem nos liquidar, a nós, palestinos, nem com as armas, nem com o terror, nem com os massacres.

A sua luta já dura 40 anos. Não se vislumbra uma solução para o problema?

— A ocupação de nossas terras pelos israelenses e a repressão contra nós não impedirão que os palestinos continuem a exigir seus direitos. Cabe à comunidade internacional julgar quem é o agres-

38 — terceiro mundo



Yasser Arafat: "Sempre ressurgimos das cinzas"

sor e o agredido. Da nossa parte, estamos dispostos a examinar toda proposta de paz, de acordo com o Direito Internacional. Estamos prontos a aceitar todas as resoluções das Nações Unidas. Repito: todas, mesmo aquelas que os israelenses afirmam que jamais aceitaremos... Mas é preciso impedir que se diga que nós não existimos ou que deixaremos de existir.

Há alguma vitória a ser assinalada, nessa difícil luta pela autodeterminação?

— O povo palestino já realizou dois milagres. O primeiro, foi ter organizado e aperfeiçoado uma resistência armada. O segundo, ter realizado uma revolução cultural que, mais do que a primeira,

está longe de ter sido reduzida ao silêncio. Nós provamos que no Oriente Médio é possível viver e praticar uma democracia mesmo sob os bombardeios da aviação israelense.

B. Bissio

Como se explicam os últimos "raids" da aviação israelense sobre o campo de Ain El-Heloue, no sul do Líbano, que provocaram meia centena de mortos e um número ainda maior de feridos?

— Os israelenses pensam que aterrorizando mulheres e crianças nos campos de refugiados vão adiar uma solução para o problema palestino. Mas ocorre justamente o contrário; assim, só fazem aumentar o ódio.

Em Israel justificam-se essas ações como represálias às operações de comandos palestinos,

que continuam a inquietar a população civil do país...

— Nós resistimos à ocupação. É muito difícil massacrar velhos, mulheres e crianças que há 40 anos são obrigados a viver em miseráveis campos de refugiados, justamente pelos nossos inimigos, que os expulsaram das suas terras e os obrigaram a viver ali.

Após o último Conselho Nacional Palestino, parece que a nova estratégia da OLP está centrada muito mais na via diplomática que na militar.

— Não, a estratégia da OLP continua a mesma. Em uma mão, a arma; na outra, o ramo de oliveira, símbolo da paz. Cabe aos israelenses fazer a escolha. ●



Para as crianças palestinas de hoje, as cidades da antiga Palestina são suas referências

No início deste ano, o escritor israelense David Grossman visitou os campos de refugiados palestinos e instalações de Israel na Cisjordânia, com o objetivo de entender o que significa a ocupação para palestinos e israelenses. Ele publicou suas impressões num livro, "The Yellow Time". A seguir alguns trechos do livro

Há sempre uma primavera

David Grossman

Perguntei a um menino de cinco anos de onde era e, imediatamente, respondeu "de Jaffa". "Você já esteve alguma vez em Jaffa?", perguntei. "Não, mas meu avô sim". Seu pai, aparentemente, havia nascido aqui, em Duheisheh, mas seu avô era de Jaffa. "É um lugar lindo?", perguntei. "Claro - respondeu o menino -, há árvores frutíferas, vinhais e também o mar".

Continuando meu caminho, encontrei uma menina sentada junto a um muro de cimento, lendo uma revista. "De onde você é?". Ela me responde que é de Lod. Tem 16 anos. Rindo, começa a contar as belezas de Lod e de suas casas, que parecem palácios. "Ca-

da casa tem um tapete com desenhos, a terra é maravilhosa em Lod e o céu está sempre azul".

Me lembrei dos versos do poeta medieval judeu Yehuda Halevi e de Bialik, o poeta nacional israelense, que cantaram um país onde "sempre é primavera". Existe a tendência natural a considerar bonito o que a pessoa ama. Mas o que me chamou a atenção - por entrar em choque com aquele ambiente de cimento cinza de Duheisheh - foi escutar ali frases cheias de lirismo e beleza, pronunciadas com tanto ardor por crianças que nunca haviam saído dali, sobre essas duas antigas cidades da Palestina.

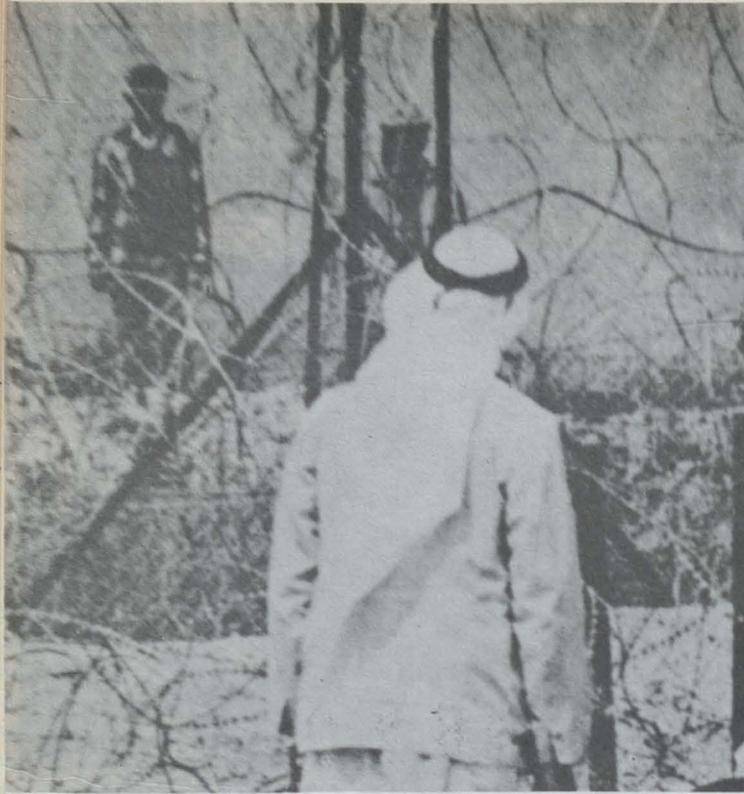
"Você já esteve em Lod?", perguntei à menina. "Lógico que não". "E não tem vontade de ir lá conhecer?", tornei a perguntar. "Sim, quando voltarmos".

Entre duas casas foi construído um edifício de cimento cuja fachada foi pintada de branco. Na porta, está o símbolo do Escritório de Assistência e Trabalhos das Nações Unidas. O prédio me faz lembrar um refúgio antiaéreo dos anos 50. Uma jovem professora nos abre a porta e entro na creche de Duheisheh.

No começo, tem-se que acostumar os olhos à escuridão. Não há luz elétrica. Me levam para um cômodo amplo, dividido em dois ambientes. Não há um só quadro pendurado nas paredes; seria simplesmente impossível cortar as unhas em um lugar tão escuro assim. Num canto há uma mesa, coberta com velha toalha, e duas cadeiras...

Perguntei à professora:

Você alguma vez sonhou em viver num lugar melhor?



Campos de refugiados de Rafah, cercado por tropas israelenses desde 1982

A Cisjordânia e a Faixa de Gaza foram ocupadas por Israel depois da "Guerra dos Seis Dias", em 1967, e permanecem sob ocupação militar até hoje. Inclusive Israel ameaça com a "anexação" desses territórios, em torno dos quais gira a negociação internacional para a paz no Oriente Médio, uma vez que há um amplo consenso de que deveriam ser a base de um futuro Estado palestino independente, no dia em que este puder ser proclamado



Miguel Efe

E sua mãe?

- Trabalha em Jerusalém para os judeus. Limpa a casa deles.

E você - pergunto a um menino gordinho, com cara de sonhador -, sabe quem são os judeus?

- Claro, são os que levaram minha irmã.

Levaram para onde?

- A Faraa.

(Faraa é um centro de detenção. Suas duas irmãs estão presas lá, me explica a professora.)

O que fizeram suas irmãs?

- Elas não jogaram pedras, me responde irritado.

(De repente, um menino ainda menor se levanta, apontando-me um pedaço de plástico, como se fosse dis-

- Sonhos? - diz, rindo. Eu tenho obrigações morais, para com o sofrimento dos meus pais e o meu próprio sofrimento.

E por causa dessas obrigações, você nunca vai desejar um pouco de felicidade?

- Não posso, e também não quero. Há pouco tempo, o governador militar veio visitar a creche - me conta - e perguntou se eu estava ensinando coisas más para as crianças, coisas negativas em relação a Israel e aos judeus.

E você, o que lhe disse?

- Respondi que não, que eu não, mas que seus soldados, sim.

Isso quer dizer que...

- Eu explico. Quando uma criança sai

para passear e vê as árvores, sabe que elas dão flores e frutos, não é? Quando uma criança vê soldados, sabe exatamente o que eles estão fazendo ali. Dá para entender?

Que fazem os soldados?, pergunto a uma menina de quatro anos, chamada Naima.

- Perseguem e levam embora as pessoas.

Você sabe quem são os judeus?

- O exército.

Não há outros judeus?

- Não.

Em que trabalha seu pai?

- Meu pai está doente.

parar contra mim.)

"Por que você quer me matar?", pergunto.

"Quem vocês querem matar?", perguntam as professoras sorrindo, como se fossem duas mães querendo exibir os filhos. "Os judeus", foi a resposta.

"Agora, expliquem a esse senhor o porquê" - estimularam as professoras, falando com ele quase em sussurro.

"Porque os judeus levaram o meu tio", respondeu a criança. "Vieram de noite e o levaram de sua cama. Agora eu sempre durmo com minha mãe."

Uma visita a Ofra

Quero deixar claro que minha intenção não era convencer ninguém nem usar minha experiência com refugiados

palestinos como argumento. Em Israel, é mais fácil uma pessoa mudar de religião, e até de sexo, do que modificar suas convicções políticas. No entanto, foi muito difícil para mim parecer neutro.

Eu tentava, apelando para sua boa fé, que me respondessem algo que me inquietava. É uma pergunta que não tem nada a ver com a questão de quem tem razão, se nós, se os árabes, a esquerda ou a direita. Eu queria saber como se sentiam aqueles judeus de Ofra (um assentamento judeu), vizinhos de árabes que estão vivendo sob um governo que não desejam, sofrendo a ocupação do seu território.

Alguém (já não lembro quem, pois havia mais de 50 pessoas) respondeu imediatamente: "Nós não somos responsáveis por essa situação". E os outros concordaram, inclinando a cabeça.

Expliquei que não era esse o problema. Podemos até partir da hipótese de que tinham razão e que um dia a história confirmaria isso. Mas naquele momento eu lhes pedia que tivessem um mínimo de abertura ao refletir sobre o problema. E voltei a perguntar:

Como vocês pensam que deve se sentir um árabe de Salwad ou de Ein Yaab-rud em sua vida cotidiana, em relação a si mesmo, ou a seus filhos, quando pensa na influência que vocês agora têm sobre eles (que vocês acham justa) aqui, no lugar que eles consideram seu país?

- Nós não tiramos nem um



Soldados israelenses montam guarda em Gaza, onde o toque de recolher está quase sempre em vigor



Para as crianças dos campos, sempre há esperança

metro sequer de terra dos árabes, respondeu sarcasticamente uma mulher.

Percebi que a forma como eu havia colocado o problema não tinha sido feliz e tentei me corrigir. Contei para eles o que havia escutado das crianças palestinas e, em seguida, repeti a pergunta. Dessa vez, as pessoas não conseguiram me dar uma resposta. Um deles, Ehrlick, disse que para os árabes a coisa mais difícil era aceitar nossa indefinição sobre a situação dos territórios ocupados; que se resolvêssemos anexá-los formalmente facilitaríamos as coisas para eles. Disse-lhe, então, que essa era uma resposta para outra pergunta. A atmosfera começou a ficar pesada.

Em seguida, Yehuda A. deu uma resposta muito simples: ele disse que não via nenhum sentido em ficar pensando no que sentem os árabes vizinhos. "Se nos permitíssemos ter um pingão de pena ou simpatia em relação ao inimigo, nos enfraqueceríamos e, portanto, ficaríamos expostos e correndo perigo". As demais pessoas presentes à reunião inclinaram a cabeça, em sinal de aprovação.



Jornalistas tentam se proteger de jatos de água, numa manifestação contra a ditadura

Reuter

onde chega a margem de livre expressão dos jornais e revistas.

Segundo Fernando Paulsen, subdiretor do semanário *Análisis*, "Pinochet precisa de uma imprensa oposicionista porque lhe permite aparentar que existe liberdade de expressão e lhe dá um certo nível de legitimidade".

A imprensa é mais ou menos livre, segundo o momento sócio-político. Assim, nos meses anteriores à chegada do papa, em abril passado, o regime não se atreveu a reprimir a imprensa porque todas as atenções do mundo estavam voltadas para o Chile. Em compensação, quando as forças oposicionistas ganham terreno, o governo não hesita em censurar

CHILE

Relações esquizofrênicas

O regime chileno impõe regras de jogo diabólicas aos meios de comunicação, em particular à imprensa escrita

Michael Smith*

Em Providência, um bairro alto de Santiago, aos sábados de manhã, as pessoas entram e saem das lojas. Compram. Divertem-se. Tomam sorvetes e se encontram com os amigos. É uma pequena área bem cuidada por Pinochet. No entanto, de uma banca de jornais, surge, desafiadora, uma manchete de jornal que acaba com a aparente e frágil tranquilidade: "No Chile, se tortura".

Para um estrangeiro, acostumado a ter notícias do Chile só quando há manifestações de protesto, repressão e mortes, fica difícil compreender essa realidade. Como é que o repressivo governo de Pinochet permite que os jornais e revistas o critiquem e o denun-

ciem tão abertamente?

Depois de um tempo no Chile, aprende-se rapidamente que as aparências enganam e que a realidade tem mais matizes que os descobertos à primeira vista.

A atual ousadia dos jornalistas e a aparente liberdade de expressão foram conseguidas a um preço muito alto, depois de uma longa luta da imprensa oposicionista, acompanhada de incontáveis detenções, multas, ameaças e mortes. Mas o espaço de livre expressão, que hoje parece ganho pela imprensa, tem limites, com fronteiras tênues e arbitrarias, determinadas em última instância pelos caprichos do capitão-mór.

A liberdade de imprensa traz algumas vantagens para o regime, principalmente porque Pinochet controla até

a imprensa, como fez durante os estados de sítio dos últimos anos.

Por sua vez, a imprensa aproveita ao máximo as "férias" que o regime concede e chega até o limite de sua tolerância. Mas, apesar do desejo de se legitimar, o governo não abre mão do seu poder de censurar quando acha que as barreiras foram ultrapassadas além do limite desejável.

Relações esquizofrênicas

Ao se referir às relações entre o governo e a imprensa oposicionista, Ascainio Cavallo, editor chefe do jornal *La Epoca*, qualificou-as de "esquizofrênicas", já que os meios de comunicação criticam duramente o sistema, apesar de temerem represálias. O governo, por sua vez, permite que os jornalistas

avancem até um certo ponto, para depois aplicar medidas drásticas que os silenciam. A razão é que o regime não considera a liberdade de expressão como um direito e sim como uma dívida. "A situação está permanentemente oscilando entre as piores denúncias e a ameaça de que te fechem. É uma situação que acaba com os nervos de qualquer pessoa", comentou Cavallo.

Estreitando o espaço

O governo sempre silencia a imprensa nos momentos em que está mais acochado. Às vezes, as medidas utilizadas são extremas, mas de sete anos para cá, se tem tido o cuidado de dar sustentação jurídica às represálias, utilizando para isso os artigos transitórios 8 e 24 da Constituição de 1980 e a Lei de Segurança do Estado. Ambas outorgam-lhe poder quase absoluto para silenciar os jornalistas com penas como o exílio ou medidas judiciais. O mais grave é que essas leis podem ser interpretadas da forma que o regime quiser.

"O governo deixa que exista uma imprensa oposicionista mas qualquer informação que não lhe agrade, significa que vamos terminar na auditoria militar", disse Ariel Poblete, chefe de informação da revista *Cauce*.

Exemplos a mais no poder

A base jurídica permite ao regime ameaçar, por meio de instituições legais, o funcionamento cotidiano dos meios de comunicação e calar a imprensa oposicionista. Em recente entrevista a um jornalista da revista *Apsi*, o presidente do Colégio de Jornalistas, Ignacio González, afirmava que "é infinita a capacidade do governo de imaginar e decretar leis restritivas contra a liberdade de expressão".

A última arma da campanha contra a imprensa é o projeto de lei que regulamenta a aplicação do artigo oitavo da Constituição, que propõe penas nunca antes impostas. "As multas são tão altas que simplesmente podem acabar a curto prazo com qualquer órgão informativo", enfatizou González. Atualmente, as revistas *Análisis*, *La Epoca*, *Apsi* e o diário popular *Fortín Mapocho* foram multados por terem publicado uma declaração do Partido Comunista, supostamente violando o artigo oitavo,

que proscree esse partido.

Em junho passado, um fiscal militar prendeu Felipe Pozo e Tito Palacios, respectivamente diretor e repórter de *Fortín Mapocho*, por "difamação das forças armadas", referindo-se a um artigo sobre o serviço militar obrigatório. Em fins de maio, a Corte Suprema condenou Juan Pablo Cárdenas, diretor de *Análisis*, a 541 dias de reclusão noturna por "difamação do presidente da República", por meio da linha editorial da revista no ano passado.

Em agosto de 1986, baseando-se no artigo transitório 24, o fiscal militar prendeu por um mês o diretor da revista *Cauce*, Gonzalo Figueroa, e também Ariel Poblete por um artigo deste último sobre a descoberta de arsenais¹ no norte do país. Ambos foram processados por difamação das forças armadas.

As sanções contra diretores e jornalistas acarretam um caos interno nos meios de comunicação porque deixam um vazio difícil de preencher e obrigam



José Carrasco, um pouco antes de ser assassinado

a que se trabalhe num ambiente de incerteza e insegurança.

Às vezes, as represálias não são de caráter jurídico. Em setembro passado, o cadáver do jornalista José Carrasco apareceu com 13 tiros na cabeça. Ele tinha sido sequestrado poucas horas antes de sua casa, às vistas da família. Em maio passado, *Cauce* denunciou que seus escritórios e seu pessoal estavam sendo vigiados pela polícia secreta, a CNI. "A CNI reconheceu a placa do veí-

culo que nos vigiava, o que significa que eles queriam que nós nos inteirássemos", contou Poblete.

Paulsen descreveu com uma metáfora a situação em que se encontram os jornalistas: "De vez em quando você vai jogar xadrez com o governo, mas eles sempre te põem em xeque".

A autocensura

Essa situação cria a autocensura, por meio da qual os jornalistas dão cortes em seus próprios artigos para evitar sanções. De fato, sem necessidade de intervir diretamente, o regime conseguiu, com ameaças e uma legislação repressiva, que a informação não-desejada não seja veiculada pelos jornalistas.

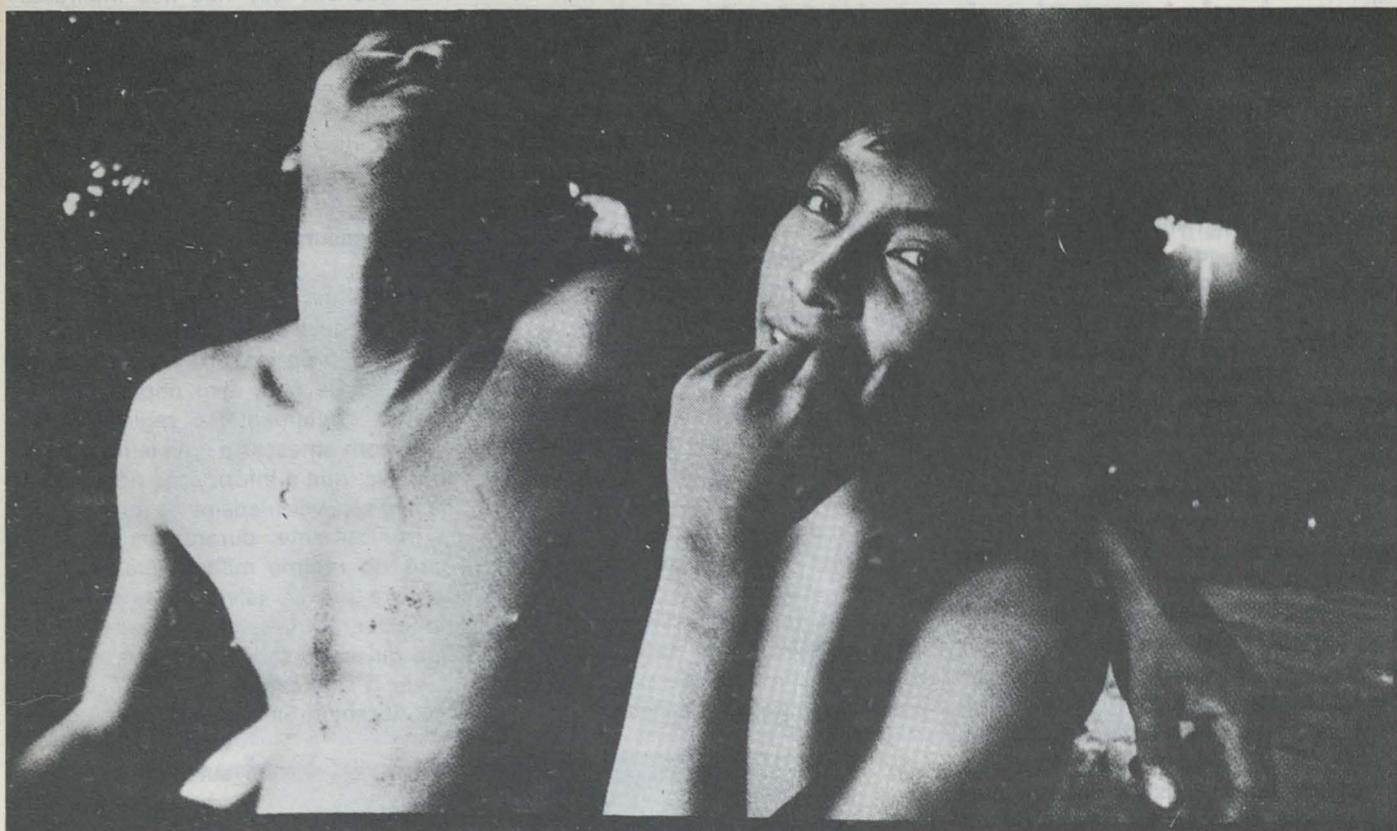
Ironicamente, durante os primeiros anos do regime militar, quando havia censura prévia, talvez fosse mais fácil trabalhar. "Antes, eu podia escrever o que quisesse, sabendo que o censor ia cortar o que estava proibido", comentou Abraham Santibáñez, diretor da revista *Hoy*. "Com a autocensura - acrescentou ele - já não sei quais são as regras do jogo".

Já que Pinochet deseja melhorar sua imagem pública dentro do Chile e no exterior, à medida que se aproxima o plebiscito de 1989, lhe convém continuar tolerando certa liberdade de imprensa. Fazer cara feia agora, seria perder alguns dos poucos eleitores seus no ano da eleição. Para manter sua margem de

livre expressão, a imprensa deve continuar lutando e preservando seu papel histórico. "Teremos que continuar lutando para ganhar nossa liberdade - enfatizou Santibáñez - porque o regime não vai nos dar nada de presente". ●

* O autor é jornalista norte-americano, atualmente radicado no Chile.

¹ Refere-se aos arsenais supostamente pertencentes a forças de esquerda que optaram pela luta armada, apresentados pelo regime a todos os meios de comunicação.



Ciáudia Andujar

Eduardo Galeano

Homenagem à liberdade

O escritor uruguaio considera que, ao estarmos perto de completar cinco séculos de "descobrimento", é oportuno lembrar como os povos que habitavam a América encaravam a vida

Aproxima-se a comemoração dos cinco séculos do "descobrimento". Acho que não seria uma má idéia que um dos temas centrais da comemoração fosse uma homenagem à liberdade sexual que havia na América, ou pelo menos em boa parte da América, antes que ela ganhasse esse nome e quando ninguém havia feito, ainda, o favor de descobri-la. Padres como Bartolomé de Las Casas ou Vasco Quiroga pregaram na América a palavra de um deus enamorado da condição humana, mas não foi esse deus que se impôs nas nossas terras, e sim um chefe de polícia universal que veio para ensinar, a ferro e fogo, a culpa e

castigar a liberdade no Além e também no Aquém.

Não seria má idéia essa homenagem à mais antiga memória da América, que é uma memória de liberdade, e também não seria uma idéia inoportuna, agora que os países desenvolvidos estão sofrendo certos ataques de moralismo castrador, dentro do clima provocado pelo crescente pânico da Aids.

A Aids, uma doença nova, contagiosa, ainda sem vacina e nem remédio eficaz, poderia ser a cartada perfeita dos policiais do sexo; e já está sendo. Tomara que eu esteja errado, mas tenho a impressão, para não dizer a certeza, de que assistimos ao desenvolvimento do

melhor caldo de cultura possível para os inimigos da imperdoável alegria do corpo.

O que acaba de acontecer, por exemplo, com Gary Hart, denunciado e condenado de maneira tão fulminante, não teria ocorrido em outros tempos, quando Franklin Delano Roosevelt ou John Kennedy foram protagonistas de situações quase idênticas.

O puritanismo em ação

Recentemente, os jornais da Europa e dos Estados Unidos dedicaram suas manchetes ao escândalo Gary Hart. Os jornalistas do *Miami Herald*, consagrados

à nobre tarefa de espionar camas, descobriram uma aventura amorosa do possível candidato à sucessão de Reagan. Quando vi a foto da "dama do pecado", me deu vontade de aplaudir Hart, e aplaudi-lo de pé. Mas a vontade passou, assim que li suas patéticas explicações, indignas do mais indigno dos acusados pelos tribunais do Santo Officio da Inquisição.

Em todo caso, a denúncia do *Miami Herald*, que acabou com a carreira política de Hart, colocou convenientemente em segundo plano as simultâneas revelações sobre as sujeiras do presidente Reagan no escândalo do desvio de fundos ilegais para assassinar nicaragueneses. A tradição puritana, que vem da época colonial e não de antes, levou Gary Hart à forca do "Mayflower". Do ponto de vista de um sistema que tem por hábito a dupla moral, a dupla linguagem e o "caixa 2", ele cometeu, sem dúvida, um crime mais grave que as atrocidades cometidas pelos "contras" por conta e a mando dos Estados Unidos.

Na Europa, o neomoralismo conservador também está fazendo das suas. Em Paris, os ministros do Interior e da Cultura lançam novas investidas de propaganda em sua campanha de censura contra o erotismo, chamado pornografia. Em uma praça de Cádiz, duas mulheres que tomavam sol nuas, ou quase, foram mandadas para a prisão por três dias, coisa que, se não me engano, não acontecia há anos na Espanha. Enquanto isso, no Vaticano, o papa, recém-chegado da Alemanha, afia suas tesouras de castrar.

No Chile, no Estádio Nacional, de sinistra memória, o papa pôde comprovar pessoalmente a persistência de uma demoníaca tradição pagã. Quando sua santidade exortou os jovens chilenos a repudiarem o sexo, eles responderam com um sonoro e

Índigenas chilenos criticam comemoração

Dirigentes da Associação de Índigenas Mapuches do Chile (AD-Mapu) e do povo aimará criticaram na capital chilena as comemorações do 12 de Outubro como "dia do descobrimento da América".

"Consideramos uma violência pensar que a América, povoada de índigenas, tenha sido descoberta em 1492, o que pressupõe a negação dos seus habitantes centenários, seus verdadeiros descobridores", disse o presidente da AD-Mapu, Elias Caniuman, numa entrevista coletiva na sede da Comissão Chilena de Direitos Humanos.

Os mapuches são considerados a etnia nativa mais numerosa que existe hoje no Chile, com cerca de um milhão e 200 mil pessoas, que na sua maioria moram na região da Araucânia (700km ao sul de Santiago), embora cerca de 200 mil tenham migrado para a capital nos últimos anos.

Os aimarás, representados na entrevista pelo seu dirigente José Pa-

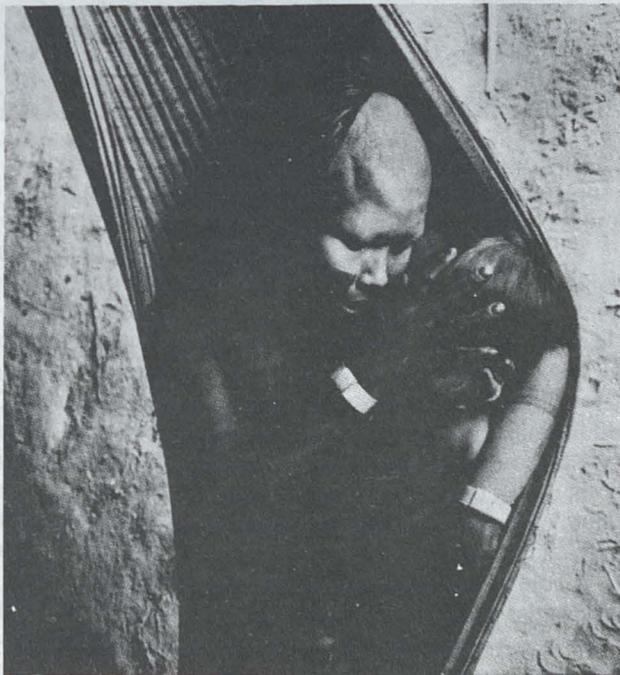
tara, vivem na região andina do extremo norte do país e não passam de 40 mil.

Os líderes indígenas lançaram um apelo às organizações sociais, políticas e humanitárias em favor da defesa das minorias étnicas, na sua opinião ameaçadas por várias leis decretadas pelo governo militar do general Augusto Pinochet.

Os povos indígenas representam em torno de 10% da população do país, que é de 12 milhões de habitantes.

"Devemos enfatizar que uma unidade nacional realista exige o respeito pela nossa identidade e direitos e pelo desenvolvimento de nossa cultura", disse Patara em nome do povo aimará.

Entre as principais reivindicações, os mapuches destacam a preservação da sua cultura, o estabelecimento da educação bilingue e o "reconhecimento legítimo" das etnias nativas existentes no Chile. Também advogam o direito à terra, crédito e assistência técnica à agricultura, além de pleitearem um programa de emergência que atenda às suas necessidades de moradia, saúde e educação dos indígenas.



Cristina Andujar

unânime NÃÃÃÃOOOO!!!! Alguns anos antes, o general Pinochet havia baixado um decreto-lei contra outra tradição pagã muito demoníaca: o modo comunitário de produção e de vida dos índios mapuches.

Na época da conquista, essas duas haviam sido, justamente, as provas fundamentais da perdição da América, ou de sua necessidade de salvação. É claro que os índios também tinham cheiro de enxofre por sua tendência a adorar ídolos e oferecer-lhes sangrentos sacrifícios rituais, mas agora havia duas provas irrefutáveis de que o Novo Mundo era a morada do diabo: o amor livre e a inexistência de propriedade privada.

Uma memória perigosa

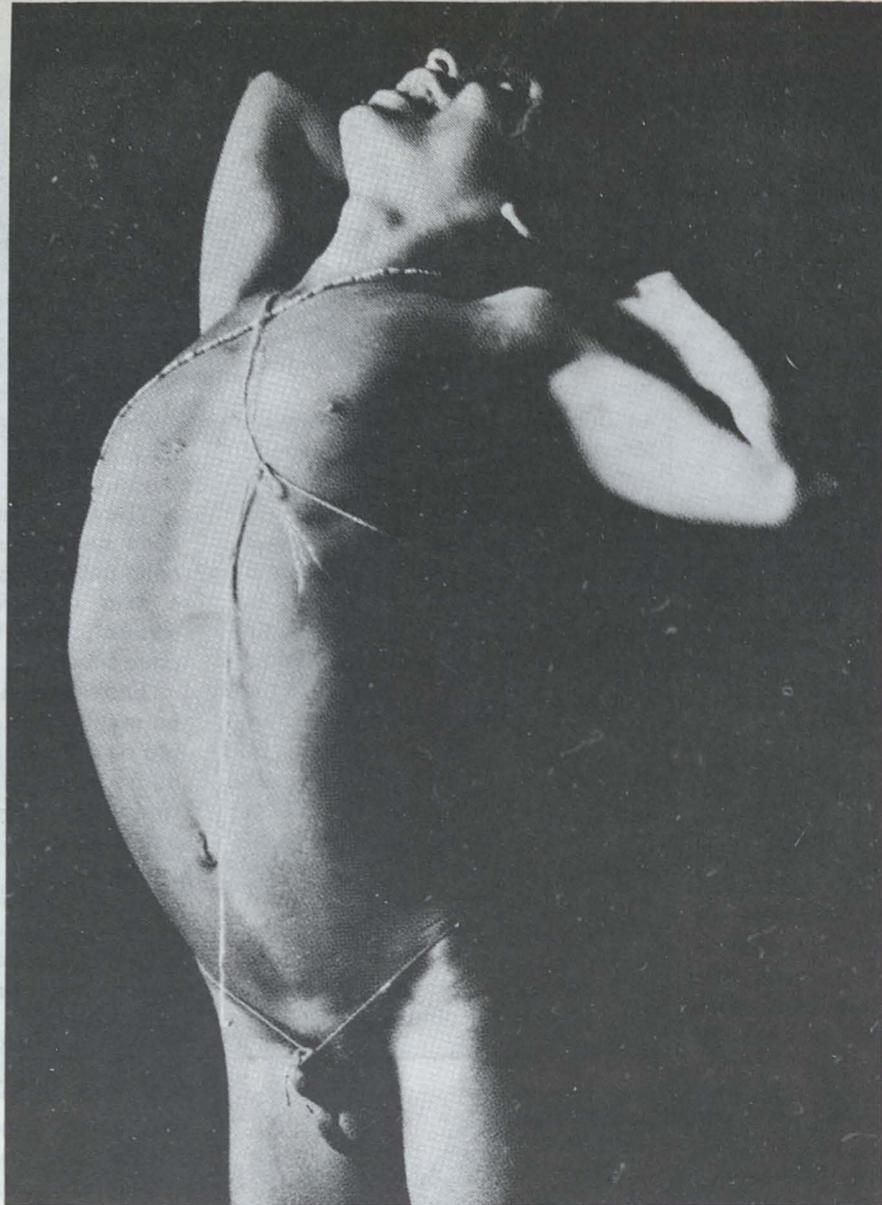
O amor era livre na maior parte do espaço americano, embora a vida sexual estivesse submetida a normas relativamente rígidas nas vastas regiões domi-

nadas por incas e astecas, a partir do vale de Cuzco e do lago do Texcoco, centros de poder dessas sociedades de servos e senhores, vertebradas pelo Estado. Mas as tais normas relativamente rígidas terminam sendo muito flexíveis, se compararmos com o que veio depois. Afinal de contas, em toda a América havia divórcio, no sentido de que ninguém estava condenado a viver o resto da vida com o cônjuge, e em nenhum lugar da América a virgindade da mulher tinha a menor importância.

Na área do Mar do Caribe, e também em outras regiões, a homossexualidade era considerada normal. Foi no Panamá que, em 1513, Vasco Núñez de Balboa realizou uma de suas cerimônias de exorcismo lançando a cachorros selva-

gens um grupo de 50 índios homossexuais, que até então desfrutavam da liberdade e respeito dentro de sua comunidade. Na costa colombiana do Caribe, em 1599, os índios taironas se rebelaram em defesa de seus costumes sexuais, da livre prática do divórcio, homossexualidade e incesto. Quando foi restabelecida a "ordem" - uma ordem baseada em proibições -, 80 comunidades haviam sido virtualmente exterminadas.

É estimulante evocar essa memória de liberdade. No mundo da nossa época, a homossexualidade ainda é considerada um delito em muitos códigos penais e delito ou doença em quase todos os códigos morais. Paradoxalmente - porque a história costuma estar cheia de piadas de humor negro -, a região



Claudia Andujar

brimento" viesse nos dar uma mãozinha. Dito assim, parece coisa de loucos... Por isso eu digo: temos que passar à frente desta onda crescente de puritanismo castrador, que está nos ameaçando de tirar a eletricidade da vida para torná-la algo asséptico, inofensivo e chato.

Se isso ocorresse, não se deveria encarar os festejos como uma homenagem aos reis católicos, fundadores da Inquisição na Espanha e campeões da intolerância e do obscurantismo na América. Em vez disso, o histórico aniversário poderia ser encarado como um universal aplauso às lindas pessoas que souberam manter vivas, apesar de tanta perseguição e menosprezo, as duas tradições mais antigas da América Latina: a liberdade e o sentido de comu-

do Caribe é uma das piores em termos de preconceitos machistas contra os homossexuais e as mulheres.

Reivindicar a alegria

O terror da Aids, do jeito que estamos indo, pode se transformar em terrorismo. Essa praga parece confirmar, cientificamente, as piores maldições que Jeová lançou, segundo o Antigo Testamento, contra os homossexuais e contra os que, de uma forma ou de outra, andaram "mordendo a maçã proibida" que é, como se sabe, a mais gostosa e perigosa das frutas do reino deste mundo.

Pior que a peste da Aids é a peste do medo. Por isso seria bom, e viria a calhar, que a comemoração do "Descobri-

nidade.

Então, seria uma homenagem, para citar um exemplo, às comunidades maias da Guatemala, que sobreviveram a incontáveis campanhas de aniquilamento e ainda são capazes de apostar na solidariedade e desprezar a propriedade, e que ainda chamam o ato de amor de *jogo*. Ou então seria uma comemoração, para dar outro exemplo, à maneira *huichola* de dar à luz. Quando vão parir, as índias *huichola*, da serra mexicana de Nayarit, não pensam na maldição bíblica que condenou a mulher a dar à luz com dor. Em vez disso, elas se concentram lembrando aquela noite, há nove meses atrás, para que a criança que vai nascer seja digna da alegria que lhe deu origem. ●

SUPLEMENTO

BRASIL

O debate **estatismo x privatização** tem crescido de volume no Brasil, nas águas dos problemas econômicos conjunturais e da dominância, a nível mundial, do pensamento afinado com teses e interesses do conservadorismo neoliberal. Temos acompanhado a discussão e procurado demonstrar, em anteriores edições, a importância estratégica que desempenharam e desempenham as estatais brasileiras identificadas com a construção e desenvolvimento da infra-estrutura econômica nacional.

Não se pode menosprezar a contribuição passada de tais empresas nas áreas dos combustíveis, siderurgia, eletricidade, transportes, mineração, telecomunicações, por exemplo, e, por força da própria significação que adquiriram na sustentação da modernização brasileira, torna-se impensável que o progresso do país dependa agora de sua privatização.

É importante notar que o debate, metodicamente desenvolvido por variados meios, mas que se mantinha nas esferas acadêmicas e empresariais, estendeu-se à sociedade, propiciando manifestações, como o relançamento da campanha "O petróleo é nosso", passeatas em defesa das estatais e um exemplar movimento de consciência cívica, no caso da greve dos funcionários da Embratel contra um contrato lesivo ao patrimônio público.

Por sua importância, o tema merece cuidada análise do economista Domar Campos, na abertura deste **Suplemento**, que traz, ainda, o confronto de duas opiniões: de um lado, o presidente da Bolsa de Valores carioca, Sérgio Barcellos, promotor de comentado simpósio sobre privatização, e, do outro lado, a vivência parlamentar de Oswaldo Lima Filho (PMDB/PE), um político debruçado sobre os problemas brasileiros há mais de três décadas.



Estatismo X privatização

Um debate que argumenta com o futuro
Pág. 48-54

O monopólio ameaçado

Contrato lesivo é sustado no grito
Pág. 55-56

As interrogações do átomo

Avanço e acidente exigem definições
Pág. 57-59

Meio século de grandes lutas

A UNE na história brasileira
Pág. 60-62

Outubro

Fatos importantes do mês
Pág. 63-65

A dura infância na Baixada

Pesquisa revela as pressões sobre as crianças
Pág. 66

Uma nova política antidrogas

Especialistas contestam enfoques vigentes
Pág. 69-70

O cinema visita a história

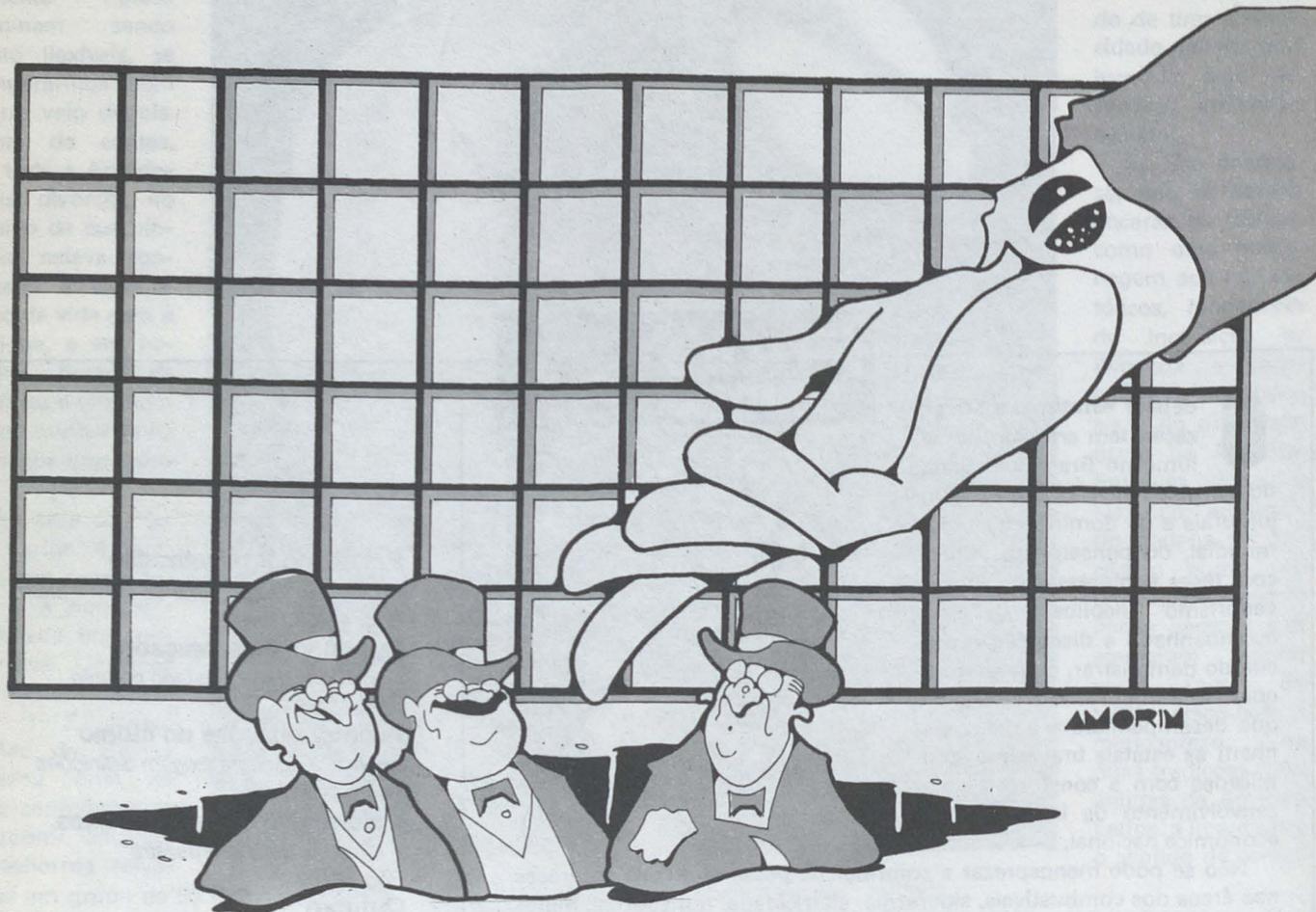
Um filme medita sobre militares e política
Pág. 71

Opinião

Neiva Moreira comenta os 34 anos da Petrobrás
Pág. 72

ESTATISMO x PRIVATIZAÇÃO

Movimento pendular de política econômica, as crises do liberalismo são superadas ou atenuadas pela intervenção do Estado — o que o Brasil deve às suas estatais



Olha, pessoal, a ajuda tá chegando...

Domar Campos

Parece que está amainando a onda pró-privatização que tomou conta do noticiário especializado, durante algum tempo. Não poderia ser de outro modo, uma vez que não havia motivo suficiente para que esse assunto ressurgisse em forma de uma campanha agitada, merecendo por isso a reação de correntes de opinião, que consideraram suspeito o exagero com que estava sendo tratado.

É um assunto polêmico, sem dúvida, e sempre discutido em termos ideológicos, mas a concentração e intensificação

das teses privatistas, com um caráter indisfarçável de pressão, despertou a suspeita e a reação, o que nos faz voltar ao assunto, procurando ter como base os fatos já demonstrados pela experiência do estatismo e do capitalismo de Estado no Brasil.

O sistema é privado

A procura de uma explicação para o aqodamento em promover a privatização ou, simplesmente, agitar o assunto não encontrará resposta satisfatória, porque o sistema é privado, sem indícios de maiores modificações, sendo o estatismo ou capitalismo de Estado um

simples complemento.

Basta frisar que grande parte das empresas estatais brasileiras são sociedades anônimas, e isso não apenas formalmente, tendo seus títulos negociados em bolsas de valores — aliás bem negociados e prestigiados —, o que parece indicar que as S.A. estatais do Brasil foram criadas para operar de forma mista, como empresas privadas e públicas, trilhando o caminho da coexistência do liberalismo com o capitalismo de Estado ou com o intervencionismo do planejamento oficial, através de empresas estatais econômicas.

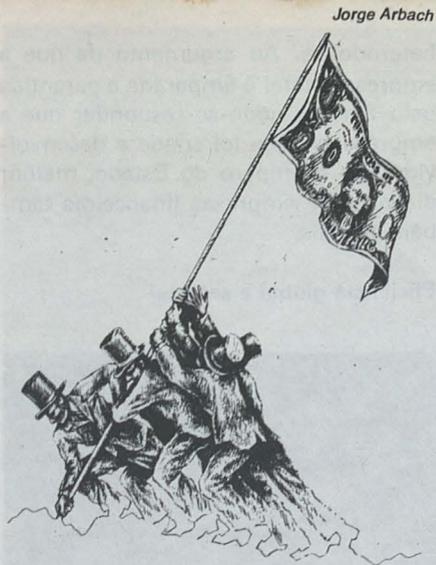
Apesar disso, levanta-se uma grande onda em favor da “solução” privatista,

durante a qual se procura destacar suposta "deficiência" – inata e por definição – das empresas estatais. Os órgãos de divulgação foram inundados de material que expressava tal objetivo. Fizeram-se seminários especializados, com a participação de técnicos estrangeiros. Entretanto, tais técnicos não estiveram, ao que parece, no mesmo nível de entusiasmo antiestatista dos promotores dos encontros.

Com muito cuidado e discrição em suas conclusões, discorreram sobre o privatismo-estatismo como uma simples variável de política econômica e de como se praticou e se pratica, em seus países, a estatização e a desestatização. Enfim, um movimento pendular de política econômica.

Modismo?

Terá passado a onda? De qualquer modo, não deixa de ser mais um modismo, que gerou grande agitação, o que é comum entre nós. Serve também para mostrar a face do atual enfoque ideológico do liberalismo, afirmando, a qualquer pretexto, que os seus princípios continuam válidos e são eternos.



As estatais ampliam a autonomia do país

plementação do planejamento econômico, da presença do Estado, que, ao que tudo indica, tende a ser, no futuro, crescente e predominante.

Isso parece incontestável, na medida em que o comportamento dos povos e das nações será cada vez mais racional e menos espontâneo na condução de suas economias.

Os princípios básicos e clássicos do

estatal, o "New Deal", marcou a ação governamental na recuperação econômica.

No caso atual, porém, como de outras vezes, voltou-se a abordar o tema não como uma proposta de política privatista, simplesmente, mas como afirmação ideológica do sistema liberal, negando ou ignorando a importância do capitalismo de Estado na política econômica das nações. Além disso, exagerou-se a eficiência do sistema privado, confundindo-se, por falta de enfoque teórico mais profundo e mais sério, o privatismo microeconômico e alguns casos de empresas privadas de maior porte com política econômica e planejamento macroeconômico dos países.

Palavras mágicas

Com esse sentido e nesse diapasão, mencionam e destacam, com exagero, os problemas de déficits e de dívidas das empresas públicas, atribuindo-os a uma baixa produtividade. Eles definem essa baixa produtividade como inerente à má gestão, que consideram fazer parte da própria natureza do setor público e governamental.

Agência Globo

Em consequência, concluem que a rentabilidade dessas empresas é fictícia, uma vez que seria resultante de facilidades e favores concedidos pelo governo. Certamente, conclusões demasiado simplistas, apesar de enfáticas.

Produtividade tem sido, assim, uma das palavras mágicas para condenar o estatismo adotado em nosso país há muito tempo. Com muito sucesso, aliás, sobretudo nos últimos 30 a 40 anos, uma vez que foi a base que permitiu a revolução industrial e a transição do pré-capitalismo para o capitalismo pleno no Brasil.

O dicionário diz muito pouco sobre a palavra **produtividade**: apenas, "faculdade de produzir". Definida tecnicamente, porém, significa uma relação entre a quantidade do produto obtido e a quantidade dos fatores necessários empregados no processo de produção, incluindo, é claro, o tempo gasto nesse



O potencial hidrelétrico do país torna-se realidade através da ação coordenada pela Eletrobrás

Acontece, contudo, que o debate revela precisamente o inverso do pretendido: o sistema é realmente privado e o grau de estatização aumenta ou diminui, de acordo com as necessidades momentâneas do país, adquirindo maior ou menor duração.

O liberalismo já cedeu lugar ao estatismo, ao capitalismo de Estado. O sistema liberal não mais dispensa a com-

liberalismo – o espontaneísmo, a livre concorrência, a livre iniciativa – há muito convivem com o racionalismo do planejamento macroeconômico e com o controle estatal. Não há como fugir a essa verdade. As crises cíclicas do liberalismo são superadas ou atenuadas pela intervenção do Estado, como nos Estados Unidos, na chamada grande crise de 1929/30, quando um programa

processo. Uma definição do resultado físico, ao qual se agrega a relação de custos, ou seja, o dinheiro dispendido com os fatores necessários: matérias-primas, energia, trabalho etc. Com o produto pronto, quantifica-se a fase de comercialização, que exige outras relações de outros tantos fatores. Chega-se, desse modo, à **rentabilidade** daquela produção, ou seja, a capacidade de um

heterodoxos. Ao argumento de que a empresa estatal é amparada e garantida pelo Estado, pode-se responder que a empresa privada foi criada e desenvolvida sob o amparo do Estado, melhor dizendo, de empresas financeiras também estatais.

Eficiência global e setorial



A siderurgia nos anos 40 marca o início da modernização industrial brasileira

determinado bem produzir renda, sem esquecer as oscilações das taxas de juros nos gastos financeiros. Há ainda a considerar a produtividade marginal, que é a relação marginal entre o adicional dos fatores empregados e o adicional resultante do produto.

Assim posto, o conceito de produtividade vale como um exercício de econometria, já que se refere às relações físicas do processo de produção. Tais relações, contudo, não são suficientes para definir a natureza da empresa pública, os objetivos perseguidos de utilização de sua produção, os objetivos, enfim, que determinaram seu lugar no planejamento global econômico e social do país.

Perde o sentido, portanto, o confronto de dados físicos de uma empresa estatal com os de uma empresa privada.

A política de uma estatal está subordinada, fundamentalmente, à política econômica do país, e tem a cumprir uma meta de interesse social e econômico nacional. A empresa privada não tem tais compromissos, embora de sua produção possam resultar benefícios econômicos e sociais nacionais e gerais. A comparação falha, pois são valores

Se chegássemos a estabelecer um indicador de produtividade que considerasse os objetivos da política econômica global, certamente as empresas estatais alcançariam resultados favoráveis muito expressivos. Porém, elas não se destacam apenas por esse lado, mas também pelo lado setorial e empresarial, inclusive nos resultados contábeis.

Destaque-se que poucasíssimas empresas estatais brasileiras – criadas sob a oposição de poderosas forças econômicas e políticas – não se tornaram hoje sociedades anônimas de nível internacional.

Em cerca de 30 anos, algumas, e outras em 40 anos, transformaram o Brasil numa nação industrialmente desenvolvida. Sem dúvida, foram as empresas estatais os alicerces que permitiram tal transformação, levando o Brasil a passar, nesse período, de uma renda per capita de pouco mais de 100 dólares para cerca de 2.000 dólares, o que significa um crescimento médio só comparável com o de algumas nações socialistas, o Japão e com economias especiais, como das nações produtoras de petróleo do Oriente Médio. Mas, com nenhuma do mundo ocidental, das eco-

nomias liberais e capitalistas.

Certamente, será lembrado que somos os devedores de mais de 100 bilhões de dólares e que enfrentamos alguns índices sociais dos mais baixos em todo o mundo.

Entretanto, constata-se que as nações mais desenvolvidas ainda convivem com grandes e insolúveis déficits públicos, quase impossíveis de serem saldados ou mesmo "rolados". E, ainda por cima, apresentam manchas de miséria absoluta, cujo exemplo mais eloquente são os Estados Unidos, precisamente a nação mais rica do mundo liberal e capitalista.

A dívida interna do governo dos Estados Unidos alcança perto de 40% do seu Produto Nacional Bruto (PNB), enquanto o do Brasil anda em torno de 15% e a dívida das estatais brasileiras perto de 4%. É fácil avaliar a significação desses números, sabendo-se que a dívida pública se destina a cobrir déficits governamentais anteriores e a atenuar a formação de outros.

Revolução industrial

Nesse período, registraram-se no Brasil aumentos extraordinários de setores mais nobres da produção industrial e agrícola, que formaram a base do desenvolvimento econômico global e do industrial, em particular. Alguns desses índices de produção eram praticamente inexistentes há menos de 20 ou 30 anos.

De um país, do qual só se conhecia e admirava a produção de café e o potencial presumido de recursos naturais, sabe-se hoje ser a 8ª renda absoluta do mundo, de mais de 250 bilhões de dólares, e a 10ª produção siderúrgica (20 milhões de toneladas), além de ser o 8º em geração de energia elétrica (250 bilhões de quilowatts/hora), o 7º na produção de cimento (40 milhões de toneladas), 10º produtor de bauxita, o minério do alumínio (2,5 milhões de toneladas), o que abre um novo e grande horizonte na produção metalúrgica brasileira.

É o país hoje o 4º produtor mundial de minério de ferro (30 milhões de toneladas), o 26º produtor mundial de petróleo (600 mil barris diários), que representam um terço do consumo nacional, e o 11º produtor de trigo, com 3 milhões de toneladas.

Todos esses setores de produção

acusaram aumentos verdadeiramente extraordinários, nos últimos 30 anos, devendo-se notar que alguns itens, como a bauxita e o trigo, quase não eram produzidos no país. Todo esse notável resultado contou com a ação quase sempre direta do Estado brasileiro. A energia hidrelétrica e o minério de ferro, em sua quase totalidade, tiveram as estruturas de produção diretamente desenvolvidas por empresas estatais.

A **démarrage** da siderurgia deveu-se à criação da Companhia Siderúrgica Nacional, uma estatal notável. Recentemente, outras estatais vieram dinamizar setores de grande importância, como a Embratel, no caso das telecomunicações, e a Embraer, na produção aeronáutica, que vem registrando desempenhos impecáveis. Petrobrás, Eletrobrás, Vale do Rio Doce constituem outras das empresas que vêm desempenhando uma função fundamental para o desenvolvimento nacional.

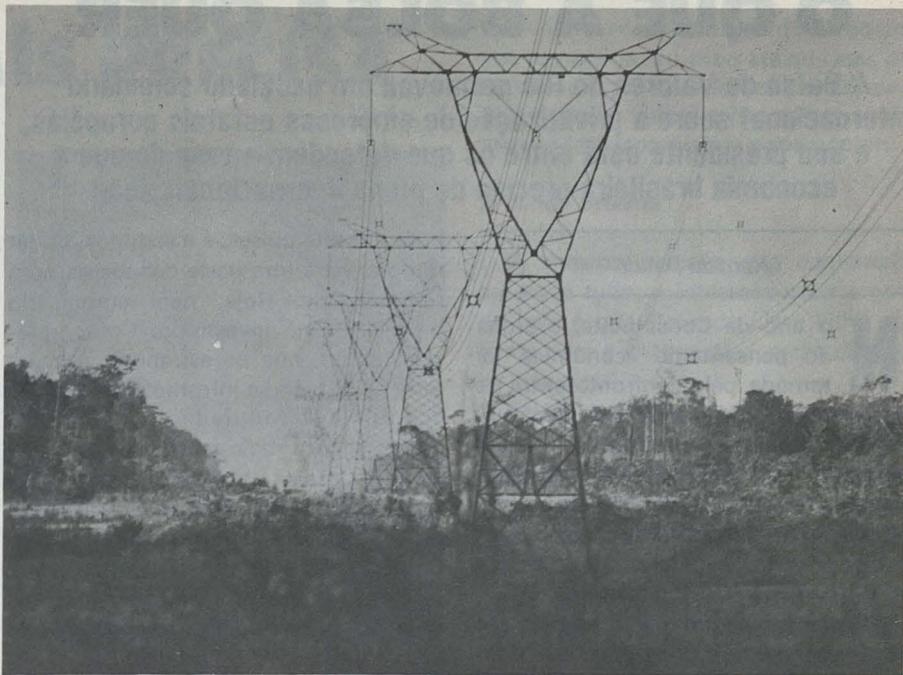
Tal relação de empreendimentos estatais não seria possível sem a existência de empresas financeiras, como o Banco do Brasil e o BNDES, também estatais e grandes êxitos da política econômica brasileira.

História de êxitos

A Eletrobrás e as empresas estaduais do setor elétrico responderam com eficácia ao desafio da eletricidade no Brasil. O mesmo, no setor mineral, foi feito pela Companhia Vale do Rio Doce, seja na exploração, seja na pesquisa, a qual, aliás, apresenta uma das mais efetivas realizações, com a descoberta de grandes e novas jazidas de minério de ferro de alto teor, bauxita, cassiterita e outros. Sem qualquer ufanismo, pode-se afirmar que o setor metalúrgico nacional é hoje um dos mais promissores do mundo. As indústrias de alumínio e aço já alcançaram o mercado externo, com excelente competitividade.

Todos os avanços, que delimitam o Brasil de hoje e o de algumas décadas atrás, foram criados e assistidos diretamente pelo Estado brasileiro, através de suas empresas e órgãos especializados.

Muitos empreendimentos, depois do impulso inicial, passaram à iniciativa privada. Basta lembrar a indústria automobilística, reunindo automóveis utilitários e tratores, que se tornou hoje a 9ª do mundo, em quantidade produzi-



A ação estatal na área da energia viabilizou grandes pólos industriais

da, e se transformou num ponto alto da revolução do setor industrial. A criação desse setor foi programada e realizada pelo Grupo Executivo da Indústria Automobilística-GEIA, órgão governamental ligado ao então Ministério de Viação e Obras Públicas, e, depois, entregue à iniciativa privada. Um marco da história econômica do país, que transformou profundamente o medíocre e primário sistema brasileiro de transportes, foi, portanto, mais uma iniciativa de êxito do Estado.

A memória brasileira, infelizmente, não guarda muito da revolução industrial no Brasil. As novas gerações não parecem sentir a grande transformação operada, mal informada que é sobre nossas realizações e potencialidades, além de alimentada maciçamente de informações negativas sobre deficiências administrativas oficiais, insuficiências de capital e de tecnologia.

Como falar tão enfaticamente em carência de tecnologia, como fazem quando duvidam de nossas possibilidades, se as estatais brasileiras são agora multinacionais que proporcionam ao país renda cambial por prestação de serviços a outros países?

O que a memória brasileira ainda guarda é a grandeza da campanha do "O petróleo é nosso", uma epopéia vitoriosa, onde a força do povo, das raízes do processo econômico, se fez sentir e

criação da Petrobrás, dando início ao que veio a ser o começo da solução do maior problema da economia nacional. A Petrobrás empreendeu o estudo, a pesquisa, a sondagem e a exploração do petróleo, com investimentos caríssimos em material e tecnologia importada, lutando contra a opinião alienada negativista. Aos 33 anos de existência, responde hoje pela produção de 600 mil barris diários de óleo, um terço do consumo nacional. Figura entre as maiores empresas petrolíferas do mundo e nela se baseou a criação da indústria petroquímica no Brasil.

Nada de novo e nada demais, em tudo isso. Apenas vale repetir essas verdades, quando surge alguma onda suspeita e perigosa. A Petrobrás, de fato, foi gerada por uma campanha política, mas a sua base foi criada, com competência técnica e objetividade, por brasileiros dedicados e patriotas.

O estatismo, contudo, não obedeceu a um movimento político. Surgiu espontaneamente, por exigência natural do próprio sistema, para atender às falhas do processo econômico que a iniciativa privada nacional e estrangeira não conseguiam superar. A nacional, por insuficiência de recursos econômicos e financeiros e a estrangeira, devido à morosidade nas decisões, preocupada em assegurar a lucratividade de seu investimento. ●

O QUE A BOLSA QUER

A Bolsa de Valores do Rio promoveu um badalado seminário internacional sobre a privatização de empresas estatais européias, e seu presidente está entre os que defendem a tese de que a economia brasileira precisa de plena internacionalização

Nereida Daudt

No ano da Constituinte, a arena do pensamento econômico foi tomada pelo confronto entre os que pelejam por uma linha de progressiva autonomia nacional, onde se atribui um papel de destaque também ao Estado, e os que defendem um tipo de desenvolvimento determinado pelos interesses privados e caracterizado por uma abertura total ao capital externo.

Para estes, os grandes exemplos são os governos conservadores da Grã-Bretanha e França, com suas políticas de privatização. Assim, querem maior abertura do Brasil para o mercado internacional, através de conversão de parte da dívida externa em investimentos, e a entrada voluntária dos fundos privados de capital estrangeiro, além, naturalmente, da diminuição da presença estatal na economia.

"A conexão com os grupos financeiros internacionais é o renascimento brasileiro" - diz Sérgio Barcellos, presidente da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, que já determinou investimentos em melhorias na entidade, à espera dos novos tempos: 30 milhões de dólares, em dois anos, equiparão a Bolsa com pregão mais moderno e sistemas automatizados. Enquanto isso, a entidade promove seminários, agitando a questão.

Sérgio Barcellos reclama do que ele classifica de radicalismo dos que vêem perigo no capital externo e prega a adoção de normas que dêem confiança ao investidor internacional, hoje - de acordo com ele - tentado por diversas opções de bons negócios, tanto no mundo capitalista, quanto no socialista.

Partindo do pressuposto de que nenhum país consegue viver sem investimento externo na economia, ele diagnostica uma situação de fuga, no momento - "as pessoas estão desistindo do Brasil" -, particularmente em função da falta de estabilidade na economia.

"Quando você investe - defende Sérgio Barcellos - tem que dispor de duas possibilidades: a primeira é sair à

hora em que quiser, e a segunda, poder remeter para fora parte dos lucros, com tranquilidade. Hoje, nem empresário brasileiro está investindo. Como querem, então, que os estrangeiros invistam? O Estado se intromete em tudo, a economia é regulada, muda muito". Ele considera radicais as posições contrárias à maior abertura ao capital externo e assinala que há pouco interesse lá fora pelo mercado brasileiro: "Os japoneses não estão, nem qualquer povo está realmente muito interessado hoje pelo Brasil. Além disso, os concorrentes cresceram em número e de forma sábia. O sudeste asiático, o leste europeu, Austrália, Nova Zelândia, países emergentes da África e, pior ainda, a União Soviética e a China continental oferecem melhores condições de atração desses investimentos".

Sérgio Barcellos diz que tais países têm "postura mais aberta e economias menos reguladas, que respeitam o investimento estrangeiro e permitem o livre fluxo de capitais. Lamentavelmente, no Brasil, as dificuldades aumentam nesse período de perspectiva de abertura democrática. É a Nova República, que nos tornou radicais em relação ao mundo desenvolvido. Como alguém já disse, nosso futuro é ser uma



A Bolsa aposta em alta com privatização

Albânia", numa referência a declarações do ex-ministro Mário Henrique Simonsen.

O mundo total do capital

"O projeto de conversão da dívida caminha com dificuldade, sob grande pressão da opinião pública. Espera-se que um dia haja uma cartilha de conversão acima dos radicalismos. O Brasil hoje tem o complexo do diálogo. Não se dialoga com o desenvolvido, simplesmente porque ele é desenvolvido" - conceitua o presidente da Bolsa de Valores.

Considerando que os fundos internacionais de investimentos já não têm rótulos nacionais, pois "o mundo caminha para ser um só", ele diz registrar uma progressiva perda de expressão da América Latina no cenário internacional, a não ser quando se fala da dívida externa, problemas sociais "ou outros assuntos menores, como a bomba de césio".

Como exemplo de um país latino-americano que julga ter obtido sucesso na conversão da dívida, Sérgio Barcellos aponta o México: "Aquele país resolveu seu problema externo, retomou o crescimento, reduziu o déficit público e a taxa de inflação. A Bolsa lá cresceu 400% em dois anos. Um detalhe: antes de resolver seu problema de endividamento, o México passou pelo FMI".

Ele entende ser ideológica a recusa em submeter-se a um programa econômico ditado pelo FMI e critica o PMDB pela resistência. "Seria bem razoável trazer Deng Xiao Ping e Gorbatchev ao Brasil, para aprendermos um pouco o que fazemos e de que modo. A Bolsa de Valores do Rio já trouxe Felipe González, para demonstrar que socialista não é burro nem retrógrado. Quero ser enfático: não existe mais privado ou estatal. Isso acabou. Existe empresa, se é eficiente ou não, se melhora as condições de vida dos cidadãos ou não. Se melhora, fica. Se não melhora, acaba. Não existe mais essa dicotomia de ser privada ou estatal".

Na visão de Sérgio Barcellos, o Brasil colocou-se à margem do desenvolvimento, perdeu substância intelectual e empobreceu, e acredita que "um dia vai aparecer um cara bom aqui, que não tenha complexos, que abra a economia e se ligue ao mundo".

O QUE O PAÍS PRECISA

A opinião de um parlamentar que vem acompanhando, há três décadas, os embates do país em busca do desenvolvimento, superando preconceitos e doutrinas estabelecidas

Clóvis Sena

Em 1956, como consequência do clima de grandes confrontos doutrinários e decisões em torno do futuro – a marca dos anos 50 –, surgiu a Frente Parlamentar Nacionalista. O movimento reuniu mais de 100 parlamentares e desenvolveu dinâmica atividade em defesa dos interesses nacionais. O deputado Oswaldo Lima Filho (hoje, PMDB/PE) era, então, um de seus mais combativos dirigentes.

Hoje, um grupo de congressistas reorganiza a Frente Parlamentar Nacionalista e entre eles está Oswaldo Lima Filho, coerente com os princípios que sempre defendeu. Suas opiniões, na entrevista a seguir, expressam as preocupações dos que entendem a necessidade, para um equilibrado crescimento brasileiro, da presença estatal, sempre que investimentos básicos sejam requeridos pela dinâmica da economia e pelos interesses nacionais.

A presença necessária

O deputado Oswaldo Lima Filho considera que o debate sobre a privatização das estatais envolve uma série de malentendidos, porque os setores interessados em defender certos objetivos aproveitam-se de alguns aspectos impróprios, para tentar traçar um perfil negativo da presença do Estado na área econômica.

“Nesta, como em outras questões – lembra o parlamentar –, é preciso distinguir, como já recomendavam os jesuítas. Quer dizer, precisamos verificar a importância de cada estatal. Assim, encontraremos empresas que representam a verdadeira espinha dorsal do de-



Lima Filho: espinha dorsal do progresso

envolvimento brasileiro, como a Petrobrás, hoje uma das maiores empresas petrolíferas do mundo.”

O deputado cita, ainda, a Eletrobrás, cujo sistema garante o fornecimento de energia elétrica ao país inteiro, através de muitos dos maiores complexos hidrelétricos, como Itaipu, Tucuruí, Furnas, Paulo Afonso, cujo efeito no desenvolvimento nacional é decisivo. Lembra também o exemplo da Companhia Vale do Rio Doce, que se tornou a maior empresa de mineração do mundo, respondendo por uma tarefa essencial ao país.

“Mas isso nada tem a ver com outras empresas criadas artificialmente, apenas para atender a emergências de interesses privados” – frisa Oswaldo Lima Filho. “Só o sr. Mário Henrique Simonsen, que está hoje como diretor do City Bank – continua – criou 60 estatais, na época em que era ministro. Hoje, ele põe por aí com uma fantasia de anjo de procissão, sem explicar que muitas daquelas empresas surgiram no sistema estatal somente para acudir empresas privadas falidas.”

Ele dá um exemplo: a empresa Lutfala, da família do ex-governador paulista Paulo Maluf, cujos desacertos custaram fortunas ao Estado. “Esse tipo de empresa, eventualmente sob controle estatal, é que deve ser privatizada, na-

turalmente se surgir alguém interessado em comprá-la. Eu acho até que elas deveriam ser privatizadas em leilão, porque é muito difícil achar quem queira assumi-las”, completa o parlamentar.

A dívida externa

A mesma posição que contempla, antes de tudo, o interesse mais amplo do país é que Oswaldo Lima Filho defende para a análise da questão da dívida externa.

“Nós, da Frente Parlamentar Nacionalista, sustentamos que a moratória deve ser mantida, porque o Brasil já exportou 60 bilhões de dólares em capital, como juros de uma dívida externa que é ilegítima em grande parte.”

Ele assinala que a dívida começou com juros históricos de 6%, que chegaram, porém, até a 24%, em decorrência da política econômica praticada pelo governo Ronald Reagan, que se tem caracterizado pela elevação da dívida norte-americana e aumento das taxas de juros internos, como forma de atrair capitais de todo o mundo. (Ver, a propósito, a matéria sobre a crise da bolsa nova-iorquina e os comentários do economista Antônio Barros de Castro, págs. 27-30 desta edição.)

“Na medida em que as taxas de juros foram elevadas artificialmente – lembra o deputado pernambucano –, a dívida dos países do Terceiro Mundo duplicou e, conseqüentemente, a dívida brasileira de 50 bilhões de dólares pulou para os 100 bilhões. Trata-se, assim, de uma espoliação, de uma assalto cometido contra as nações mais pobres do mundo. O Brasil pode negociar soberanamente o pagamento de sua dívida externa, mas deve fazê-lo exigindo, primeiro, juros fixos, porque cada aumento de um ponto nos juros representa um bilhão de dólares contra nós. Depois, prazos mais longos para o pagamento, de modo a evitar que o povo seja asfixiado e o pagamento acabe acarretando, como temia Tancredo Neves, a fome do povo. Além do mais, essa dívida foi tomada sem nenhuma aprovação do Congresso Nacional e por iniciativa de ministros que recebiam comissões por empréstimos que faziam, conforme foi denunciado até pelo coronel Raimundo Saraiva, então adido militar da embaixada brasileira em Paris”, finaliza o parlamentar. ●

PETROBRÁS

Um motor do desenvolvimento nacional

Nascida de uma campanha cívica, a Petrobrás desacreditou as forças ligadas aos interesses estrangeiros e chega, aos 34 anos de existência, como uma das molas-mestras do desenvolvimento brasileiro, uma empresa estatal acostumada a vencer desafios, como a exploração de petróleo em águas profundas

Símbolo da presença estatal na economia, a Petrobrás é hoje uma empresa-chave no desenvolvimento do país, responsável por crescente produção de óleo e por um programa de pesquisas que vem revelando novas reservas petrolíferas. Isso deixa mal, perante a história, todos aqueles que defendiam a entrega do setor às transnacionais ou os que, simplesmente, negavam a possibilidade de existirem jazidas no Brasil, apontando para uma eterna dependência nacional na estratégica área dos combustíveis.

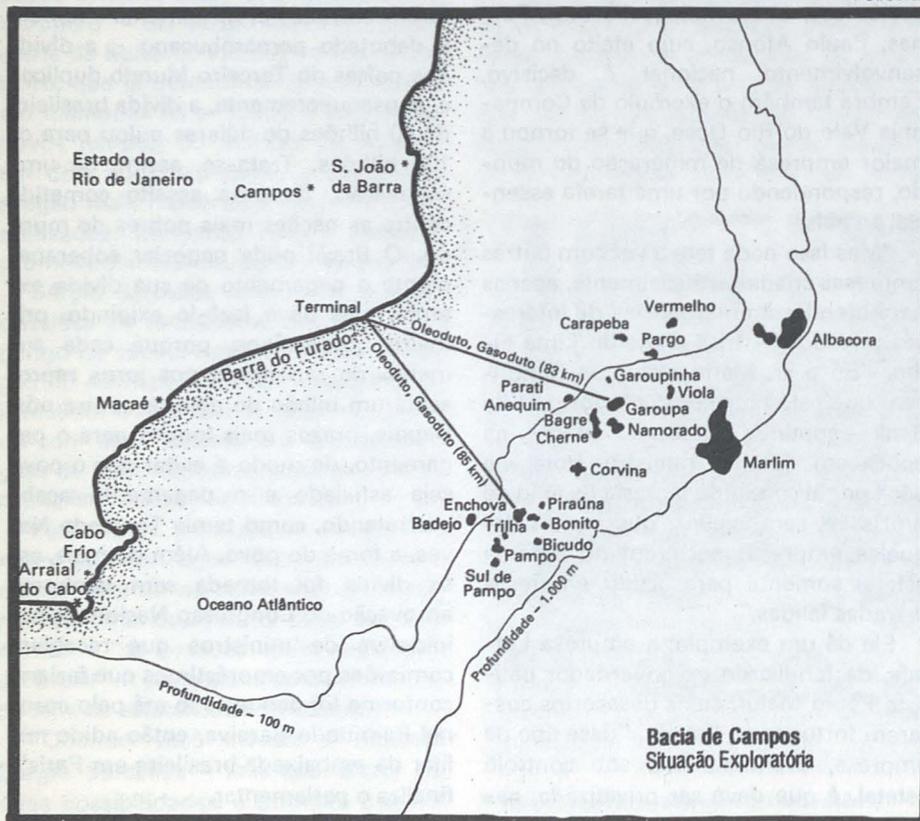
O desempenho e a importância da Petrobrás dão argumentos sólidos aos que defendem a necessidade da participação estatal na esfera produtiva, sem-

pre que se impuser o interesse global do crescimento. As pressões contrárias, intensas desde a instalação da Assembleia Constituinte, provocaram até o relançamento da campanha "O petróleo é nosso", para garantir a intocabilidade da Petrobrás e de seu monopólio, reivindicando, inclusive, o cancelamento dos contratos de risco, instituídos há dez anos, no auge da crise mundial do petróleo.

Desenvolvimento orientado

Os 5.540 barris diários produzidos em 1955 multiplicaram-se mais de 100 vezes, em 34 anos, e hoje a Petrobrás extrai, diariamente, uma média superior a 585 mil barris de petróleo, atendendo

Petrobrás



já a cerca de 60% do consumo nacional. É um salto de múltiplos significados, pois dele dependeu, em grande parte, a capacidade do país em industrializar-se.

Ao monopólio estatal cabe, certamente, a responsabilidade pela trajetória de sucessos na delicada área dos combustíveis. A situação anterior à existência da empresa e o desempenho das firmas estrangeiras no sistema dos contratos de risco, de dez anos para cá, parecem confirmar que o Brasil de hoje dependeria inteiramente de fornecimentos externos, uma situação de gravidade facilmente identificável, pois as repercussões dessa dependência se estenderiam aos mais diversos setores da economia do país.

A existência da Petrobrás, ao contrário, provocou modificações fundamentais no perfil produtivo nacional. Primeiro, descobriu o óleo e continua a expandir as reservas (2,3 bilhões de barris, com perspectivas próximas de passarem a 9,3 bilhões), construiu refinarias (11 estão em funcionamento) e uma frota de petroleiros (67 navios, com 5,1 milhões de toneladas de porte bruto), formou milhares de técnicos, assimilou e passou a desenvolver tecnologias (o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento-Cenpes, na Ilha do Fundão, está sendo ampliado agora, para dar lugar, em 1991, ao mais completo Centro Tecnológico da Petrobrás), alcançou o pioneirismo em exploração petrolífera no mar (trabalha em águas com mais de 600 metros de profundidade), e, nessa evolução, tanto criou demanda industrial, em termos de equipamentos e serviços (90% requisitados ao mercado interno), quanto propiciou o desenvolvimento de diversas áreas, como a petroquímica, além de atuar até como ponta-de-lança no comércio externo, via Interbrás, abrindo novos mercados aos exportadores brasileiros.

A afirmação da empresa não ocorre, porém, sem dificuldades, entre as quais se apresenta a própria conjuntura econômica, que determinou cortes orçamentários, e uma queda na remuneração dos serviços de distribuição, em função de preços subsidiados.

A contribuição da Petrobrás ao desenvolvimento brasileiro, apesar de eventuais apertos, demonstra a utilidade, em países do Terceiro Mundo, da ação estatal na faixa da infra-estrutura econômica.

EMBRATEL

O monopólio ameaçado

Um acordo com a firma de Amador Aguiar (Bradesco) e Roberto Marinho (Globo), pelo qual a Embratel cedia o controle do serviço de transmissão de dados via satélite, violou o monopólio das telecomunicações e criou no setor a figura do atravessador

Embora desde a sua criação, em 1984, a Associação de Empregados da Embratel venha realizando debates e estudos sobre o domínio das comunicações, inclusive promovendo o livro "A história secreta da Rede Globo", de Daniel Herz, só agora seus quase 6 mil associados partiram para uma ação concreta, em decorrência do fato consumado entre a empresa e a associação Bradesco-Globo. Eles entraram em greve nacional, por tempo indeterminado, ou melhor, até que o contrato seja desfeito.

Em todas as cidades do país, de Porto Alegre a Porto Velho, não só empregados, mas também os gerentes de operações aderiram ao movimento, capaz de afetar a regularidade de serviços como transmissão de televisão, telex, dados e telefonia. De acordo com um dos conselheiros da Associação de Empregados, engenheiro Telmo Cardoso Lustosa, "não se trata de nenhuma ação de sabotagem. Nosso interesse é defender a empresa. Quando a gente vê aventureiros se aproximando e roubando parte de nossa empresa, ficamos todos chocados".

Patrimônio público

Os funcionários da Embratel deram menos importância à possibilidade de



A mobilização dos funcionários conteve a violação

ter ocorrido algum tipo de troca de favores na operação e acentuaram a irregularidade da quebra do monopólio.

"Essa luta não tem nada a ver com questões salariais, é a defesa da empresa", observou Telmo Lustosa. Segundo ele, o corpo técnico tem muito amor pela empresa, "assistimos à sua construção, vimos seu crescimento e a forma como adquiriu nome dentro da sociedade. Ela possibilitou ao brasileiro assistir a eventos memoráveis, como a chegada do homem à lua, o tricampeonato mundial de futebol. A nível de empregados e de sociedade, a Embratel criou um nome muito importante. En-

tão, existe amor à empresa, independente da questão salarial".

A discussão sobre a política nacional de telecomunicações e a consciência daí decorrente fizeram também com que os empregados da Embratel denunciassem, em diversas ocasiões, as ameaças que certos grupos privados vêm fazendo contra o desenvolvimento tecnológico brasileiro. Assim, já no ano passado, levaram ao conhecimento público que a Victori (a firma em que se associam o Bradesco e a Rede Globo) tentava burlar a lei 4117, ao utilizar uma interpretação própria de serviço "limitado de

múltiplos destinos".

Com a ida em outubro do presidente da Embratel, Pedro Jorge Castelo Branco, para uma diretoria do Intelsat, em Washington, levantou-se a hipótese de sua nomeação ter um caráter de prêmio, pela assinatura do contrato que beneficia o Bradesco e a Globo.

A assessoria de comunicação da estatal, no entanto, em nota divulgada à imprensa, contestou o fato, argumentando que "a indicação do engenheiro Castelo Branco para a alta administração do Intelsat é o resultado de um movimento unânime dos países do Terceiro Mundo, de apoio ao seu nome,

Arquivo AEBT

em virtude das excepcionais qualidades profissionais e pessoais demonstradas pelo engenheiro Castelo Branco, quando, em 1981, presidiu a Junta de Governadores do Intelsat, que é o órgão máximo da entidade". A nota conclui que ligar a indicação do engenheiro Castelo Branco para o Intelsat com os contratos recém-assinados pela Embratel é uma atitude que revela total desinformação.

À parte disso, o Sindicato dos Telefônicos do Município do Rio de Janeiro entrou com uma ação judicial contra o ex-presidente Pedro Jorge Castelo Branco Sampaio, para questionar a assinatura do contrato que garante à Victori o direito à comercialização dos serviços de comunicação de dados, via satélite.

Represálias

Em função das denúncias que fazem, os empregados da Embratel têm sido vítimas de várias punições. Quando, por exemplo, divulgaram que o engenheiro Cleofas Uchoa, atual presidente em exercício da empresa, havia defendido a privatização da estatal, em artigo publicado pela revista Tele Brasil, toda a diretoria da Associação de Empregados foi suspensa por 15 dias, sem remuneração. Durante a greve geral do último dia 20 de agosto, também três associados foram punidos: perderam cargos de chefia e foram suspensos por 5 dias. O mesmo aconteceu em Recife, onde dez gerentes perderam os cargos, em função da participação na greve.

O detalhe intrigante é que estas punições ocorrem pela primeira vez na história da estatal e, justamente, no governo que tem por programa a instauração da democracia.

A direção da Associação teme o esfriamento do movimento, por truques da direção da Embratel. Um primeiro sintoma desta intenção foi a proposta de se criar um grupo de estudo formado pela empresa e pela Associação. Esta proposta foi rejeitada, porque os funcionários não vêem nada a ser estudado no contrato.

Eles consideram que é nítida a quebra do monopólio e o demonstraram, através de um grupo de trabalho formado por superintendentes regionais e chefes distritais, cujas conclusões buscaram salvaguardar os direitos da Em-

Um contrato estranho

□ O contrato assinado dia 14 de outubro último, entre a Embratel (Empresa Brasileira de Telecomunicações) e a Victori Comunicações Ltda., empresa que tem como sócios majoritários o sr. Roberto Marinho, das Organizações Globo e o sr. Amador Aguiar, do Bradesco, viola o monopólio estatal das comunicações no Brasil. Isto porque, ele permite a prestação de serviços de transmissão de dados, via satélite Brasilsat, por uma empresa privada. O projeto de lei aprovado pela Congresso Nacional em 1965, que constituiu a Embratel, prevê que seu objetivo é o de "prestar os serviços de telecomunicações em caráter nacional". Desde então, ela tem a posse de todos os serviços de telefonia, telecomunicações, telex e dados. Antes mesmo da sua criação, em 1962, pela Lei 4.177, era estabelecido o monopólio estatal dos serviços de telecomunicações.

Assim, o contrato firmado pelo presidente da Embratel, Pedro Jorge Castelo Branco e a empresa Victori, feriu frontalmente a legislação vigente. Em contrapartida, desencadeou um dos mais politizados movimentos de servidores já realizados no país.

O atravessador

Pelo contrato, além de se permitir às empresas Globo o controle do flu-

xo de informações jornalísticas, em todo o país, e ao Bradesco o acesso aos meios de transmissão de dados de todos os outros bancos, ignorou-se a lei de reserva de mercado na área de informática, ao não se estabelecer obrigatoriedade de aprovação do *software* pela SEI. Em sua cláusula 13.5, o contrato não resguarda também os interesses da tecnologia nacional.

Pela cláusula quarta, impôs-se à Embratel, ainda, fornecer toda a infraestrutura física (obras civis, energia, ar condicionado, equipamentos de transmissão, etc.), além dos serviços da rede nacional de telecomunicações, e a obrigação de operar eventuais equipamentos de propriedade da empresa particular.

Fica nítida, assim, a instituição do intermediário - criou-se a figura do atravessador nas telecomunicações, segundo a denúncia dos funcionários - que terá domínio dos meios para aumentar seus lucros. A vigora o contrato, qualquer empresa que desejar serviço de transmissão de dados, ao invés de pagar diretamente à Embratel, terá que primeiro acertar contas com a Victori (pela cláusula 13.3.2, esta estabelecerá os preços que quiser), a qual, por sua vez, terá que saldar com a Embratel o preço (já fixado no contrato) pela utilização de seus meios. Se o movimento de protesto dos funcionários da estatal não tivesse provocado a suspensão do contrato e preservado o monopólio, essa intermediação toda iria levar o usuário a arcar com dupla cobrança.

bratel, enfatizando que a prestação de serviços públicos de comunicação de dados é concessão estatal. Eles assinaram um documento que rebate e anula completamente os termos do acordo firmado com a Victori.

Com toda a pressão exercida pelos funcionários, a diretoria da Embratel suspendeu temporariamente o contrato feito com a firma de Amador Aguiar e Roberto Marinho, mas sem admitir que o mesmo implique em quebra de monopólio. A medida, entretanto, não satisfaz os empregados, que não abrem mão da anulação do contrato.

Em discurso que fez aos funcionários, na intenção de evitar a greve, o presidente interino, Cleofas Uchoa, foi vaiado duas vezes. A primeira quando disse que o ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães, tem garantido sempre o monopólio das telecomunicações. A segunda, ao dizer que tudo não passava de desinformação dos funcionários. Ao perguntar "a quem interessa isto (o debate em torno da questão)", obteve uma resposta em coro dos empregados que lotavam o auditório da empresa: "Ao povo do Brasil".

• N.D.

GOIÂNIA, CACHIMBO, IPERÓ

As interrogações do átomo

O acidente nuclear num ferro-velho de Goiânia já está produzindo seus mortos, uma tragédia no cerrado que aguça a preocupação da comunidade científica com a natureza do avanço brasileiro na tecnologia atômica

Amorim



Procópio Mineiro

De uma forma repentina e traumática, o Brasil está travando conhecimento com os dramas nucleares, aprendendo a prestar atendimento hospitalar a vítimas da radiação, começando a saber como se faz a autópsia em corpos que passam à categoria de lixo atômico, inaugurando sepulturas especiais para caixões de padrão inusitado, com revestimento de chumbo, enquanto tateia no trabalho de descontaminar quintais, casas e ruas, por onde o perigo passou e ficou, em níveis ainda desconhecidos. As primeiras mortes, ocorridas 30 dias após o início da contaminação, prenunciam o que se pode esperar, nas próximas semanas, para os demais atingidos com gravidade, internados no Rio de Janeiro.

Um drama goiano, localizado numa pequena faixa de uma cidade grande, a capital Goiânia, envolvendo gente da periferia – pouco menos de 50 conhecidos até agora – lança, na verdade, um alerta de dolorosa intensidade ao país, que soubera, três semanas antes do acidente, que dera um gigantesco passo na tecnologia nuclear, controlando o enriquecimento do urânio.

Acidente absurdo

Na opinião do físico Lufs Pinguelli Rosa, diretor da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (Coppe), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o que ocorreu em Goiânia com a abertura da bomba de césio-137, de uso médico (retirada de um hospital desativado, vendida e aberta a golpes de marreta num ferro-velho, servindo o pó fatal de

brincadeira a crianças e admiração para os adultos), somente merece a classificação de absurdo.

“Esse acidente demonstra não só a precariedade do sistema de fiscalização e regulamentação da energia nuclear no Brasil, mas também retrata um país onde convivem tecnologias de ponta e desordem social, esta representada pela omissão das autoridades, incompetência e falta de seriedade profissional”, define o professor Pinguelli Rosa, expressando, ao mesmo tempo, preocupação com o interesse exclusivo que se observa, na área dos órgãos oficiais ligados ao assunto, com o desenvolvimento do programa nuclear paralelo, de objetivos estritamente militares.

Na opinião do cientista, não se deve fazer reparos ao avanço do país no controle da tecnologia nuclear, pois esse progresso poderá permitir a produção de radioisótopos de uso clínico, sua uti-

lização em pequenos reatores e até mesmo para a produção da energia elétrica, caso haja aceitação social para esse tipo de reator, visto que a sociedade já resiste à usina de Angra dos Reis. Sem esquecer, ainda, a exigência de viabilidade técnica e econômica para a operação dessas centrais.

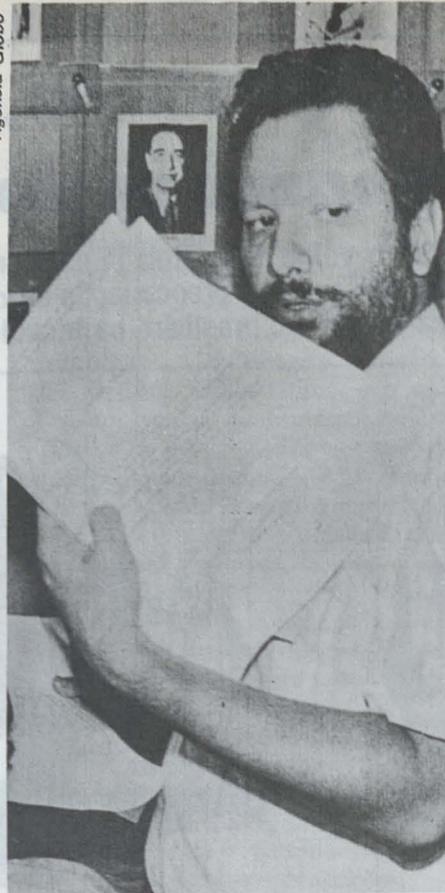
Controle militar

"Mas, a grande questão que surge é o controle militar do enriquecimento do urânio" - assinala Pinguelli Rosa. "A interrogação é sobre o que está fazendo a marinha, o que pretende a aeronáutica e também o exército, agora igualmente procurando desenvolver um projeto próprio. Ao mesmo tempo, a Comissão Nacional de Energia Nuclear é subordinada ao Conselho de Segurança Nacional e tem composição inalterada desde o período da ditadura. A comunidade científica nacional não obtém respostas a suas preocupações. Há fortíssimos indícios de que, em Cachimbo, no sul do Pará, se pretendia fazer uma base para explosões nucleares, sem que o governo tenha esclarecido nada, até agora. Ao mesmo tempo, tentou-se utilizar Cachimbo como um disfarce, agora, por ocasião do acidente com o césio, em Goiânia, quando se falou em jogar lá o lixo radiativo."

O físico ressalta que a preocupação da comunidade científica brasileira decorre das consequências que podem advir do controle militar sobre o desenvolvimento do projeto nuclear: "Se o Brasil embarcar na aventura da produção de arma nuclear, a Argentina fatalmente seguirá o mesmo caminho, e vice-versa".

E que se possa chegar à bomba, ele considera uma consequência lógica da própria mentalidade militar. Segundo Pinguelli Rosa, um programa científico civil é capaz de desenvolver a tecnologia nuclear e fazer sua aplicação a diversos itens de interesse social, mas evitando, por uma questão de opção, chegar à bomba. Já um programa sob absoluto controle militar, como se caracteriza o projeto brasileiro, somente por milagre não resultaria em desenvolvimento de armas. "Sejamos claros: adquirindo uma tecnologia dessas, eles vão até o fim", teme.

O cientista observa que o nó da questão não está no envolvimento ou



Pinguelli: o nó é o controle militar

não de civis no projeto, mas no fato de que "lá se trabalha sob controle militar, em condições de segredo militar e debaixo de juramento militar, com assinatura de compromisso formal pelos técnicos. As verbas são secretas, como segretos são os buracos, em Cachimbo".

O cientista lembra que a comunidade científica, desde 1975, vem questionando a política atômica oficial e reconhece que a Nova República não trouxe qualquer modificação no comportamento governamental. Consta até um retrocesso, em função de compromissos assumidos pelo então candidato Tancredo Neves, que deixou às mãos dos militares a questão nuclear.

Em suma, a posição dos cientistas expressa a preocupação pela falta de controle social sobre os objetivos das pesquisas: "Estratégia também é do interesse da sociedade, mas nunca o Congresso Nacional foi informado ou discutiu a questão do submarino atômico pretendido pela marinha, quando seria lógico que seus oficiais devessem defender o projeto perante a sociedade", argumenta Pinguelli Rosa. ●

As primeiras mortes

Trinta dias após se contaminarem com o césio-137, morreram a menina Leide Neves Ferreira, de 6 anos, e sua tia Maria Gabriela Ferreira, de 37, que estavam internadas no Hospital Naval Marcllio Dias, no bairro do Lins de Vasconcelos, no Rio de Janeiro, onde continuaram em tratamento os outros nove atingidos com gravidade pela radiação, inclusive o pai de Leide, Ivo Alves Ferreira, e o marido de Maria Gabriela, Devair Alves Ferreira, dono do ferro-velho "Auto-Mecânica" e responsável pela abertura da bomba de césio, irmão de Ivo e tio de Leide. Uma desgraça familiar, mas de alcance muito mais extenso.

Quatro dias depois, no dia 27 de outubro, morria Israel Batista dos Santos, empregado de Devair no ferro-velho. Como os demais mortos e internados, apresentava quadro hematológico grave, principal efeito da contaminação.

A menina Leide chegou a ingerir césio, quando, depois de brincar com o pó e sem lavar as mãos, comeu pão com ovo, tornando-se altamente radiativa, emitindo radiação equivalente à de dez bombas de cobalto, a ponto de pôr em risco os médicos e enfermeiros, o que levou à decisão de deixar a cargo do tio Devair os cuidados que exigiam maior proximidade com a criança.

Imunodeficiência

O principal efeito da contaminação é afetar a medula óssea e destruir o sistema de produção de glóbulos brancos, deixando o organismo sem as defesas imunológicas, atingindo também a produção de glóbulos vermelhos.

Mas, a radiação afeta ainda a pele e, na proporção gigantesca em que penetrou em muitos dos goianos, em doses que corresponderam a milhões de vezes a exposição que se sofre numa sessão de raios X, provocou tais feridas infeccionadas, que até amputações de membros foram necessárias. Intestinos, cabelos e órgãos reprodutores são igualmente atingidos.



No dia 4 de novembro, Ivo e Devair embarcaram do Rio para Goiânia, onde continuam em tratamento

O enfraquecimento das defesas do organismo permite, então, infecções graves, que se tornam a causa imediata das mortes. Ao anunciar os dois primeiros casos fatais, no dia 23 de outubro, o chefe do Serviço de Medicina Nuclear do Hospital Naval Marcllio Dias, José Maria Sampaio, confirmou que tinha ocorrido "quase uma septicemia, num quadro muito semelhante ao dos aidéticos", explicando o nível infeccioso propiciado pelos efeitos da radiação no sistema imunológico das vítimas.

O remédio Radiogardase, que ajuda a eliminar do corpo o elemento de con-

taminação, e antibióticos em grandes doses, para combater as infecções, têm sido as medicações básicas ministradas aos doentes internados no Rio de Janeiro, os mais graves, e, por isso mesmo, quase desenganados.

Um aprendizado difícil e perigoso no tratamento de vítimas de contaminação nuclear é a situação por que estão passando técnicos da Comissão Nacional de Energia Nuclear e os médicos e enfermeiros, que atendem os 32 doentes menos graves, internados em Goiânia, e os oito que sobrevivem no Rio. Especialistas em descontaminação, vindos da

Argentina (Juan Carlos Jiménez) e dos Estados Unidos (Robert Ricks) e o soviético Dimitrivich Selidovkin, este com experiência adquirida no atendimento das vítimas de Tchernobyl, trouxeram a ajuda de conhecimentos internacionais.

Do desastre nuclear de Goiânia, além de novas mortes, restarão algumas áreas soterradas sob maciças camadas de concreto (o prédio da Coordenação de Vigilância Sanitária, o ferro-velho Auto-Mecânica e a casa de Devair Alves Ferreira), e - espera-se - medidas conseqüentes para uma eficiente estrutura de fiscalização na área nuclear. ●

Atibaia contra o átomo

□ Movido pelo anúncio do avanço brasileiro no campo nuclear, com o domínio da tecnologia de enriquecimento de urânio, e pelas conseqüências do acidente com a bomba de césio, em Goiânia, a Câmara de Atibaia, em S. Paulo, declarou o município zona desnuclearizada, comunicando a decisão a todos os movimentos pacifistas do mundo e às embaixadas sediadas em Brasília.

Pela decisão da Câmara, em Atibaia ficam proibidas usinas nucleares

e fábricas que utilizem a energia atômica, a instalação de armamentos e a criação de depósitos de rejeitos radiativos.

Na justificativa de sua proposta, afinal aprovada, o vereador e engenheiro Rogério Ribeiro da Silva mostra sua apreensão com a corrida armamentista e as conseqüências que podem advir de um conflito ou de acidentes, e lembra o problema que tem surgido para a guarda do lixo atômico. "A apresentação desse projeto - esclarece o vereador - visa

principalmente a proibir que sejam instalados armamentos nucleares em nosso município, e, após sua aprovação, faremos campanha, para que todos os municípios da região, assim como os do sul de Minas, adotem também esse procedimento, para garantirmos uma grande área desnuclearizada junto a nossa cidade".

Atibaia é uma estância climática e hidromineral, a 66km de S. Paulo e a 25km de Bragança Paulista, com uma população em torno de 50 mil habitantes.



Márcio A. Barros



Agência Globo

Ulysses Guimarães, José Genofno (acima), José Serra e Aldo Arantes (abaixo): carreiras parlamentares iniciadas nos embates da UNE

Meio século de grandes lutas

A UNE festeja seu cinquentenário, lembrando um passado de lutas e enfrentando o questionamento dos que não aceitam vê-la transformada em uma representação partidária

Artur José Poerner

A União Nacional dos Estudantes (UNE) está comemorando o cinquentenário de fundação com uma série de atos e atividades, que se estenderão até o final do ano, em todo o país. A finalidade das comemorações não é só a recuperação do espaço político que a entidade perdeu ao longo dos anos de ditadura militar, mas também o espaço físico que lhe foi tomado em 1º de abril de 1964, quando golpistas vitoriosos depredaram e incendiaram a sede que ela ocupava à Praia do Flamengo, 132, no Rio de Janeiro, desde 18 de agosto de 1942 — até então sede do Clube Germânia.

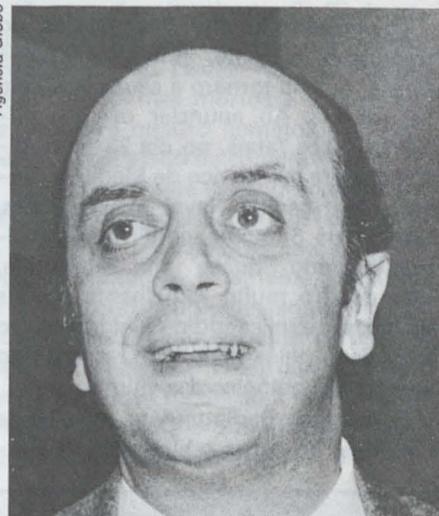
O que será mais difícil: a recuperação do espaço físico ou a do político? São, 60 — terceiro mundo

ao que tudo indica, igualmente penosos e complicados esses problemas que empanam o brilho dos festejos do cinquentenário. Para reconstruir a sede, a UNE precisa antes legalizar, juridicamente, a posse do terreno da Praia do Flamengo, que lhe fora cedida pelo presidente Getúlio Vargas, quando o Brasil declarou guerra à Alemanha de Hitler. E para retomar a importância que lhe era reconhecida no panorama político nacional, ela precisaria, entre outras coisas, se livrar da partidarização que a transformou em órgão de um só partido político.

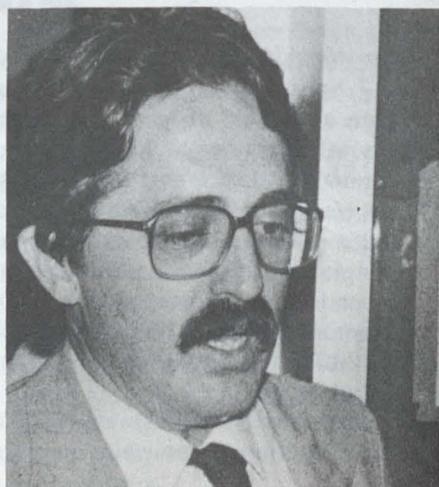
As grandes campanhas

Em seus 50 anos de existência, a UNE desempenhou um papel destacado e, em certos momentos, até mesmo de-

Agência Globo



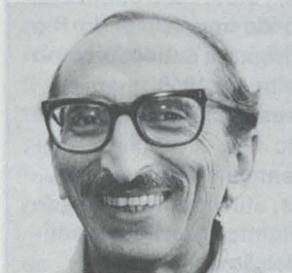
Agência Globo



cisivo na vida política nacional, como em 4 de julho de 1942, quando a sua primeira grande passeata provocou a reversão e, pouco depois, a derrota da corrente do Estado Novo varguista que simpatizava com o Eixo nazi-fascista. Essa derrota se consumou com a demissão do chefe de polícia, Filinto Mueller, que se opusera à realização da passeata (não deixa de ser altamente significativo o fato de que, após o golpe de 64, ele se tornaria o líder partidário do regime no Senado Federal), e com a declaração de guerra ao Eixo.

A partir daí, dessa estréia triunfal no cenário político brasileiro, a UNE exerceu considerável influência nos principais episódios históricos e nas lutas fundamentais do nosso povo, entre os

Agência Globo



José Frejat



Maria Yedda



José Talarico

Mabel Arthou



Arthur João Donato



Hélio de Almeida



Ferro Costa

quais alguns merecem especial destaque, como veremos a seguir.

A campanha contra a ditadura do Estado Novo teve um ponto alto no assassinato, em 5 de março de 1945, do estudante Demócrito de Souza Filho, primeiro-secretário da União dos Estudantes de Pernambuco, durante comício pró-candidatura presidencial do brigadeiro Eduardo Gomes, no Recife.

As campanhas, como "O petróleo é nosso", lançada pela UNE em 1947 e que resultou na criação da Petrobrás, e as realizadas pela indústria siderúrgica nacional e pela gratuidade do ensino universitário, durante a fase de hegemonia do Partido Socialista Brasileiro na direção da entidade, de 1947 a 1950,

através de presidentes como Roberto Gusmão, Rogê Ferreira e José Frejat, foram de grande efeito.

A greve contra o aumento das passagens de bondes paralisou o Rio de Janeiro, nos dias 30 e 31 de maio de 1956, e assumiu proporções de uma crise nacional, no governo Juscelino Kubitschek, que teria chegado a implorar ao então presidente da UNE, Carlos Veloso de Oliveira: "Veloso, ajude-me a salvar o regime!" Na verdade, o movimento grevista foi liderado pela União Metropolitana de Estudantes (UME), mas o seu êxito conduziu o presidente dessa organização, José Batista de Oliveira Júnior, à presidência da UNE, encerrando uma fase de domínio direitista (1951/1956) na política estudantil. Além

vimento Econômico (BNDE), também durante o governo de Kubitschek.

A campanha contra a American Can decorreu da ameaça que a empresa norte-americana representava para a indústria brasileira de laticínios em 1957/58, quando era presidente da UNE Marcos Heusi, até há pouco secretário de polícia do Rio de Janeiro.

A luta pelas reformas estruturais de base e a atuação do Centro Popular de Cultura (CPC) ocorreram durante a fase de ascensão católica (1961/64), a sexta na história da UNE, com o predomínio da Ação Popular (AP) no movimento estudantil.

A intensa participação nas lutas populares dos primeiros anos da década de 60 deu-se com a integração à Frente de Mobilização Popular.

A luta contra a ditadura militar e contra a intervenção norte-americana na educação brasileira, via acordos MEC-Usaid marcou a presença da entidade, durante a fase de radicalização da repressão policial-militar ao movimento estudantil e de clandestinidade da UNE, oficialmente extinta em 27 de outubro de 1964 pela Lei Suplicy de Lacerda.

Partidarização excessiva

Por que a UNE, atualmente, não é mais aquela das memoráveis campanhas que acabamos de lembrar?

Bem, para começar, diante do fechamento de todas as vias de acesso à participação política estudantil pela ditadura militar, os militantes do movimento universitário se dividiram, numa época assinalada pelo assassinato do secundarista paraense Edson Luís de Lima Souto, no restaurante do Calabouço, no Rio, em 28 de março de 1968, e pelas duas "Passeatas dos 100 mil", realizadas em 26 de junho e 4 de julho daquele ano, também no Rio. De um lado, a maioria, que se rendeu à realidade opressiva com maior ou menor grau de inconformismo, optando entre a acomodação e o famoso "passo atrás", à espera de dias melhores e menos perigosos; de outro, a minoria, que aderiu à tese da luta armada, sob a forma de guerrilha urbana ou rural, movida pelo desespero da impotência e por um idealismo quase suicida. Essa decisão desfalcou, de maneira irremediável, o que ainda restava da liderança do movimento estudantil, levando-a ao sacrifício

cio da prisão, tortura, exílio e morte.

Somente em março de 1977 o movimento estudantil ressurgiria como tal, quando os estudantes voltaram às ruas das principais cidades do país, com os "Dias Nacionais de Luta" contra a repressão e pela anistia. E mais de dois anos transcorreriam ainda, até que Jean-Marc von der Weid, eleito presidente no 30º Congresso da UNE – realizado clandestinamente, em outubro de 1968, na pequena cidade paulista de Ibiúna – pudesse transmitir o cargo ao sucessor. É evidente que a UNE se resente ainda hoje dessa descontinuidade.

"O país mudou e a maneira de atuar também teve de mudar" – reage Gisela Mendonça, cujo mandato de presidente da UNE expirou em outubro passado, ao rebater as críticas de apatia, desorganização e desmobilização lançadas contra a entidade por ex-dirigentes estudantis.

Em parte, ela tem razão, inclusive porque o refluxo que o movimento estudantil sofre, depois de alcançar seus objetivos mais imediatos, como a legalização da própria UNE, com o fim da ditadura militar, é uma tendência assinalada ao longo de toda a história política brasileira. Além disso, não se deve esquecer que, nos períodos não-ditatoriais e menos repressivos, o movimento estudantil perde em destaque, na medida em que concorre com movimentos habitualmente reprimidos com maior ferocidade, como o sindical.

Mas, é inegável que a UNE vive uma fase de excessiva partidarização, nociva a qualquer entidade representativa de classe ou categoria social ou profissional. Qualquer sindicato de partido único sofreria o mesmo desgaste. Dos 19 dirigentes da gestão passada, 18 eram do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e um do Partido Verde (PV).

Tudo indica que o problema da excessiva partidarização vai perdurar depois destas eleições, disputadas, praticamente, por apenas dois partidos – o PC do B e o Partido dos Trabalhadores (PT) – e ganhas por esse último, com Valmir Santos, estudante de História da Universidade Federal do Pará. •

62 – terceiro mundo

Formando líderes

□ Em seus 50 anos de existência, a União Nacional dos Estudantes foi também uma escola de formação de quadros dirigentes de vários setores da vida nacional. Veja alguns dos nomes que passaram pela UNE:

Ulysses Guimarães, atual presidente da Assembléia Nacional Constituinte, da Câmara dos Deputados e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), foi primeiro-vice-presidente da UNE, eleito em julho de 1940.

Hélio de Almeida, atual presidente de honra do Clube de Engenharia e ex-ministro de Viação e Obras Públicas do governo João Goulart, exerceu a presidência da entidade, eleito em setembro de 1942.

Fernando Santana, atualmente deputado federal constituinte, foi o quarto vice-presidente da UNE, eleito na chapa de Hélio de Almeida.

Maria Yedda Leite Linhares, ex-secretária de Educação do município e do estado do Rio de Janeiro, dirigiu a Secretaria de Intercâmbio da UNE, na gestão de Hélio de Almeida.

Paulo da Silveira, atual procurador e diretor-geral da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro e também ex-diretor do diário carioca "Última Hora", foi tesoureiro da UNE na gestão de Hélio de Almeida e secretário-geral na gestão seguinte.

Arthur João Donato, atual presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), como vice-presidente do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (Caco), da Faculdade Nacional de Direito, colaborou com a diretoria da UNE

eleita em 1942.

Celso Peçanha, ex-governador fluminense, exerceu a terceira-vice-presidência da entidade, na chapa eleita em agosto de 1939.

José Gomes Talarico, ex-conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, ex-deputado federal e estadual, ambas em duas legislaturas, foi eleito diretor da UNE em 1939 e dirigiu a Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU), como primeiro presidente da entidade.

Clóvis Ferro Costa, atual diretor jurídico da Itaipu Binacional e ex-deputado federal, exerceu a terceira-vice-presidência da UNE, em 1940.

José Frejat, atual secretário de Administração do município do Rio de Janeiro, dirigiu a entidade como presidente, eleito em 1949.

Marcos Heusi, ex-secretário da Polícia Civil do Rio de Janeiro, elegeu-se presidente da UNE em 1957.

Aldo Arantes, atualmente deputado federal constituinte, presidiu a entidade, com a eleição de 1961.

José Serra, outro deputado federal constituinte, foi o presidente eleito em 1963.

Elysis Medeiros Pires Filho, atual secretário de Turismo do Rio de Janeiro, dirigiu o Centro de Cultura Popular (CPC) da UNE, como primeiro diretor, na gestão de Aldo Arantes.

José Genofno Neto, deputado federal constituinte, foi eleito vice-presidente da entidade em 1968, no congresso realizado em Ibiúna, quando era presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE), da Universidade Federal do Ceará.



No prédio que existiu aqui, a UNE fez história



Na reativação, local improvisado

PARLAMENTARISMO EM CENA

A anunciada tendência parlamentarista da Constituinte conseguiu uma primeira vitória, ao fazer passar na Comissão de Sistematização a proposta do substitutivo do relator Bernardo Cabral, que institui o regime parlamentarista no país. Por 57 votos a 36, na manhã do dia 30/10, a comissão consagrou um princípio que se considera do agrado da maioria do plenário, onde os presidencialistas de todos os partidos terão que garantir um mínimo de 280 votos para manter o atual regime de governo.

A votação foi antecedida de manobras protelatórias dos líderes Carlos Sant'Anna (governo) e José Lourenço (PFL) e do discurso de defesa da proposta, pronunciado pelo senador Afonso Arinos (PFL/RJ), que atribuiu inúmeras virtudes ao regime, entre elas a de cortar o país de um sistema burocrático

eficiente e de afastar, para sempre, os riscos de golpes militares.

Regime que tem caracterizado a administração de países politicamente estáveis, com quadro partidário bem definido, ou que desfrutam de adiantado nível de desenvolvimento econômico, o parlamentarismo já teve tumultuada existência na república, de setembro de 1961 a janeiro de 1963. Foi adotado para cortar poderes do então vice-presidente João Goulart, às vésperas de sua posse, após a renúncia de Jânio Quadros, e, conseqüentemente teve o objetivo de impedir a adoção do programa de reformas com que se comprometia Jango.

O nível de sedimentação partidária e os desafios econômicos e sociais com que se defronta o país são as variáveis básicas para qualquer regime que se pense para o Brasil. Será o parlamenta-



Constituinte: o porquê do gabinete, eis a questão

rismo um meio mais eficaz que o presidencialismo, para promover a evolução política e econômica?

Da resposta do plenário da Constituinte, prevê-se uma maioria parlamentarista, mas a significação da mudança é tamanha que conviria obter a confirmação popular, através de um oportuno plebiscito.

Afinal, à opinião pública não tem escapado a adesão de última hora de numerosos constituintes à idéia parlamentarista, provocando inquietação quanto a moti-

vos conjunturais de tal posicionamento, que - antes de traduzir qualquer convicção política - visaria mais a cortar poderes do presidente José Sarney e manietar uma futura presidência do ex-governador Leonel Brizola.

Teme-se que um regime nascido de preocupações tão casuísticas, semelhantes às que levaram ao parlamentarismo dos anos 60, acabe ele próprio por se tornar uma fonte permanente de inquietações sociais e crises institucionais.

RIOMAR REÚNE ARMADORES

Mais de 90 representações de armadores, construtores navais, agentes e transportadores movimentaram a Seatrade Riomar-87, no Pavilhão de S. Cristóvão, no Rio de Janeiro, expondo produtos e trocando experiências sobre questões do setor. Quanto às esperadas encomendas aos estaleiros nacionais, os resultados da feira deixaram a desejar, como tem acontecido nos últimos anos, em função da situação do mer-

cado internacional e, particularmente, da falta de definições internas, no que toca a financiamentos à construção naval.

Ao abrir a Seatrade Riomar-87, o ministro dos Transportes não fez qualquer aceno mais concreto, embora tenha reconhecido o envelhecimento e insuficiência da frota comercial brasileira, na última década, o que tem obrigado a um crescente afretamento de navios estrangeiros para o

transporte de mercadorias de um comércio que chega a 37 bilhões de dólares anuais, nos dois sentidos. José Reinaldo Tavares anunciou, contudo, o processo de revisão da política de fomento à construção naval, setor que enfrenta uma crise de financiamento desde 1982.

A nível mundial, o setor da construção naval opera ainda em clima de crise, pois trabalha a um ritmo de apenas um terço do que fazia na década passada, o que tem aguçado a competição por encomendas. Nessa guerra,

a Coréia do Sul passou a ocupar o primeiro lugar, com um terço dos 26,3 milhões de toneladas de porte bruto encomendados, superando o Japão, agora com cerca de 27%, enquanto a Iugoslávia mantém a terceira colocação, com cerca de 7%, seguida pelos estaleiros brasileiros, em quarto lugar, com 5% das encomendas. Os empresários do setor consideram essa fatia insuficiente em consequência dos problemas de financiamento, o que acaba por beneficiar os construtores navais do Oriente.

MAPA DA MINA

Enquanto se divulgava, oficialmente, o resultado da queda do avião que matou o ministro Marcos Freire e seus principais assessores no Ministério da Reforma Agrária, vinha à tona outro caso de avião de autoridade.

Se as suspeitas e indícios de atentado, no caso do ministro, não foram confirmados pela perícia oficial, por falta de dados, embora os investigadores tenham optado por atribuir o acidente a uma provável falha humana, o mesmo não acontece no novo caso. Neste, veio à tona uma pista claríssima, até com mapa.

Trata-se de um mapa do estado norte-americano da Flórida e estava no tanque de combustível do avião do governador baiano Waldir Pires. Papel frágil, o mapa iria esfarelar-se e entupir o duto do combustível, provocando o desastre. Providen-



Agência JB

Waldir: mapa fatal

cialmente, foi descoberto a tempo pelo serviço de manutenção do aparelho. Segundo os técnicos, somente gente muito entendida em avião teria condições de colocar o papel naquele local. Até o momento, apesar do mapa, nenhuma solução, além da certeza de sabotagem.

O DESAGRAVO AO MINISTRO

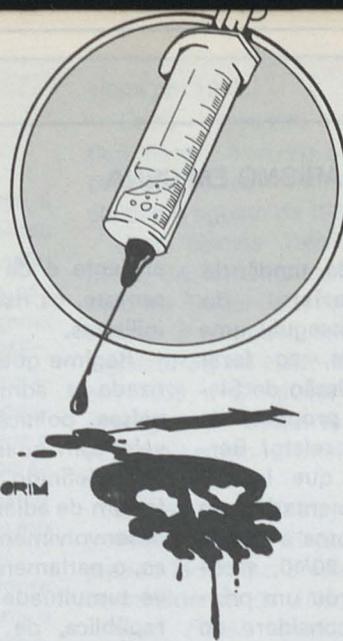
Se as rebeldias em Apucarana e na Vila Militar lhe perturbaram a tranquilidade, a manifestação de apoio de cerca de 50 generais e algumas centenas de outros oficiais, em Brasília, no último dia de outubro, devolveram a calma ao general Leônidas Pires Gonçalves. Um dos organizadores da manifestação, o comandante militar do Planalto, general Pedro Luiz de Araújo Braga, definiu a homenagem como "mostra da unidade e coesão, numa hora em que o ministro foi injustiçado e criticado numa campanha para dividir o Exército".



Agência Globo

Leônidas: calma no país

O general Leônidas Pires Gonçalves, que embarcava para Londres, aproveitou para negar a existência de qualquer crise militar e assinalou que os problemas de área política não devem causar alarmes.



Amorim

O PACTO DO PICO

Aidéticos desesperados já confessaram o impulso de propagar a doença, mas até agora eram casos isolados, decorrentes de uma decisão pessoal. Em Florianópolis, porém, veio a público, em meados de outubro, um pacto, envolvendo pelo menos cinco pessoas: o casal João Machado e Rosângela Correia, ambos de 29 anos, e as moças Patrícia de Oliveira, 27 anos, Márcia da Silveira, 18 anos, e P.R.S., a "Patinha", de 17 anos.

Segundo a denúncia de Márcia, desde então sob estrita proteção policial, o grupo decidira disseminar a Aids, seja através das sessões de cocaína injetável — quando a mesma agulha infectada servia a todos —, seja através dos contatos sexuais, uma vez que as três moças praticavam a prostituição, como meio de financiar o consumo da droga.

Adultos e menores estão na lista de prováveis infectados pelo grupo, num total aproximado de 40 pessoas, desconhecendo-se o número dos que poderiam ter contraído a doença com esse núcleo inicial de contamina-

dos, entre os quais estariam pessoas de posição da capital catarinense, segundo as primeiras informações. O trabalho da polícia, segundo o delegado Eloy Gonçalves de Azevedo, incluirá o levantamento de todos os que se envolveram com o grupo, seja para consumo de entorpecentes, seja para prática sexual, e seu encaminhamento a exames médicos.

O dado mais chocante do caso, porém, ficou por conta dos dois filhos do casal João Machado e Rosângela Correia: o mais velho, de 10 anos, seria viciado em cocaína, enquanto o mais novo, de apenas 3 anos, já teria sido iniciado pelos pais no consumo de maconha, segundo a denúncia de Márcia.

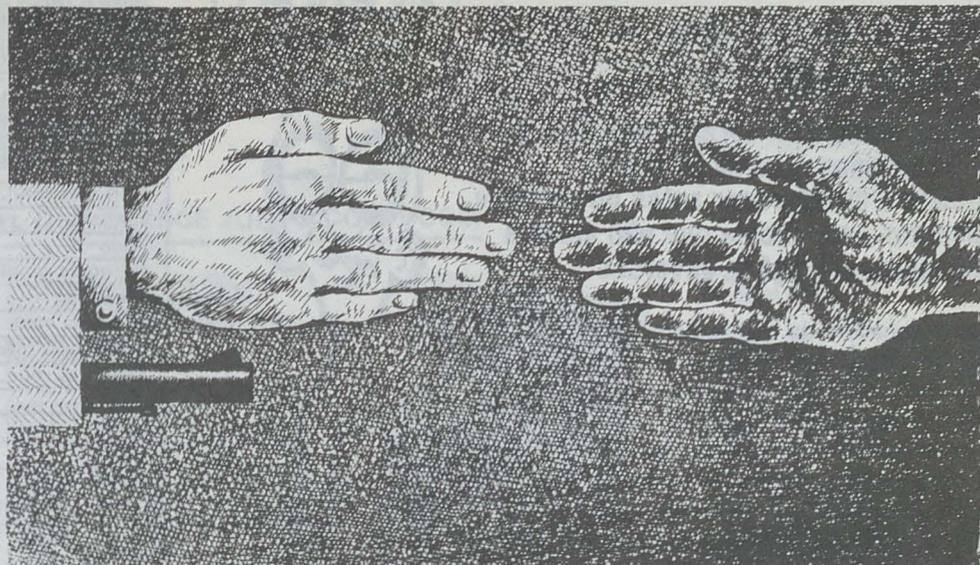
Mas, dez dias após a eclosão do caso, Rosângela Correia apareceu para negar a existência de qualquer pacto, acusando a denunciante de ser uma pessoa delirante. Rosângela negou, ainda, que seus filhos sejam viciados, mas confirmou as sessões de cocaína e o fato de ser, como o marido, portadora de Aids.

BRAÇOS DO APARTHEID

É feio e criminoso o costume pirata de comandantes, principalmente de navios mercantes europeus, abusarem da mão-de-obra africana: embarcam trabalhadores, prometem salários atrativos, usam-nos nos serviços mais pesados, e, quando chegam a portos brasileiros, simplesmente entregam-nos à polícia federal, dizendo que são clandestinos. E a polícia recambia aos países de origem os novos escravos. Os casos chegam a 20 por semana, lembrou o porta-voz da Polícia Federal, delegado Giovanni Azevedo, ao esclarecer que os clandestinos são mantidos presos, até o embarque de volta à origem.

Quando o caso atinge, porém, um negro que não pode voltar à sua terra, devido a problemas políticos, que já lhe custaram tiros e a vida dos pais e três irmãs, além de feio e criminoso, o ato se reveste de desumanidade extrema, pois é possível prever o que acontecerá.

A esta hora, McDaniels Muovo Galley, de 27 anos, estaria numa prisão da África do Sul, se a sorte mais



Jorge Arbaen

uma vez o ajudasse, como da primeira vez, em março do ano passado, quando escapou da execução de sua família em Undata, no Transkei, por ter sido julgado morto, ante os ferimentos que apresentava. Se a sorte não ajudasse, poderia não estar em lugar nenhum deste mundo, pois, afinal, sua família, tanto quanto seu grupo tribal, os Xhoba, são acusados de partidários do Congresso Nacional Africano (ANC), que luta contra o regime racista de Pretória.

McDaniels Muovo Galley, depois da tragédia em sua terra, conseguiu ajuda para escapar e, na Nigéria, ar-

ranjou emprego no navio holandês *Watergeus*. A história repetiu-se: dos 900 dólares prometidos recebeu 160, e acabou entregue à Polícia Federal, acusado pelo comandante de clandestino.

No Rio, na porta do avião que o recambiaria a Pretória, o desespero o aconselhou a agredir os policiais e o incidente e os ferimentos o salvaram, pois o embarque foi adiado. Apesar de gritar que seria morto ao chegar à África do Sul, a Polícia Federal não adotou as providências e consultas exigidas pelo caso. Quando se preparava o novo embarque, um providencial aviso anô-

nimo ao advogado Modesto da Silveira, da Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Imprensa, permitiu o início do resgate de Muovo, com a mobilização do escritório do Alto Comissariado da ONU para os Refugiados (Acnur), no Rio, que estranhou o comportamento dos policiais brasileiros.

Agora, já como refugiado político e em liberdade, Muovo aguarda um país que o acolha, e que pode vir a ser a Holanda, devido à bandeira do barco responsável pelas agruras do negro sul-africano na morena terra brasileira.

REFLEXÃO DOS NEGROS

Até o final de novembro, a Coordenação Geral do Movimento Negro terá o seu Grupo de Trabalho de Religião empenhado em debates e contatos com os adeptos de cultos afros, com vista à realização da I Conferência Estadual sobre a Tradição dos Orixás do Rio de Janeiro, prevista para a semana de 17 a 23 de janeiro de 1988. Segundo Jairo Pereira, do GT/Religião, os contatos com os terreiros,

iniciados em final de setembro, deverão provocar a mobilização necessária, para que o encontro de janeiro seja o primeiro passo para a formulação de uma visão política sobre o assunto.

Calcula-se que existam 15 mil terreiros de cultos africanos no Rio de Janeiro e arredores, a maioria concentrada na Baixada Fluminense. Os encontros setoriais estão sendo realizados por município, cada qual

constituindo-se num pólo de debates: Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, Nilópolis, Caxias, São João de Meriti, Niterói e S. Gonçalo.

Para setembro de 1988, está marcado o III Encontro Estadual de Negros do Rio de Janeiro, que deverá marcar uma nova etapa na reflexão da comunidade negra, no ano que marca o primeiro centenário da abolição da escravidão. No ano passado, o II Encontro, realizado no Centro de Forma-

ção de Líderes, da Diocese de Nova Iguaçu, debateu, entre outras, as teses de que "o negro, como maioria entre os oprimidos na sociedade brasileira, está historicamente determinado a estabelecer a revolução cultural, ao subverter os valores culturais das classes que dominam a sociedade" e que "a luta do negro é uma luta cultural, porque é uma luta contra os valores culturais (ideologia) que dominam a sociedade".

A dura infância na Baixada

Pesquisa mostra as duras condições de vida de meninos e meninas pobres, obrigados a amadurecer antes do tempo e a enfrentar uma escola que não ajuda a modificar as condições adversas

Ao contrário do que se pode pensar, não só os meninos de rua — os "menores abandonados" — perdem hoje no Brasil o direito ao futuro, mas também crianças com famílias bem organizadas carecem de condições básicas de vida. Essa realidade foi a principal revelação de uma pesquisa-piloto realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas-Ibase, a pedido da Diocese de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense.

Embora o objetivo primeiro fosse o de investigar a estrutura familiar, o trabalho e a escola das crianças e adolescentes em 298 casas, situadas em seis bairros da Paróquia de Heliópolis, em Nova Iguaçu, a pesquisa mostrou que, mesmo longe da situação do abandono, meninas e meninos vivem também sem desejos infantis e com problemas de adultos.

Amadurecimento precoce

Das crianças entrevistadas entre 7 e 17 anos, 15% disseram ser a dificuldade econômica o maior problema de suas vidas, ao mesmo tempo em que 19,5 por cento delas manifestaram, como maior desejo, "ter bens e objetos pessoais". A miséria é uma constante; a família, geralmente com cinco pessoas, percebe uma média de três salários mínimos (Cz\$ 7.926,00). Segundo cálculos do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sociais e Econômicas-Dieese, em setembro último, no Rio, uma família de quatro pessoas necessitaria de um salário mínimo mensal de Cz\$ 19.222,00. A cesta básica do Dieese é composta por 13 alimentos, a ração mínima essencial que foi definida em 1938, através de um decreto-lei que na época regulamentou o salário mínimo, mas que infelizmente até os dias de hoje não conseguiu ser implantada de fato no Brasil.

De acordo com a coordenadora da



pesquisa do Ibase, Ana Cristina Pires, o resultado do trabalho foi surpreendente, "porque muitas das hipóteses com que se trabalha em relação às crianças de baixa renda, não se comprovaram nessa região. A realidade maior não é de crianças criadas por mulheres sozinhas".

O que dá a escola?

Outra questão revelada pelo estudo é que, em regiões de baixa renda, a escolaridade tem cada vez maiores problemas na qualidade do que na quantidade de escolas. Apesar de 82% das crianças pesquisadas estarem frequentando o colégio, sendo que 67% em regime de ensino público, o maior número de reclamações das mães diz respeito às condições do ensino.

Das crianças entrevistadas entre 7 e 17 anos, 68% realizam algum tipo de trabalho ou tarefa doméstica. Mas somente 10% estão realmente empregados. Destes, 64% sem carteira assinada e com horário de até 12 horas por dia. São os ajudantes de obras, de mecânico, de metalúrgico, entregadores de mercadorias e trabalhadores de escritórios. Outro dado é que tanto meninas como meninos começam a trabalhar

Mães ou responsável pelas crianças do domicílio segundo sua opinião sobre o que falta para seus filhos

O que falta para seus filhos?	Absoluto	Percentual
Melhores cond. estudo	64	25%
Dinheiro	48	19%
Tudo	43	17%
Melhores condições de vida	26	10%
Alimentação	21	8%
Não falta nada	20	8%
Assistência médica	17	7%
Melhores cond. de moradia	15	6%
Roupa	9	3%
Lazer	9	3%
Outro	18	7%

NOTA: Como havia a possibilidade de dupla resposta esta tabela não fecha em 100%; Para efeitos de cálculo do percentual foram desconsiderados os sem informação.

muito cedo. São 15% entre os 3 e os 6 anos, 53% entre os 7 e os 10 anos, 25% de 11 a 14 anos e 8% de 15 a 17 anos. Nessa amostragem, as meninas trabalham mais do que os meninos, porque são absorvidas nas tarefas domésticas. Aliás, a maioria deles, independente do sexo, trabalha no próprio domicílio, nos afazeres domésticos.

Na opinião de Ana Cristina, na medida em que se conhece a realidade das crianças e adolescentes de Nova Iguaçu, os estereótipos de violência e marginalidade são afetados. "Talvez — diz ela — fique nítido outro tipo de violência cotidiana, gerada pela situação de pobreza, onde pessoas se criam com horizontes cada vez mais limitados".

A pesquisa também mostrou um lado novo sobre as formas de relacionamento no seio da família e suas consequências na vida das pessoas. Ana Cristina salientou que ficou clara a responsabilidade, não só do Estado por todo o quadro de dificuldades dos pesquisados, mas também do micromundo da família. Cada membro, individualmente, colabora para o quadro geral de carência e desafeto. Com base nesse dado novo, surgiu na Diocese de Nova Iguaçu a idéia de formar um Conselho Comunitário de Crianças, sem vínculo com o Estado.

Até o final do ano, o Ibase vai divulgar os resultados da pesquisa e também pretende elaborar uma cartilha para o trabalho de base realizado pela Paróquia de Heliópolis.

CADERNOS DO **terceiro mundo** postal

CONVITE

Quando vier ao centro do Rio, visite nosso setor de livros. Você vai gostar e "descontar".
Rua da Glória, 122 gr. 104

O REEMBOLSO CULTURAL QUE CRESCE JUNTO COM VOCÊ.



APARELHOS IDEOLÓGICOS DE ESTADO

De: Louis Althusser

NOVO NA ESTANTE

Este é um livro considerado como básico para a compreensão da questão ideológica sob o ponto de vista da teoria marxista de hoje. O que são os aparelhos ideológicos do Estado (AIE)? Quando um indivíduo consciente percebe, identifica e participa a nível de análises deste assunto, está muito mais apto a compreender e desenvolver sua visão do mundo contemporâneo e colocar-se como ser social. 128 pág.

E-115 Cz\$ 222,00

O DISCURSO DO AVESSO
(para a crítica da Geografia que se ensina)

De: Ruy Moreira

LANÇAMENTO

A geografia que se ensina é uma disciplina porque disciplina. Quando a sociedade civil resolver sair da armadilha de um desprestígio da geografia, intencionalmente montada pela razão de estado, e, assim, incorporá-la às suas lutas por uma ordem democrática sem adjetivos e efetiva? É deste tema que trata este livro. 190 pág.

E-148 Cz\$ 320,00

NÓS, AS MULTINACIONAIS E OS ESTADOS UNIDOS

De: Samuel de Paula

A dinâmica e conteúdo da extorsão a que o Terceiro Mundo vem sendo submetido estão relacionados às forças internas antinacionais e às correntes dos grandes monopólios. O autor mostra em linguagem simples, clara como o imperialismo faz tudo para debilitar a soberania de todos os países onde se implanta, gerando uma crescente maioria de depositados. Isso tem a ver com a vida de cada um de nós. 115 pág.

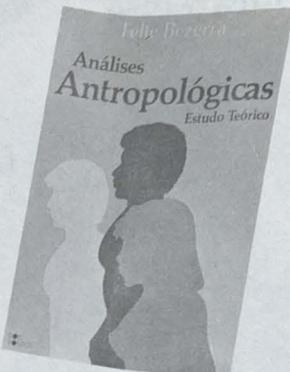
E-073 Cz\$ 200,00

A CRIANÇA DA FAVELA E SUA VISÃO DO MUNDO:
Uma contribuição para o repensar da escola

De: Lígia de Medeiros

A autora conviveu por dois anos com as crianças da favela da Rocinha, em uma de suas áreas mais pobres - a Rua Um. O que começou com um objetivo acadêmico, transformou-se em um trabalho cujos frutos extrapolam sua intenção puramente formal. 122 pág.

E-103 Cz\$ 205,00



ANÁLISES ANTROPOLÓGICAS - ESTUDO TEÓRICO

De: Felte Bezerra

NOVO NA ESTANTE

O autor procura expor, sem prevenção e sem paixões, diversos aspectos das principais correntes, em uma investigação cuidadosa do assunto. Eis o índice: Introdução (das classes ou estruturas sociais); A Antropologia e a corrente marxista; Existe uma Antropologia econômica autônoma? Modos de produção em povos fora da Europa; a eterna questão do parentesco; análises e conclusões. 283 pág.

E-126 Cz\$ 400,00

O SEXO DO TRABALHO

Org.: André Kartchevsky-Bulport

NOVO NA ESTANTE

O livro traz abordagens históricas das relações frequentemente tumultuadas - sempre complexas - entre o movimento operário e o movimento das mulheres, e abordagens monográficas centradas nas operárias, seu trabalho e suas lutas. Uma vontade comum se expressa: pensar a classe operária no feminino. Participam 18 personalidades, estudiosas e líderes da questão da mulher no mundo. 193 pág.

E-118 Cz\$ 310,00

PARA UMA PSIQUIATRIA DA LIBERTAÇÃO

De: Washington Loyello

A história da Psiquiatria no Brasil não pode mais ser uma história a serviço das classes dominantes. O discurso da Psiquiatria, sobretudo nos países de capitalismo dependente, passa necessariamente pelo discurso político. O temário do livro é o seguinte: a loucura como expressão da cultura; a depressão na adolescência; a contribuição de Pavlov à Teoria do Conhecimento; Fanon, psiquiatra do Terceiro Mundo; considerações em torno da Psiquiatria Social além de outros tópicos polêmicos. 107 pág.

E-083 Cz\$ 140,00



MULHERES, ADÚLTEROS E PADRES

Org: Lana Lage da Gama Lima

Temos aqui uma coletânea de ensaios que se voltam para o estudo da família e da moral no passado brasileiro. Os modelos que a igreja, o Estado e os letrados portugueses propunham ou impunham à sociedade colonial são analisados e discutidos no livro, que se apóia em fontes legais, discursos morais, processos eclesiais-ticos. 101 pág.

E-109 Cz\$ 180,00

A QUESTÃO JUDAICA
De: Karl Marx

Obra importante da juventude de Marx onde ele inaugura, nos trabalhos aqui reunidos, a perspectiva do socialismo e do homem novo. 73 pág.

E-097 Cz\$ 105,00



NICARÁGUA, NICARÁGUITA - UM POVO EM ARMAS CONSTRÓI A DEMOCRACIA

LANÇAMENTO

De: Mirian Goldenberg

"Quem já ama a Nicarágua vai amar este livro". (Chico Buarque). A primeira parte de *Nicarágua, Nicaráguita* é uma crônica relatando os desafios de um regime que procura combinar os direitos do trabalhador com pluralismo partidário. Na segunda e terceira partes, a autora dá um apanhado histórico da Revolução Sandinista e entrevista membros do governo e líderes da oposição. "É uma obra indispensável a quem pretende conhecer a Revolução Sandinista por dentro". (Frei Betto). 156 pág.

E-144 Cz\$ 250,00

ANARQUISMO OU MARXISMO: UMA OPÇÃO POLÍTICA

De: Gilbert Green

FIM DE ESTOQUE

A revolta e a agitação juvenis, com a radicalização inerente à rebelião em massa da juventude, são estudadas dentro de uma perspectiva histórica. O autor vai fundo em suas colocações, levantando pontos cruciais como: liberdade/sociedade, o problema da autoridade e a crise do liberalismo, a lição da Comuna de Paris, os anarquistas e a guerra civil espanhola. 200 pág.

E-94 Cz\$ 270,00

VIRE. TEM MAIS LIVROS E O CUPOM NO VERSO.

ESPECIALISTAS RECLAMAM

Uma nova política antidrogas



Congresso de especialistas pretende modificar a natureza do debate sobre os entorpecentes, no Brasil, pois não se vê a solução na simples repressão policial, uma vez que o alto negócio em que se transformou o tráfico tem o poder de multiplicar os consumidores

Reuter



A família deve acordar para o problema, receita de dr. Sérgio Dário Seibel (foto menor)

Médicos, juristas, psiquiatras, sociólogos, educadores, jornalistas e antropólogos estarão debatendo a questão dos entorpecentes, durante o período de 16 a 20 de novembro, no Rio de Janeiro, quando da realização do II Congresso Internacional sobre Toxicomanias e o I Congresso Brasileiro sobre Consumo de Drogas, cujas sessões acontecerão no Riocentro.

"O objetivo do congresso é abrir a discussão sobre os entorpecentes no Brasil, de maneira ampla", esclarece o psiquiatra Sérgio Dário Seibel, presidente da comissão científica do encontro e diretor do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Atenção ao Uso de Drogas (Nepad), o núcleo de estudos criado na UERJ, no ano passado, com o objetivo de modificar o atendimento aos viciados.

"Devemos começar a encarar a questão - continua ele - de uma forma mais científica, mais técnica, mais elaborada. Até agora, a imprensa e os setores envolvidos com a questão, além da própria sociedade como um todo, tratam do assunto com um preconceito muito grande. É preciso tirar a droga das manchetes policiais dos jornais e dar-lhe uma atenção mais abrangente."

Segundo o psiquiatra, até 1985 o próprio Conselho Federal de Entorpecentes estimulava a política de se dar um tratamento estreito ao assunto, evitando o debate, como se, fugindo à discussão, o mal pudesse desaparecer. Mas, ao contrário, a difusão dos tóxicos é constante,

cada vez maior número de pessoas é levado ao seu uso, principalmente parcelas de jovens.

Depois de 1985, com o advento da Nova República, houve uma reestruturação do Conselho e surgiu maior sensibilidade para os diversos aspectos que cercam a questão e uma nova visão política passou a estimular o debate. Mas, ainda agora, predomina o tratamento à base da repressão pura e simples, igualando consumidor e traficante, o que deixa à formação e à sensibilidade de cada juiz destinar um viciado à prisão

ou a tratamento adequado.

Mesmo quando um viciado é encaminhado a tratamento pelas autoridades judiciárias, o avanço não é tão significativo, na opinião do dr. Sérgio Dário Seibel, porque o tratamento psiquiátrico tem sido tradicionalista na rede pública, que considera a priori o usuário de drogas como um doente mental.

"Nossa visão, porém, é diferente - diz o psiquiatra. Nós consideramos o assunto um caso de saúde e questionamos todo o processo de saúde do

doente. O que me preocupa mesmo é a forma de utilização da droga. Por exemplo, alguém pode usá-la uma ou duas vezes por semana, em festinhas, sem maiores consequências. Mas, quando um adolescente, em formação e em crise de identidade, começa a drogar-se para fugir da realidade, como meio de alienação, então a situação é grave. É igualmente grave o caso da pessoa já formada, com maturação já elaborada, que começa a fazer do entorpecente o ponto central de sua vida. Neste caso, ele deixa de questionar seu drama existencial, sua situação afetiva e sua inserção na esfera produtiva. Enfim, a droga deixa de ser um 'embalo', para se tornar uma dependência", conceitua Seibel.

E a dependência é o verdadeiro mal, segundo o psiquiatra, tanto no caso dos tóxicos, quanto do álcool, da comida ou mesmo do trabalho.

"A diferença - diz ele - é que as drogas são produtos psicoativos, que produzem determinadas sensações, as quais, para voltarem a ser experimentadas com a mesma intensidade, exigem quantidades cada vez maiores, criando até a necessidade física de superdoses, o que pode levar ao sofrimento e mesmo à morte, nessa busca do prazer."

Ao lado disso, o grande negócio, em que se transformou o tráfico de entorpecentes, estimula a difusão desse comércio, principalmente a partir das zonas periféricas aos centros de produção.

Rio de Janeiro, S. Paulo e outras grandes cidades do país oferecem um campo tão compensador para o traficante, quanto Paris, Londres ou Nova Iorque. Aqui os preços são mais baixos, mas os custos dos fornecedores são também menores. E a missão do traficante é criar o mercado, a necessidade da droga, o que o psiquiatra considera muito fácil de realizar em grandes centros, onde se cria a necessidade até de novelas.

Ele recorda que, há 15 anos, quando começou a se interessar pelo assunto, o Brasil sofria pouco com a questão das drogas pesadas, principalmente porque as rotas internacionais do tráfico não passavam pelo Brasil.

Medicina atrasada

Se o combate policial aos tóxicos já alcançou determinada eficiência, embora confundindo traficante e viciado, na área do tratamento médico ao viciado predomina uma ação tradicional, rígidamente.

"A medicina tradicional sabe trabalhar a doença, mas não sabe trabalhar com conceitos de saúde. Sabe cortar um estômago, mas não sabe o que fazer com o dono do estômago, em sua integralidade" - observa Seibel, que espera colaborar para modificar a situação com os resultados do congresso. "Como temos visto o quanto o uso imoderado de drogas afeta toda a pessoa, estamos a trabalhar, aqui no Nepad, com esse conceito integral, e prestamos ao doente um atendimento em três fases. A nível primário, damos atenção à educação voltada para a saúde; a nível secundário, prestamos o atendimento laboratorial requerido pelo caso e, a nível terciário, procuramos dar condições de reinserção profissional do indivíduo."

O psiquiatra assinala que, em ano e meio de trabalho, já foram atendidos 1.500 casos, todos espontâneos, e a utilização de remédios é mínima. Destaca a existência de casos graves de hepatite, endocardites e Aids (quatro mortes já verificadas), chamando a atenção para a predominância da falta de higiene na aplicação de drogas injetáveis. Lembra relatos de dependentes, que, na sofreguidão do vício, usaram seringas jogadas em chão de banheiro público, ou chegaram mesmo a utilizar água de latrina como o líquido necessário para dissolver o pó, que em seguida injetaram nas veias.

Curiosidade e pressão grupal, assim os meninos caem no vício

□ Dos 1.500 atendimentos realizados no Nepad (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Atenção ao Uso de Drogas, da UERJ), em um ano e meio de funcionamento, está em elaboração um estudo sobre as características da clientela. Dos dados já processados, podem-se tirar algumas conclusões quanto a motivações, idade, escolaridade, sexo, ocupação e renda, embora o dr. Sérgio Dario Seibel assinala que inexistem bases para aplicar tais resultados ao mundo dos dependentes em geral.

Motivações - Curiosidade (38%), vontade própria (25%), tentativa de adequar-se ao grupo (16%), sugestão ou indução de terceiros (13%) foram os fatores mais citados pelos dependentes, para explicar os contatos iniciais com os tóxicos.

Idade - A maior parte travou contato com o vício aos 15 anos de idade, com tempo médio de consumo de 10 anos.

Escolaridade - A maioria não chegou a completar o segundo grau, pois 32% não chegaram a terminar o primeiro grau e 28% não concluíram o segundo grau, enquanto 11% tinham curso universitário incompleto e somente 2% chegaram a completar curso superior.

Sexo - A maioria esmagadora (89%) pertence ao sexo masculino.

Ocupação - Estudantes (6%), nunca trabalharam (14%), desempregados (37%), empregados no mercado formal (33%), empregados no mercado informal (5%), formam a relação, sob o aspecto de ocupação.

Sustento - Grande parte dos usuários são sustentados pela família, mas 37% têm renda própria. Para adquirir a droga, 10% recorrem à família, 13% se tornaram repassadores, 16% utilizam-se da venda de produtos que furtam, 17% conseguem com amigos e terceiros.

Estes resultados, de acordo com o psiquiatra, comprovam a necessidade de que se abra a discussão na sociedade sobre as drogas, para que se supere a visão meramente policial e se consiga atingir a família - "que deve tomar consciência e deixar de lado a hipocrisia", afirma - além de eliminar a mentalidade de que existem medicamentos mágicos para a cura. Sendo o fenômeno da toxicomania algo que envolve a personalidade e o contexto sócio-cultural, é preciso "criar massa crítica na sociedade, para conhecer e superar o problema", recomenda o dr. Seibel.

O congresso

O II Congresso Internacional sobre Toxicomanias e o I Congresso Brasileiro sobre Consumo de Drogas envolverão sete áreas, com especialistas de diversos países e de todos os pontos do Brasil. Os enfoques abrangem o aspecto legal, a psicofarmacologia, as terapias, os aspectos sociológicos e antropológicos, a

epidemiologia, a atenção ou prevenção, e a atuação dos conselhos estaduais de entorpecentes.

Entre as mais de 40 mesas-redondas e conferências, consta a presença de especialistas da França, Argentina, Canadá e Estados Unidos, com o relato de experiências em andamento no atendimento dos dependentes e da legislação em curso em seus países.

Entre os temas, "moléstias infecto-contagiosas e drogas", "alucinógenos e tradições culturais", "Aids e drogas", "dependência de drogas: a família em questão", "tráfico: conceituação", "drogas nas escolas", "meios de comunicação de massa e educação", "drogas e sociedade", "drogas, psiquiatria e hospital geral" e "drogas e alcoolismo".

CULTURA / O PAÍS DOS TENENTES

O cinema visita a história

Uma obra de ficção percorre os caminhos da história brasileira deste século, lançando uma reflexão sobre os 60 anos que separaram os movimentos militares da década de 20 e a restauração civil de meados dos anos 80



No filme, os mitos revolucionários do país

O autor e diretor João Batista de Andrade concentrou num personagem, o octogenário general Gui, a função de analisar, de um ponto de vista pessoal, os eventos e muitos personagens que marcaram a história nacional das últimas seis décadas, com as rebeliões tenentistas dos anos 20, a Revolução de 30 e o ciclo getulista, alcançando o período que marca o fim da ditadura militar, com o povo nas ruas

em 1984, clamando pelas diretas-já.

O Gui octogenário, na reserva, simboliza também o roteiro pessoal de muitos militares, cujos ideais juvenis de mudanças no país transformaram-se numa velhice materialmente confortável – no caso com a direção de uma grande empresa transnacional – mas cheia de contradições não-superadas.

Mitos e ambiguidades

As modificações operadas no país, nesses 60 anos, terão atendido àqueles ideais? Essa é a indagação básica do filme de João Batista de Andrade, que procurou fugir ao documentarismo e ao didatismo.

"Eu cheguei ao tenentismo através da crise pessoal do personagem principal que imaginei: o velho general Gui",

expõe o cineasta. Tal como Gui, o filme não busca na história explicações para o tenentismo, mas vai com ele ao passado em busca de explicações para sua própria vida, respostas para suas angústias, saída para sua crise.

Segundo João Batista de Andrade, "no filme estão muitos de nossos mitos revolucionários, símbolos de inconformismo e de ambiguidade dos militares de todos os matizes".

O general Gui vive um sentimento de perda de um ciclo revolucionário, de mitos e ideais, "um sentimento – afirma o diretor – que marca muito os que, como eu, foram tomados na juventude por ideais parecidos com os de vários tenentes. Eu estava interessado nesse sentimento ao percorrer a história de um homem que atravessou o século e que, como um ser comum, vê que sua vida rolou depressa demais e que ele não teve nenhum poder sobre ela. Eu estava interessado em vasculhar essas histórias inconclusas da vida brasileira, histórias malcontadas e não-terminadas que povoam nossa imaginação, geram ansiedade e que não conseguem nunca dar respostas à nossa crise, nem apontar caminhos possíveis de liberdade".

João Batista de Andrade acentua que seu interesse foi mesmo acentuar o lado ficcional da história, de modo a fugir ao didatismo, e procurou, ao mesmo tempo, evitar um tratamento ideológico do tema. Assim, o filme mostra um drama humano dentro da história recente brasileira, levantando questões morais.

"Eu não quero dar lição, não quero demonstrar nada para ninguém. Para mim, é uma descoberta das pessoas atrás do casco. Meu personagem é uma pessoa em crise. Um homem que viveu a história e não se reconhece no país que ajudou a construir", esclarece o diretor.

Um olhar sobre o passado

O País dos Tenentes está iniciando sua trajetória nacional pelo Rio e S. Paulo, neste mês de novembro, apresentando um elenco liderado por Paulo Autran (o general Gui), em que figuram também Buza Ferraz, Cássia Kiss, Carlos Gregório e Ricardo Petraglia. A música foi composta e dirigida por Almeida Prado, enquanto a assessoria de história

coube a Hélio Silva e Edgar Carone. O filme reconstitui cenas e episódios históricos (o levante da Escola Militar, os 18 do Forte, a revolução de 1924, a Coluna Prestes e a Revolução de 30) e nele são representados personagens como Getúlio Vargas, Siqueira Campos, Juarez Távora, João Alberto, Miguel Costa, Eduardo Gomes e Luiz Carlos Prestes.

O espírito do "Petróleo é nosso"

Neiva Moreira

Tivemos, no Automóvel Club, na comemoração do 34º aniversário da Petrobrás, a 23 de outubro passado, um momento de reencontro e reafirmação nacionalista.

Há muito tempo não convivíamos num ambiente assim, de pluralismo político-partidário e de unidade ideológica.

A comemoração foi coordenada por um jovem engenheiro de petróleo, Antonio dos Santos Maciel Neto, combativo presidente do sindicato de sua classe. Como um testemunho do ontem e do hoje, o engenheiro Heitor Pereira, recém-anistiado e incorporado à Petrobrás, dividia com o líder sindical a tarefa de conduzir os trabalhos.

O primeiro grande momento da reunião foi a entrada na sala de Barbosa Lima Sobrinho, presidente da Comissão em Defesa do Monopólio Estatal do Petróleo e Contra os Contratos de Risco. Centenas de pessoas ali presentes aclamaram de pé, demoradamente, o grande jornalista, que a coerência ideológica, a resistência ao despotismo, a fidelidade à democracia transformaram num símbolo do que este país tem de melhor e mais nobre.

Mas foi na composição da mesa que encontrávamos o elo, que parecia perdido, da nossa capacidade de superar as divergências e lutar, juntos, em defesa das causas fundamentais do país.

As divisões entre as pessoas e as forças políticas que, de marxistas a

liberais, têm assumido na vida pública posições patrióticas, são fatos do cotidiano. Muitas vezes lutamos mais entre nós que contra os adversários históricos – de ontem, de hoje e de amanhã.

As controvérsias políticas e as inevitáveis divergências partidárias, por maiores que sejam, não devem atingir aquele patamar onde o desafio maior é a defesa da emancipação econômica e social do país. Na campanha do "Petróleo é nosso" isso ocorreu. Também foi assim no complexo período de funcionamento da Frente Parlamentar Nacionalista, que incluía deputados de todos os partidos, entre os quais o PSD.

Nos temas fundamentais, que figuravam no programa da Frente, atuávamos unidos, muitas vezes desafiando disciplinas partidárias, inadequadamente invocadas e que, logicamente, não prevaleciam em determinados tipos de votação.

O ato sobre a Petrobrás teve esse caráter multipartidário, mas unitário. Na mesa, além do presidente Barbosa Lima Sobrinho, do prefeito Saturnino Braga, do autor da lei de criação da empresa, o ex-deputado Eusébio Rocha, da sra. Nieta Campos da Paz e do general Andrade Serpa, estavam os senadores Afonso Arinos (PFL), Pompeu de Souza (PMDB), Jamil Haddad (PSB), os deputados César Maia (PDT) e Lisâneas Maciel (PDT) e a deputada Jandira Feghali (PC do B) e outras pessoas ligadas às lutas nacionalistas.

Civis e militares, muitos deles com as cicatrizes e evocações da guerra na Itália, se uniam em torno do mo-

nopólio estatal do petróleo. O papel dos militares nas lutas nacionalistas e a extraordinária presença do Clube Militar na campanha do "Petróleo é nosso" foram destacados e saudados com entusiasmo pela assistência.

A ação da direita – sobretudo dos seus meios de comunicação – tem sido fecunda em semear divisões, tergiversar atitudes, acirrar ânimos na esquerda, manipulando intransigências e superdimensionando contradições secundárias e absolutamente momentâneas.

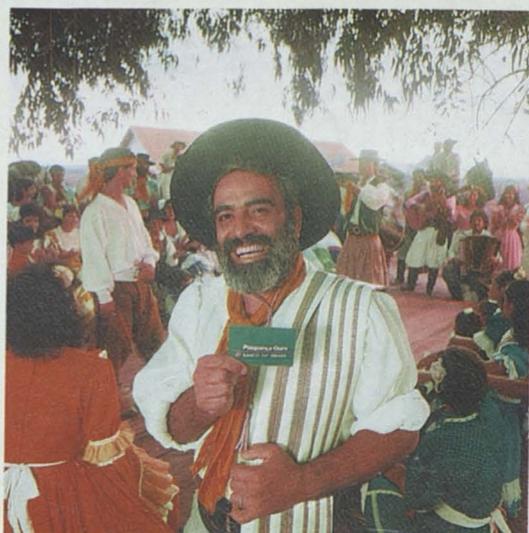
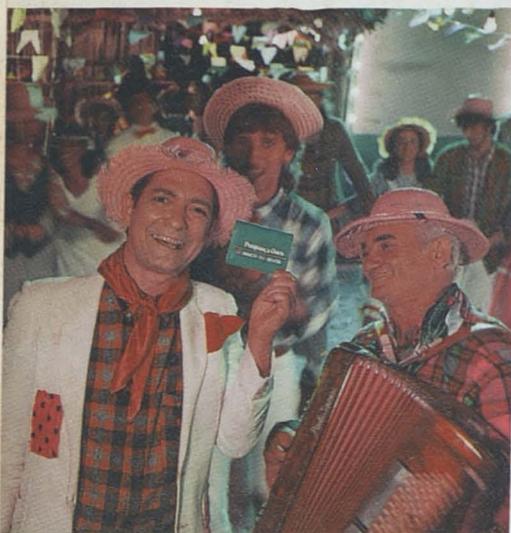
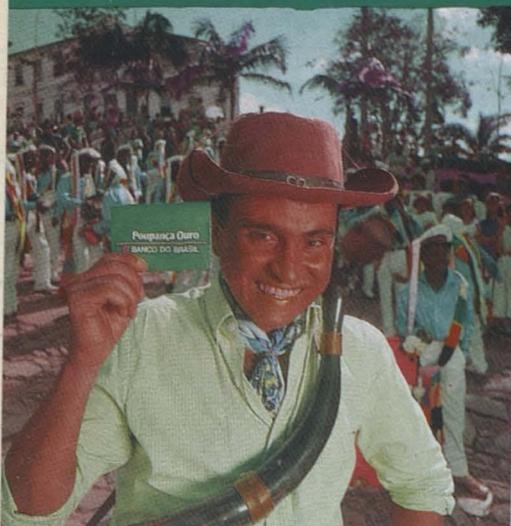
Nesses últimos anos, o que se fez para privatizar a Petrobrás – meta acariciada das multinacionais – não foi pouco. Até nos seus sonhos, o sr. Roberto Campos deve ver gringos dando ordens naquela empresa. Mas esses esforços e as fortes pressões exercidas a todos os níveis não romperam as linhas de defesa do monopólio, em torno do qual civis e militares se mantiveram unidos.

A luta agora se concentra na defesa da reserva de mercado para a Informática, contra as imposições dos banqueiros e do Fundo Monetário Internacional, na preservação das grandes empresas estatais que sustentam o nosso desenvolvimento independente.

É aí que a luta se trava hoje. A luta real e decisiva. Podemos nos dividir em torno de questões secundárias. Mas se não tivermos bem claro os desafios fundamentais, os objetivos maiores, poderemos até conseguir êxitos neste ou naquele episódio, em polémicas ou contradições menores, mas não na causa que nos compromete a todos pela soberania nacional e nossa independência econômica. •

E testa no interior

Deposite na Poupança Ouro do Banco do Brasil



A Poupança Ouro faz a festa da produção agrícola e pecuária.

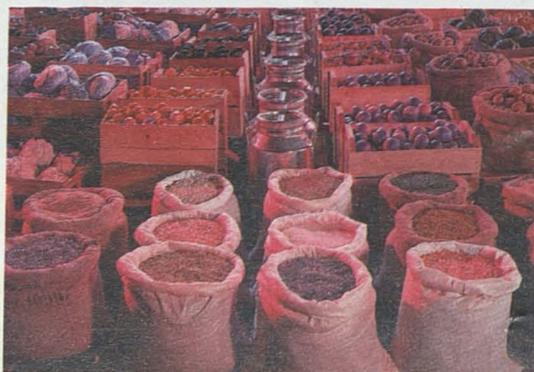
Dá juros e correção monetária para os brasileiros do Interior e das Capitais.

Tem a garantia do maior banco do País.

Leva crédito ao campo para aumentar a produção de alimentos e oferece lucro e segurança para o investidor.

Deposite na Poupança Ouro do Banco do Brasil. O melhor negócio para você.

E para o Brasil.



**Agora,
em se poupando,
tudo dá.**

 **BANCO DO BRASIL**

Angola, terra da liberdade.



TAAG - Av. Presidente Vargas 542/1603
telefones: 263-9711, 263-4988, 263-4911
telefones Aeroporto Internacional: 398-3112 e 398-3113

LUANDA

SAÍDAS

sábado: 09:00h
(hora de Angola)
domingo: 17:00h
(hora do Brasil)

RIO

CHEGADAS

sábado: 13:00h
(hora do Brasil)
2ª feira: 05:00h
(hora de Angola)



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
A Serviço da Reconstrução Nacional